

Demonstrações Financeiras 2010

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

RELATÓRIO ANUAL

2010

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório da Administração – Sistema BNDES

31 de dezembro de 2010

Senhor acionista e demais interessados:

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras anuais do Sistema BNDES relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

1. Ambiente macroeconômico

A recente situação fiscal dos países da Zona do Euro vem se consolidando como um ponto vulnerável da recuperação da economia mundial. O expressivo crescimento dos déficits fiscais a partir de 2007-2008, cuja intenção seria combater os efeitos recessivos da crise internacional, gerou forte elevação do endividamento público como proporção do PIB na Europa, sobretudo em Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Essa combinação vem desencadeando aguda desconfiança nos mercados internacionais, o que eleva os custos não apenas de novas emissões de dívida soberana por esses países, mas também de rolagem/refinanciamento dos compromissos vigentes. Mesmo com a adoção de um pacote de financiamento à região no valor de € 750 bilhões, arquitetado pelas principais economias da Zona do Euro, continuam em níveis elevados os *spreads* de *credit default swap* (CDS) – uma medida de risco – dos países em situação fiscal mais frágil.

Ao longo do segundo semestre de 2010, a principal novidade na economia internacional foi o novo ciclo de *quantitative easing* (QE2) levado a cabo pelo Federal Reserve (Fed), banco central americano. Essa política, de expansão monetária com compra de títulos, visava estimular a retomada da economia americana. Os principais efeitos, porém, fizeram-se sentir nos mercados cambiais, de *commodities* e financeiros. As moedas de diversos países valorizaram-se em relação ao dólar nesse período. Em reunião do G-20, chegou-se a cunhar a expressão “guerra cambial” para caracterizar o momento. Outro mercado profundamente afetado pelo QE2 foi o de *commodities*, cujos preços já recuperaram ou até mesmo ultrapassaram os recordes observados em 2007. Esse movimento levou a um aumento na inflação em diversos países, Brasil inclusive. A China, que mantém sua moeda relativamente atrelada ao dólar e que tem um peso relevante de alimentos na composição de sua inflação, já iniciou um ciclo de aperto monetário.

No Brasil, o cenário econômico, no fim de 2010, mostrou-se benigno no que diz respeito ao crescimento econômico. O PIB a preços de mercado registrou, no terceiro trimestre de 2010, crescimento de 6,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse resultado deveu-se, basicamente, à formação bruta de capital fixo, que cresceu 21,2% no terceiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano passado. O consumo das famílias – crescimento de 5,9% no mesmo período – já apresenta sinais de desaceleração na margem, enquanto o investimento mantém o crescimento marginal robusto.

Com relação ao balanço de pagamentos, as transações correntes apresentaram um déficit de US\$ 11,4 bilhões (2,3% do PIB em 12 meses), saldo ligeiramente superior ao observado no mesmo período de 2009 (1,17% do PIB em 12 meses). As exportações do terceiro semestre de 2010 foram 11,3% superiores às do período equivalente em 2009, ao passo que as importações sofreram aumento de 40,9%. O déficit em transações correntes pode ser explicado pela desvalorização do dólar frente ao real, resultado deficitário de serviços e rendas (US\$ 50,5 bilhões acumulados de janeiro até setembro de 2010 contra US\$ 35,8 bilhões no mesmo período de 2009), assim como o crescente déficit de viagens internacionais (US\$ 3 bilhões no terceiro trimestre de 2010 contra US\$ 1,7 bilhão no mesmo trimestre de 2009). O resultado líquido da conta de capitais avançou 52%, passando de US\$ 205 milhões para US\$ 312 milhões entre 2009 e 2010.

No que diz respeito à inflação, o IPCA apresentou variação de 5,9% em 12 meses. Alimentos e bebidas foram os principais responsáveis por esse resultado, por apresentarem alta nos preços de itens específicos, como carnes, açúcar e trigo. Para 2011, as expectativas apontam para uma inflação acima do centro da meta. No entanto, espera-se que o ciclo de expansão dos preços das *commodities* arrefeça, reduzindo, assim, as pressões inflacionárias no médio prazo.

Para 2011, espera-se que a economia brasileira siga crescendo, porém a uma taxa mais próxima de 4,5%, novamente impulsionada pela expansão da demanda doméstica. O destaque é a forte retomada dos investimentos. O crescimento do Brasil em 2011, acima da média mundial, deverá acompanhar maior déficit em transações correntes.

2. A empresa

O BNDES, fundado em 1952, é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O capital do BNDES pertence inteiramente ao governo federal. Desde sua criação, o BNDES vem atuando como o principal instrumento do governo federal para execução de políticas de investimento, sendo a principal fonte de financiamento de longo prazo na economia brasileira. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo a custos competitivos para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no Brasil, bem como para o incremento das exportações brasileiras. A atuação da BNDESPAR, sua subsidiária integral, contribui ainda para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas e para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Entre as atividades compreendidas no objeto social do BNDES, conforme o art. 9º, inciso VI, do seu estatuto social, está a realização, como entidade integrante do sistema financeiro nacional, de quaisquer operações nos mercados financeiro e de capitais.

O BNDES executa suas atividades diretamente ou por meio de duas de suas subsidiárias integrais. A BNDESPAR provê apoio financeiro para capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, enquanto a FINAME auxilia a expansão e a modernização da indústria brasileira, ao fornecer financiamento, usualmente por meio de agentes financeiros credenciados, para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil. O BNDES oferece também, diretamente ou por intermédio da FINAME, financiamento às exportações de produtos e serviços, com foco especial em bens de capital e, eventualmente, bens de consumo com maior ciclo de comercialização. Adicionalmente, como parte da estratégia de ampliar o apoio à internacionalização das empresas brasileiras, o Banco inaugurou, em novembro de 2009, a sua subsidiária em Londres, a BNDES Limited, que se encontra em fase pré-operacional.

Os produtos e serviços do BNDES atendem às necessidades de investimentos de amplo espectro de empresas estabelecidas no Brasil, seja no que concerne ao porte – apoiando desde micro, pequenas e médias até grandes empresas –, seja no que concerne ao setor de atividade. Os produtos e serviços do BNDES:

- i. são acessíveis a empresas de diversos setores, tais como infraestrutura, agronegócio, produção de bens finais diversos, produção de insumos básicos e produção de bens de capital; e
- ii. estão disponíveis para investimentos de cunho social.

A parceria com outras instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo o Brasil, permite a disseminação do crédito e possibilita maior acesso aos recursos do BNDES.

A experiência do BNDES em alocar esses recursos, garantindo os maiores benefícios possíveis para o desenvolvimento nacional, tem contribuído para o crescimento da produção nacional de bens e serviços e a expansão da oferta de postos de trabalho, além de promover o desenvolvimento do mercado de capitais e incentivar a modernização econômica, os avanços tecnológicos e as melhores práticas de proteção ambiental e inclusão social.

Principais fatos administrativos no exercício de 2010

Lançamento do programa BNDES ProCopa Turismo. O programa tem dotação orçamentária de R\$ 1 bilhão e é destinado à construção, à reforma e à ampliação da rede hoteleira no Brasil, tendo em vista a demanda projetada pela realização, no país, da Copa do Mundo de 2014.

Reformulação das políticas operacionais. A proposta objetivou reorganizar os normativos, tanto nos aspectos de conteúdo, revisando conceitos e condições, quanto nos de forma, buscando facilidade e clareza no acesso à informação.

Alterações no programa de microcrédito para ampliar alcance e duplicar desembolsos. Entre as mudanças, o Programa BNDES Microcrédito reduziu o valor mínimo de financiamento para agentes repassadores, o que permite credenciar maior número de instituições financeiras, e simplificou os procedimentos internos, a fim de reduzir o tempo entre o pedido de financiamento e a liberação de recursos.

Prorrogação do prazo de vigência do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) para 31 de março de 2011.

Assinatura do memorando de entendimento entre os bancos de desenvolvimento dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). O documento estabelece diretrizes para cooperação técnica nas respectivas áreas de atuação e *expertise* das instituições envolvidas.

Premiação do Fundo da Amazônia na categoria ALIDE Verde do Prêmio ALIDE 2010 – Buenas Prácticas en las Instituciones Financieras de Desarrollo.

Lançamento do Programa Cinema Perto de Você, parceria entre o BNDES, a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e os Ministérios da Cultura e da Fazenda. A iniciativa apoiará projetos de expansão do parque exibidor cinematográfico brasileiro.

Assinatura de acordo de cooperação com o Export-Import Bank dos Estados Unidos (Ex-Im Bank). O objetivo do acordo é permitir que as duas instituições busquem oportunidades para promover, em conjunto, investimentos e projetos de interesse de empresas brasileiras e norte-americanas.

Criação do Programa BNDES Emergencial de Reconstrução dos Estados de Alagoas e Pernambuco (BNDES PER Alagoas e Pernambuco). O programa destinará até R\$ 1 bilhão para empresas localizadas em cidades afetadas pelas enchentes em junho de 2010.

Assinatura de memorando de entendimento com o Japan Institute for Overseas Investment (JOI), entidade que busca orientar os investimentos do país asiático no exterior. O documento visa ampliar a cooperação entre as duas instituições.

Aprovação da criação do Programa ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura). O objetivo do programa é contribuir para a redução do desmatamento. Seus beneficiários serão produtores rurais e suas cooperativas, inclusive para repasse a cooperados.

Lançamento de projeto de estímulo à universalização do saneamento, o Saneamento em Foco. O objetivo do projeto é formar uma rede com os principais atores do setor, em busca de soluções para o desafio da universalização do serviço.

Recebimento do Selo Pró-Equidade de Gênero – 3ª edição, concedido pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, da Presidência da República. O programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do governo federal, cujo objetivo é estimular a igualdade de condições no ambiente de trabalho, por meio da adoção de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira com o Instituto Votorantim para ações de inclusão socioprodutiva. O objetivo do acordo é apoiar projetos de qualificação profissional e estruturação de atividades produtivas em municípios com indicadores sociais críticos nas cinco regiões do país.

Aprovação da Política Corporativa de Arquivos do BNDES (PCA). Com a implementação das atividades previstas, será desenvolvido um conjunto de instrumentos de gestão que representem o universo documental do BNDES, para subsidiar a recuperação da informação, melhorar o acesso e preservar o acervo representativo da memória institucional.

Recebimento do Prêmio TI & Governo 2010, promovido pelo anuário TI & Governo. Na avaliação, foram julgados 20 projetos, divididos em três categorias: e-Administração Pública, e-Serviços Públicos e e-Democracia.

Recebimento do Selo Amigo dos Catadores, concedido pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. A entrega foi um reconhecimento ao apoio do BNDES a projetos de coleta seletiva de lixo com inclusão social de catadores de materiais recicláveis.

Custos financeiros

A taxa de juros final aos beneficiários dos empréstimos concedidos pelo BNDES varia conforme a forma de apoio, o tipo de operação, natureza e região, sendo composta de:

Nas operações diretas:

Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Risco de Crédito

Na operações indiretas:

Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

O **custo financeiro** reflete o custo de captação de recursos pelo BNDES e varia de acordo com as fontes desses recursos (FAT, Tesouro Nacional e organismos multilaterais, entre outros).

Os principais custos de captação do BNDES estão associados à taxa de juros de longo prazo (TJLP), ao dólar e à cesta de moedas. Em menor escala, ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e à Selic.

As linhas de apoio à exportação utilizam também a Libor acrescida da variação do dólar norte-americano ou a taxa de juros fixa pré-embarque (TJFPE) acrescida da variação do dólar norte-americano.

A **remuneração do BNDES** varia conforme cada produto, linha de financiamento, programa ou fundo, podendo chegar a 2,5% a.a. Tem por objetivo cobrir as despesas operacionais e garantir retorno sobre o patrimônio líquido consolidado do BNDES.

A **taxa de risco de crédito** pode chegar a 3,57% a.a.,¹ de acordo com a classificação de risco de crédito do tomador do financiamento, e visa cobrir os riscos de perdas por inadimplência na carteira.

Nas operações indiretas, a taxa de risco de crédito é substituída pela **taxa de intermediação financeira**, que reflete o risco sistêmico das instituições financeiras credenciadas, limitada a 0,5% a.a. De acordo com o tamanho da companhia financiada e/ou com o programa de investimento ao qual o projeto está vinculado, a taxa de intermediação financeira é isentada.

A **remuneração da instituição financeira credenciada** é a taxa que reflete o risco de crédito assumido pelas instituições financeiras credenciadas e será negociada diretamente entre o beneficiário e a instituição repassadora dos recursos.

Fontes de recursos

Para dar suporte às suas atividades, o BNDES demanda recursos adequados. As particularidades da oferta doméstica de crédito no país, concentrada no curto prazo, conduziram o governo à busca de soluções alternativas de captação de recursos para apoiar projetos de investimento de longo prazo. A Constituição Federal de 1988 assegurou fonte estável de recursos para o BNDES: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Essa fonte resulta basicamente da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). De acordo com a Constituição Federal, 60% da arrecadação do FAT destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial e 40% são aplicados pelo BNDES em programas de desenvolvimento econômico.

¹ Aplicáveis às empresas e grupos econômicos não financeiros até 31 de dezembro de 2010.

Desde 2008, as captações do Tesouro Nacional vêm se tornando uma fonte significativa de recursos. A Lei 11.948/09 autorizou a concessão de créditos de até R\$ 100 bilhões para o BNDES, integralmente captados em 2009. De forma a garantir recursos suficientes para atender à demanda por desembolsos em 2010, foi publicada a MP 472/09, que alterou o limite de crédito previsto na Lei 11.948/09 e garantiu ao BNDES linha de crédito adicional de R\$ 80 bilhões, integralmente liberados no segundo trimestre de 2010. Ainda em 2010, foi publicada a MP 505/10, que autorizou a concessão de R\$ 30 bilhões ao BNDES, dos quais R\$ 24,8 bilhões, captados sob a forma de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), foram utilizados para integralização de ações de emissão da Petrobras.

Adicionalmente, o BNDES conta com recursos provenientes de: retorno das suas operações, monetização de ativos de sua carteira, participações societárias, recursos captados no mercado internacional de capitais, seja por intermédio de organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD), seja com a emissão de *bonds*, recursos captados no mercado interno, por meio da emissão de debêntures pela BNDESPAR, e recursos captados por meio de fundos institucionais, como o Fundo da Marinha Mercante (FMM) e o Fundo Garantidor de Investimentos (FGI).

Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2010, o BNDES possuía três subsidiárias integrais: BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e BNDES Limited. Por meio da BNDESPAR, o BNDES contribui para o fortalecimento da estrutura de capital de empresas privadas brasileiras e para o desenvolvimento do mercado de capitais, mediante participações acionárias e aquisição de debêntures conversíveis. Já a FINAME concede apoio, por intermédio de agentes financeiros credenciados, à expansão e à modernização da indústria brasileira, por meio de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil e de financiamentos a exportações e importações.

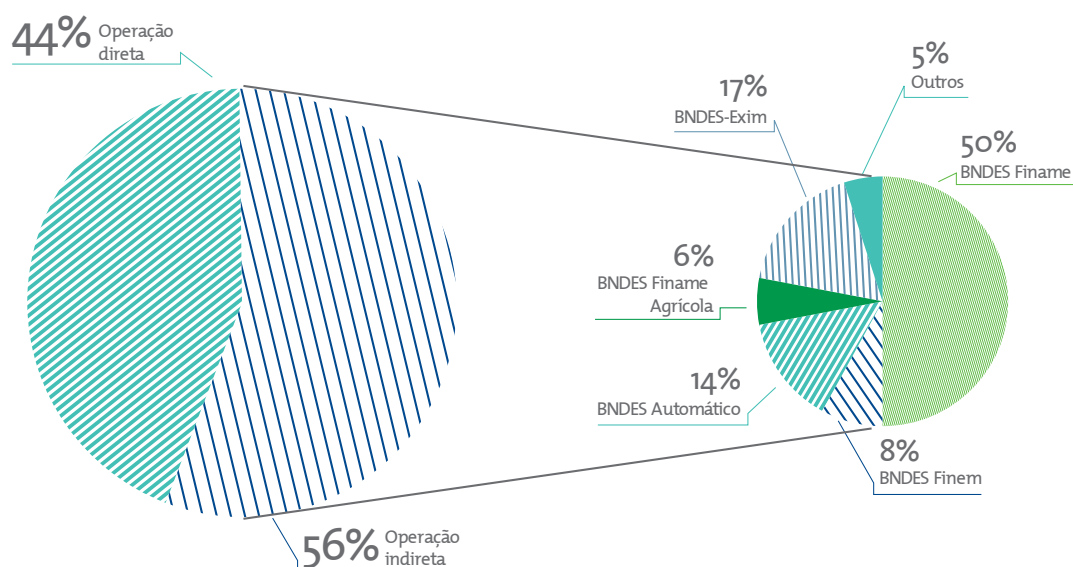
A atuação da **BNDESPAR** é direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. A BNDESPAR atua principalmente por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório, buscando oferecer apoio financeiro às empresas brasileiras sob a forma de capital de risco e, simultaneamente, estimular o fortalecimento e a modernização do mercado de valores mobiliários.

A **FINAME** tem como missão a promoção do desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país. Para cumprir sua missão, a FINAME atua por meio de repasse de recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas, o que contribui para aumentar a sua capilaridade, a sua simplicidade e a sua agilidade, atendendo clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.

A **BNDES Limited** foi constituída no primeiro trimestre de 2009, sob as leis do Reino Unido, como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £ 100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), tendo sido integralizados £ 3.536.301,00 até 31 de dezembro de 2010. Em 4 de novembro de 2009, a BNDES Limited foi inaugurada em Londres e se encontra em fase pré-operacional.

Desempenho operacional

Os desembolsos do Sistema BNDES, sem incluir os desembolsos ao mercado secundário, somaram R\$ 168,4 bilhões em 2010, valor 22,6% superior aos R\$ 137,4 bilhões registrados em 2009. A seguir, apresenta-se o perfil dos desembolsos realizados em 2010.



* Não inclui os desembolsos ao mercado secundário.

Em relação ao desembolso por porte de empresa, destaca-se o crescimento de 103,9% do desembolso a micro e pequenas empresas, substancialmente superior ao crescimento de 9,2% do desembolso a grandes empresas. O desembolso a pessoas físicas e a médias empresas apresentou crescimento de 67,0% e 86,8%, respectivamente.

Em relação ao desembolso por região, as regiões Sudeste e Sul representaram 58,2% e 17,9% do total, respectivamente, enquanto Nordeste, Norte e Centro-Oeste representaram 10,2%, 7,0% e 6,7%, respectivamente.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2009, como parte do processo de convergência às IFRS, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu diversos pronunciamentos técnicos e interpretações para aplicação mandatória nas demonstrações contábeis do exercício de 2010 pelas companhias por ela reguladas. A BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, está sujeita às normas emitidas pela CVM e, como tal, aplicou esses pronunciamentos técnicos e interpretações nas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

A aplicação desses pronunciamentos técnicos e interpretações pela BNDESPAR trouxe dois efeitos relevantes para o BNDES, os quais decorrem de práticas contábeis aceitas pelo Bacen desde 2001-2002 que não eram adotadas pelo BNDES em virtude de a CVM não permitir sua aplicação pela BNDESPAR. São eles:

- (i) Classificação das participações societárias em não coligadas na categoria "TVM – disponível para venda", seguindo as orientações contidas na Circular 3.068/01 do CMN. Como resultado dessa classificação, tais participações passaram a ser registradas pelo seu valor justo, em contrapartida a uma conta de patrimônio líquido denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A diferença entre o valor justo e o valor contábil dessas participações totalizou R\$ 44.567 milhões em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 29.414 milhões líquidos dos efeitos tributários); e
- (ii) mensuração e registro dos instrumentos financeiros derivativos, embutidos ou isolados, contidos em operações de participações societárias ou debêntures com cláusula de opção/conversão, suportado pela Circular 3.082/02 do CMN. Por se tratar de derivativos, seu registro é feito em contrapartida ao resultado do exercício, sendo a parcela referente ao saldo de abertura lançada em contrapartida a lucros acumulados (ajuste de exercícios anteriores). O impacto acumulado em 31 de dezembro de 2010, já líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 497 milhões, dos quais R\$ 265 milhões em contrapartida a lucros acumulados e R\$ 232 milhões em contrapartida ao resultado do exercício de 2010.

Indicadores econômico-financeiros

Resultado	2010	2009	Evolução %	4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução %
Resultado com operações financeiras	7.039	5.821	20,9%	2.480	1.424	74,2
Resultado com participações societárias	6.159	3.990	54,4%	2.612	1.503	73,8
Provisão para risco de crédito	2.852	(6)	(47.633,3)	992	(197)	603,6
Outras receitas e despesas, líquidas	(1.851)	(833)	122,2%	(647)	1.758	(136,8)
Tributação sobre o lucro	(4.286)	(2.237)	91,6%	(1.001)	(816)	22,7
Lucro (prejuízo) líquido (LL)	9.913	6.735	47,2%	4.436	3.672	20,8

Balço patrimonial	Dez/10	Dez/09	Evolução %	Dez/10	Set/10	Evolução %
Ativo total (AT)	549.020	386.633	42,0	549.020	492.481	11,5
Disponibilidade e aplicações financeiras	10.130	2.012	403,5	10.130	2.311	338,3
Títulos e valores mobiliários	145.930	76.097	91,8	145.930	122.662	19,0
Operações de créditos e repasses	361.575	283.671	27,5	361.575	340.120	6,3
Outros ativos	19.678	12.619	55,9	19.678	16.381	20,1
Investimentos, imobilizado, intagível e diferido	11.707	12.234	(4,3)	11.707	11.007	6,4
Empréstimos e repasses	430.421	304.763	41,2	430.421	419.404	2,6
Captações de mercado	-	13.741	(100,0)	-	4.035	(100,0)
Depósitos interfinanceiros	-	3.259	(100,0)	-	-	-
Outras obrigações	52.700	37.242	41,5	52.700	36.319	45,1
Patrimônio líquido	65.899	27.628	138,5	65.899	32.723	101,4
Patrimônio líquido/ativo total (PL/AT)	12,00%	7,15%		12,00%	6,64%	

Capitalização	Dez/10	Dez/09		Dez/10	Set/10	
Requerimento de capital	18,6%	17,5%		18,6%	16,4%	
Imobilização	0,4%	0,4%		0,4%	0,5%	

Índices financeiros (%)	Dez/10	Dez/09	Evolução %	Dez/10	Set/10	Evolução %
Inadimplência/carteira total ¹	0,15%	0,20%	(0,05)	0,15%	0,18%	(0,03)
PDD/carteira total ¹	1,15%	1,61%	(0,46)	1,15%	1,50%	(0,35)
PDD/Créditos Inadimplentes ¹	7,65	8,05	(0,40)	7,65	8,31	(0,66)

	2010	2009	Evolução %	4º TRIM/10	4º TRIM/09	Evolução %
Retorno s/ativos (LL/AT médio) ²	2,12%	2,03%	0,09	0,85%	0,98%	(0,13)
Retorno s/PL (LL/AT médio) ³	21,20%	25,47%	(4,27)	9,00%	13,55%	(4,55)

¹ Inclui operações de crédito e repasses interfinanceiros.

² Atmédio = (AT inicial + AT final)/2.

³ PL médio = (PL inicial + PL final)/2.

Resultado

O Sistema BNDES encerrou o exercício de 2010 com **lucro líquido** de R\$ 9.913 milhões, resultado 47,2% superior ao registrado no exercício anterior. Esse crescimento é explicado por:

- (i) Acréscimo de R\$ 2.169 milhões (54,4%) no resultado com participações societárias;
- (ii) acréscimo de R\$ 1.218 milhões (20,9%) no produto bruto da intermediação financeira; e
- (iii) receita com provisão para risco de crédito no valor de R\$ 2.852 milhões, em contraposição à despesa de R\$ 6 milhões registrada em 2009.

O acréscimo no resultado com participações societárias foi determinado pelo aumento no resultado com alienações de títulos e valores mobiliários (TVM), que passou de R\$ 1.159 milhões, em 2009, para R\$ 3.239 milhões, em 2010. As principais operações realizadas em 2010 envolveram ações de Telemar Participações, Banco do Brasil, Petrobras, Rio Polímeros e Light, que, juntas, responderam por 64,9% desse resultado (R\$ 2.099 milhões).

O crescimento no produto bruto de intermediação financeira foi sustentado por: (a) receita extraordinária de R\$ 522 milhões referente a prêmio recebido pela BNDESPAR em operação específica para postergação de prazo para conversão mandatária de debêntures, conforme previsto na escritura; e (b) crescimento da carteira de crédito e TVM suportado pelas recentes captações do Tesouro Nacional.

A receita com reversão da provisão para risco de crédito foi formada basicamente por recuperações de crédito, num total de R\$ 2.286 milhões.

Balanco patrimonial

O crescimento do **ativo total** do Sistema BNDES nos últimos anos deve-se, principalmente, ao aumento do volume de operações de crédito e TVM, suportado por captação de recursos de longo prazo, notadamente do Tesouro Nacional. Em 2010, destaca-se ainda o ajuste a valor justo da carteira de investimentos em não coligadas, que gerou um efeito de R\$ 44.567 milhões em relação a 31 de dezembro de 2009, conforme já comentado. Em 31 de dezembro de 2010, o ativo total atingiu R\$ 549.020 milhões, refletindo crescimento de 42,0% em relação a 31 de dezembro de 2009, suportado substancialmente pela entrada de recursos do Tesouro Nacional no total de R\$ 107 bilhões.

O crescimento de 91,8% da **carteira de títulos e valores mobiliários** em relação a 31 de dezembro de 2009 reflete a reclassificação, pela BNDESPAR, dos investimentos em sociedades não coligadas para o grupo de títulos e valores mobiliários, avaliados a valor justo. No BNDES, a correspondência desse efeito foi suportada pela Circular Bacen 3.068/01.

Em 31 de dezembro de 2010, a **carteira de títulos e valores mobiliários** somava R\$ 145.930 milhões, dos quais R\$ 95.908 milhões referentes a investimentos em sociedades não coligadas, R\$ 17.839 milhões à carteira de debêntures, líquida de provisão, R\$ 16.745 milhões a Notas do Tesouro Nacional e R\$ 5.955 milhões a Letras Financeiras do Tesouro. Os R\$ 9.484 milhões restantes compreendem fundos exclusivos de aplicação financeira (R\$ 3.966 milhões), Letras do Tesouro Nacional (R\$ 2.939 milhões), cotas de fundos de renda variável (R\$ 2.023 milhões) e instrumentos financeiros derivativos (R\$ 556 milhões).

Em relação à intenção de alienação dos títulos e valores mobiliários por parte da Administração, do total da carteira líquida de R\$ 145.930 milhões, 82,5% (R\$ 120.422 milhões) encontravam-se classificados na categoria "disponíveis para venda". Foram classificados R\$ 15.829 milhões (10,8%) como "mantidos até o vencimento", uma vez que o BNDES tem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los, e R\$ 9.063 milhões (6,2%) em "títulos para negociação". A parcela de 0,5% restante é representada por instrumentos financeiros derivativos (R\$ 556 milhões) e títulos vinculados à prestação de garantias (R\$ 63 milhões).

A **carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros**, líquida da provisão para risco de crédito, é responsável por 65,9% do ativo total em 31 de dezembro de 2010, tendo apresentado aumento de 27,5%, em relação a 31 de dezembro de 2009. Do total da carteira líquida, 50,2% estão representados por operações de crédito e 49,8%, por repasses interfinanceiros.

Conforme Resolução CMN 2.682/99, a **carteira de crédito** do Sistema BNDES é segregada em níveis crescentes de risco, que vão de AA a H. Em 31 de dezembro de 2010, 98,5% da carteira de operações de crédito e repasses concentravam-se nos níveis de AA a C, considerados de baixo risco. Os **créditos inadimplentes** somaram R\$ 551 milhões, correspondendo a 0,15% da carteira bruta total, sendo que 94,0% desses créditos não representam riscos para o resultado do BNDES, uma vez que já se encontram provisionados. O total da provisão para risco de crédito, de R\$ 4.215 milhões, correspondeu a 7,6 vezes o total dos créditos inadimplentes.

Qualidade da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2010 (em %)

Classificação de risco	BNDES Consolidado	SFN	Instituições financeiras privadas	Instituições financeiras públicas
AA-C	98,5	92,6	92,0	93,7
D-G	1,0	4,4	4,8	3,6
H	0,5	3,0	3,2	2,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Em 31 de dezembro de 2010, a rubrica **Investimentos** era composta majoritariamente de investimentos em coligadas mantidos pela BNDESPAR e não apresentou variação significativa em relação a 31 de dezembro de 2009.

Os empréstimos e repasses do **Tesouro Nacional** e do FAT são as principais fontes de recursos do BNDES, representando, respectivamente, 46,1% e 24,1% do passivo total. A partir do terceiro trimestre de 2009, o Tesouro Nacional passou a ser a principal fonte de recursos do BNDES, posição historicamente ocupada pelo FAT, por causa do volume de recursos captados em 2009, que totalizou R\$ 105 bilhões, e em 2010 (R\$ 107 bilhões).

Em relação ao **FAT**, verifica-se crescimento de 8,0% entre 2009 e 2010, em função do ingresso de R\$ 11.380 milhões sob a rubrica **FAT Constitucional**, valor este superior ao ingresso de R\$ 9.626 milhões registrado em 2009. Na rubrica **FAT Depósitos Especiais**, verifica-se crescimento de R\$ 349 milhões no ingresso de recursos entre 2009 e 2010.

Adicionalmente ao FAT e ao Tesouro Nacional, o BNDES tem outras importantes fontes de recursos na composição de seu *funding*, como:

- (i) **Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fundo PIS-Pasep, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)** e seu fundo de investimento, o **FI-FGTS**;
- (ii) **captações no mercado externo**, notadamente mediante a emissão de *bonds*;
- (iii) **emissão de debêntures** pela BNDESPAR;
- (iv) **operações compromissadas**; e
- (v) **depósitos interfinanceiros**, junto a instituições financeiras privadas nacionais.

Em 31 de dezembro de 2010, essas fontes totalizaram R\$ 75.928 milhões, o equivalente a 13,8% das fontes de recursos do BNDES.

As **captações no mercado externo** apresentaram crescimento de 20,1% entre 2009 e 2010, reflexo basicamente de emissões de *bonds*, que totalizaram R\$ 3.417 milhões em 2010, e da captação de recursos do BID, realizada em dezembro, no valor de R\$ 1.697 milhões. Entre as principais instituições internacionais com as quais o BNDES mantém operações, estão o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), o China Development Bank (CDB), o Banco de Crédito Alemão para Reconstrução Econômica (KfW), o Banco Nórdico de Investimento (NIB), o Banco Mundial e o BID.

A captação por meio de **depósitos interfinanceiros** teve início em janeiro de 2008, compondo a estratégia de gestão dos fluxos de recursos para suprir a demanda por desembolsos. As **operações compromissadas** referem-se às operações contratadas com o Banco do Brasil de venda de títulos públicos federais integrantes da carteira do BNDES, com compromisso de recompra e prazo de vencimento no curto prazo, remuneradas pela taxa Selic. As oscilações nesses saldos estão associadas à gestão financeira dos fluxos de disponibilidades para suprir a demanda por desembolsos. Com a entrada de novos recursos do Tesouro Nacional e a monetização de parcela de títulos públicos da carteira de TVM, a demanda por recursos de curto prazo foi reduzida, o que explica a inexistência de saldo em 31 de dezembro de 2010.

O saldo de **outras obrigações** apresentou crescimento de 41,5% entre 2009 e 2010 devido ao reconhecimento de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dos CPCs pela BNDESPAR, notadamente o registro e a marcação a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e a marcação a valor justo dos investimentos em não coligadas, que gerou impacto em torno de R\$ 15 bilhões.

O **patrimônio líquido** apresentou crescimento de 138,5% entre 2009 e 2010, em função de capitalizações realizadas em 2010, no montante de R\$ 7.200 milhões, e reconhecimento de R\$ 29.173 milhões, líquidos de tributos, a título de ajuste de avaliação patrimonial, contrapartida das variações no valor justo dos ativos classificados como disponíveis para venda. As capitalizações ocorreram em duas *tranches*: a primeira, em novembro, no valor de R\$ 2.700 milhões, por meio da transferência de parte dos direitos da União decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital da Eletrobras; e a segunda, em dezembro, no valor de R\$ 4.500 milhões, por meio da transferência de 139.754.560 ações ON da Petrobras.

Em relação aos limites operacionais, o **índice de Basileia** ficou em 18,6% (17,5% em 31 de dezembro de 2009), superior ao nível mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. O BNDES encerrou 2010 enquadrado em todos os limites prudenciais.

3. Gestão de riscos

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Risco do BNDES é responsável por:

- (i) Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
- (ii) monitorar os níveis de exposição a riscos;
- (iii) analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
- (iv) analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
- (v) avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
- (vi) disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

Ao longo de 2010, foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Está em andamento processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação do Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Deu-se continuidade à implantação de um sistema integrado de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida em janeiro de 2011. Para gestão do risco de crédito, destacam-se a aquisição de *software* específico, cuja implementação deverá ser concluída até o fim do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito.

Controles internos

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos, com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Nesse intuito, são realizadas atividades de avaliação dos riscos e dos controles internos existentes nos processos de trabalho, bem como da conformidade aos normativos internos e externos. Os relatórios contendo as conclusões dessas avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos baseia-se em um processo de comunicação, pautado na ética e na transparência. Além da divulgação da Política de Controles Internos e da disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet da instituição, o BNDES realiza palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, em que se procura destacar a importância do tema controles internos.

Risco operacional

O risco operacional refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou à deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e sua mitigação envolvem todas as áreas da instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e na avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do BNDES, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios do BNDES. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas na instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se divulgada em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

Para disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre riscos operacionais para o público interno na intranet.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, entre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado do BNDES está disponível para acesso público em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

Por sua natureza de banco de desenvolvimento, o BNDES tem baixa exposição em risco de mercado. Em particular, o BNDES segue uma estratégia de baixa exposição em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A política corporativa de gestão de risco de crédito, aprovada durante o exercício de 2010, formalizou o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, à mensuração, ao monitoramento, ao controle e à mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN 3.721/2009.

O BNDES apura mensalmente o cálculo da parcela referente ao capital regulatório para risco de crédito (PEPR) pelo método padronizado, conforme definido pela Circular 3.360/07 do Bacen. Com a finalidade de comparar o valor atualmente apurado de acordo com a metodologia padronizada com aquele proveniente da aplicação de estimativas internas de probabilidade de inadimplência e taxas de recuperação, o BNDES realiza estimativas do valor em risco para a carteira de créditos, inclusive com a utilização de cenários de *stress*.

Na Nota Explicativa 34 às demonstrações financeiras do BNDES, estão descritas as principais atividades relacionadas a cada qualidade de risco acima apresentada desempenhadas no exercício de 2010.

4. Governança corporativa

No Sistema BNDES, a adoção das melhores práticas de governança corporativa tem por objetivo otimizar o desempenho da instituição, protegendo seu acionista único, o governo federal, bem como as partes interessadas (*stakeholders*), tais como empregados, credores, trabalhadores (por meio do FAT, como principal fonte de recursos do Sistema BNDES) e a sociedade em geral, além de facilitar o acesso aos investimentos e financiamentos de capital. A análise das práticas de governança corporativa aplicadas ao Sistema BNDES deve oferecer, principalmente, transparência, equidade de tratamento dos interessados e prestação de contas.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BNDES é composto de 11 membros, entre eles o presidente do Conselho, sendo quatro indicados, respectivamente, pelos ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, da Fazenda e das Relações Exteriores e os demais, pelo ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O presidente do BNDES exerce a Vice-Presidência do Conselho.

Os membros do Conselho de Administração serão nomeados pelo presidente da República dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, com mandato de três anos, contados a partir da data de publicação do ato de nomeação, podendo ser reconduzidos por igual período.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre do ano civil e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente, a seu critério, ou por solicitação de, pelo menos, dois de seus membros. O Conselho somente deliberará com a presença de, pelo menos, seis de seus membros.

O Conselho de Administração tem como algumas de suas atribuições:

- (i) Opinar, quando solicitado pelo ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre questões relevantes pertinentes ao desenvolvimento econômico e social do país e que mais diretamente se relacionem com a ação do BNDES;
- (ii) aconselhar o presidente do BNDES sobre as linhas gerais orientadoras da ação do Banco e promover, perante as principais instituições do setor econômico e social, a divulgação dos objetivos, programas e resultados da atuação do Banco; e
- (iii) examinar e aprovar, por proposta do presidente do BNDES, políticas gerais e programas de atuação a longo prazo, em harmonia com a política econômico-financeira do governo federal.

Comitê de Auditoria

Conforme previsão estatutária e em linha com o preconizado pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Sistema BNDES conta com um Comitê de Auditoria que funciona como órgão auxiliar do Conselho de Administração, a quem deve se reportar. Pode ser composto de até seis membros (atualmente são três), designados pelo Conselho de Administração. O mandato é por prazo indeterminado, cessando-se, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração.

Entre as atribuições do Comitê de Auditoria, encontram-se:

- (i) Recomendar à administração do Banco a auditoria independente a ser contratada;
- (ii) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais;
- (iii) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna;
- (iv) recomendar à Diretoria do BNDES correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e
- (v) elaborar relatório contendo informações sobre as suas atividades e a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do BNDES é composto de três membros e três suplentes, todos com mandato de dois anos, admitida a recondução por igual período. Dois membros efetivos e seus respectivos suplentes são indicados pelo ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e um membro efetivo e seu respectivo suplente são indicados pelo ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, nomeados pelo presidente da República, em qualquer dos casos.

O Conselho Fiscal tem como atribuições examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDES, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Os órgãos de administração são obrigados a disponibilizar, por meio de comunicação formal, aos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 dias, cópia das atas de suas reuniões e, dentro de 15 dias de sua elaboração, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente, bem como dos relatórios de execução do orçamento.

Ouvidoria

Criada em 2003, a Ouvidoria do BNDES atua no pós-atendimento e na mediação de conflitos entre o cidadão e a instituição, prestando esclarecimentos e procurando estreitar os laços entre o BNDES, seus clientes e o público em geral. Para tanto, estimula iniciativas descentralizadas, voluntárias e efetivas de aprimoramento dos serviços prestados, tornando-se instrumento de inclusão social.

De forma autônoma, imparcial e sigilosa, a Ouvidoria interpreta os anseios do cidadão perante a empresa, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo democrático.

Nesse esforço, a Ouvidoria do BNDES tem a atribuição de atuar como canal de comunicação entre a instituição e os públicos externo e interno (funcionários e colaboradores), recebendo sugestões, denúncias, reclamações e demais manifestações não solucionadas por meio dos canais de atendimento Fale Conosco ou Atendimento da Área de Operações Indiretas.

O ouvidor é designado pelo presidente do BNDES e tem mandato por prazo indeterminado, cessando-se a qualquer tempo por decisão do presidente.

Gestão da ética

O BNDES tem convicção de ter conquistado reconhecimento e respeito na sociedade brasileira por valorizar o comportamento ético no exercício das atividades de seus empregados.

O compromisso com a gestão da ética no BNDES foi formalizado com a Resolução 1.007 da Diretoria, de 26 de junho de 2002, que criou o Código de Ética Profissional dos Empregados do Sistema BNDES – 2002. Esse regulamento orientou o trabalho desenvolvido na gestão da ética no BNDES por meio da promoção de ações de natureza educativa, da atualização e do aperfeiçoamento de suas normas e da apuração e da aplicação das penas cabíveis nos casos de infrações éticas. Em 28 de abril de 2009, foi aprovado pela Diretoria o atual Código de Ética do Sistema BNDES.

A gestão da ética no Sistema BNDES, nos termos do Código de Ética do Sistema BNDES, é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECET/GP), vinculadas à Presidência do BNDES. O Regimento Interno da Comissão de Ética foi aprovado em 23 de setembro de 2008 pela Resolução 1.642 da Diretoria.

Anualmente, conforme dispõe o Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, a Comissão de Ética do Sistema BNDES tem um terço de sua composição renovado, em função do término de mandato de dois de seus membros. Os membros são designados para exercer um mandato de três anos, renovável por igual período.

O BNDES é membro do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais desde a sua criação, em 21 de maio de 2007, participando das reuniões ordinárias, que ocorrem mensalmente, e da organização do Seminário Anual de Gestão da Ética nas Empresas Estatais. Atualmente, 20 empresas compõem o referido fórum, que se dedica a estudar e debater assuntos relacionados à ética, em seus aspectos conceituais, filosóficos, doutrinários, legais e administrativos, compartilhando experiências e fortalecendo a gestão da ética na esfera pública.

A Comissão de Ética do Sistema BNDES participa, ainda, do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, coordenado pela Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República, por meio da qual os membros da Comissão de Ética e da Secretaria Executiva estão em permanente capacitação e atualização.

Em 2010, a CET/BNDES procedeu à abertura de 60 (sessenta) procedimentos preliminares, abrangendo consultas, denúncias e aconselhamentos, entre outros. Foram realizadas 12 (doze) palestras objetivando a divulgação da gestão da ética no BNDES, com a disseminação do Código de Ética e seus valores, direcionadas aos novos empregados e por solicitação de algumas áreas, sempre em parceria com a Área de Recursos Humanos. Foram realizadas 34 (trinta e quatro) reuniões ordinárias.

Além do cumprimento das suas atribuições básicas, a CET/BNDES colaborou com os Grupos de Trabalho sobre Assédio Moral e Pró-Equidade de Gênero, além do Projeto Valores, do Projeto Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) e da Pesquisa de Clima Organizacional.

Por fim, cumpre observar que a ética é um dos valores do BNDES que, ao lado da excelência, do compromisso com o desenvolvimento e do espírito público, foram consagrados em 2010, considerado o Ano dos Valores do BNDES.

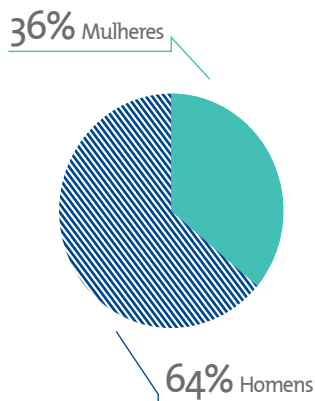
O reconhecimento e o respeito que o BNDES conquistou na sociedade brasileira devem-se, entre outros fatores, à longa tradição de comportamento ético predominante nas atividades exercidas.

5. Recursos humanos

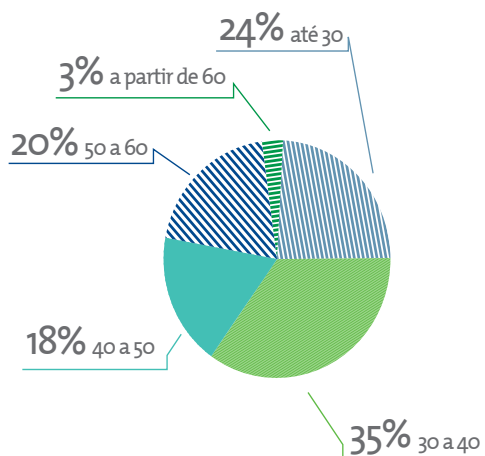
Em cumprimento à Constituição Federal, o BNDES contrata seus empregados por meio de seleção pública. A alteração do quantitativo de seu quadro funcional se dá por meio de portarias do DEST. A Portaria nº 9, expedida em abril de 2010, fixou o limite de quantitativo do Sistema BNDES em 2.840 empregados.

O BNDES encerrou 2010 com 2.635 empregados, representando um aumento de 9,88% em relação ao quantitativo do ano anterior, composto de 2.398 empregados.

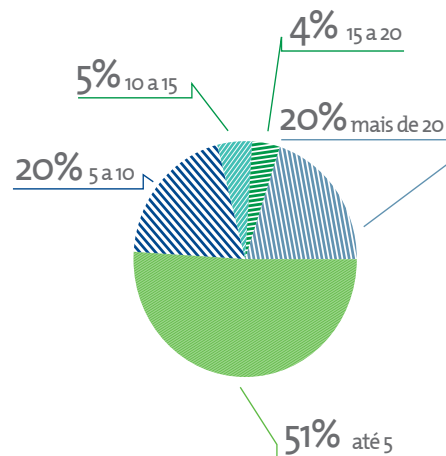
Gênero



Faixa etária



Tempo de serviço



Em consonância com o momento de renovação do quadro funcional, o BNDES continua oferecendo aos empregados que irão se desligar até 2012 o Programa Novos Tempos. A iniciativa tem o objetivo de assegurar a transmissão de conhecimento entre novos e antigos empregados, além de proporcionar novas opções de vida além do trabalho.

Cabe destacar que 37% das funções executivas são ocupadas por mulheres. Esse dado corrobora o esforço do Banco para reconhecer e indicar empregados para ocuparem funções de confiança, independentemente de seu gênero. O indicador sugere que está produzindo bons resultados o Programa Pró-Equidade de Gênero, coordenado pelo Gabinete da Presidência, cujo objetivo é a promoção de igualdade entre homens e mulheres.

Em 2010, o BNDES prosseguiu com sua estratégia de treinamento e capacitação dos empregados, considerada vital para a excelência do corpo funcional. Foram investidos aproximadamente R\$ 10 milhões em capacitação, incluindo, entre outras ações, cursos de pós-graduação, cursos de idiomas e treinamentos no exterior.

Como benefícios a seus empregados, o BNDES concede assistência educacional, vale-transporte e vale-refeição e cesta alimentação. Também assegura complementação de aposentadoria, auxílio-doença, assistência médica, entre outros, por meio da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes), entidade fechada de previdência privada.

No âmbito de Gestão de Pessoas, várias iniciativas estão em curso.

O Programa **Gestão por Competências** iniciou-se, em 2009, com o mapeamento e a redação das competências organizacionais e das competências executivas, reunidas no documento *Dicionário de competências organizacionais e executivas*. Após a primeira rodada de avaliação das competências executivas, foi iniciada a etapa de construção dos Planos de Desenvolvimento Individuais (PDIs) dos executivos, acordados entre eles e seus gestores. Além de cursos, leituras e, principalmente, atividades no ambiente de trabalho estão sendo estimuladas como importantes ferramentas de desenvolvimento dos executivos.

Em continuidade à implantação da Gestão por Competências, foi estruturado, em 2010, o projeto **Gestão Estratégica de Pessoas (GEP)**. O projeto determinará as diretrizes dos principais processos relacionados à gestão de pessoas no BNDES e tem como pilares quatro subprojetos: mapeamento e avaliação das competências técnicas e comportamentais, gestão de carreira, educação corporativa e gestão de desempenho. Os dois primeiros subprojetos estão avançados na etapa de estruturação e modelagem, enquanto os dois últimos serão iniciados em meados de 2011.

No âmbito do subprojeto mapeamento e avaliação de competências, foram aprovadas pela Diretoria, no mês de outubro, as competências comportamentais, aplicáveis aos empregados que não ocupam funções executivas.

O processo de mapeamento das competências comportamentais baseou-se em metodologia participativa e contou com o envolvimento de diversos profissionais do Banco, em diferentes momentos. Ao todo, participaram do mapeamento dessas competências cerca de 100 empregados de todas as áreas e segmentos do BNDES, com ou sem função executiva. Ao explicitar e, futuramente, estimular a avaliação dessas competências, o BNDES implantará um instrumento institucional que auxiliará o *feedback* entre o empregado e seu superior imediato, buscando identificar necessidades e oportunidades de desenvolvimento para todos.

Também em outubro, teve início o mapeamento das competências técnicas das áreas do BNDES. Esse trabalho, viabilizado por meio de *workshops* com alguns executivos e técnicos das áreas, tem por objetivo identificar as entregas técnicas estratégicas que competem a cada departamento do Banco, de modo a possibilitar a proposição futura de ações de educação corporativa estrategicamente alinhadas.

No mês de novembro, foram realizadas nove turmas de treinamento para executivos, com vistas a estimular a reflexão sobre as mudanças necessárias à gestão de pessoas no BNDES, apresentar as competências comportamentais, bem como ajustes realizados nas competências executivas.

Para monitorar o clima no ambiente de trabalho e a satisfação dos empregados com relação a diversos aspectos da organização, foi implementada a **Gestão de Clima Organizacional**. Na etapa de investigação, foi realizada pesquisa de clima com adesão de 70% dos empregados, seguida da realização de grupos focais. Está sendo desenvolvida a etapa de estruturação de planos de ação para melhoria do clima, que abrangerão ações focadas para cada área e também ações gerais para todo o Banco.

A fim de preservar a excelência de seu corpo funcional e a transmissão de conhecimento e de valores para os novos empregados, a ARH implementou o projeto Valores, com o objetivo de declarar e disseminar os valores do BNDES: ética, compromisso com o desenvolvimento, espírito público e excelência.

Dada a relevância do tema para a instituição, 2010 foi escolhido pela Alta Administração como o Ano dos Valores. O grupo de trabalho responsável pelo projeto promoveu diversas ações, tais como a Semana de Valores, o Concurso Literário e o Cine Valores. Em continuidade ao projeto, a ARH realizou encontros específicos para aprofundar a reflexão sobre a prática dos valores em cada uma das áreas.

6. Rating

Segundo a Standard & Poor's (S&P), o *rating* em escala global é BBB+ (moeda local) e BBB- (moeda estrangeira), ambos com perspectiva "estável".

Segundo a Moody's, o *rating* em escala global é A3 (moeda local) com perspectiva "estável" e Baa2 (moeda estrangeira) com perspectiva "positiva".

7. Auditoria Independente – Instrução CVM 381/03

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, o Sistema BNDES vem declarar que não tem qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou o comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

8. Circular Bacen 3.068/01

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 15.891 milhões, representando 11,0% do total de títulos e valores mobiliários.

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados, e ao mercado pelo indispensável apoio e confiança.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Ao acionista e administradores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Rio de Janeiro (RJ)

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, seja causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a controlada BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) possuía investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totaliza R\$ 640.147 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 31 de dezembro de 2010, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010, individual e consolidada, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração não é obrigatória para o Banco, sendo uma informação suplementar, a qual foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de empresas coligadas em que a controlada BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) possuía investimentos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$ 8.306.612 mil, que representava 2,15% do total dos ativos consolidados e 30,07% do patrimônio líquido e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R\$ 528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. Nossa opinião no que se refere aos valores desse investimento e do correspondente resultado de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida

Contador

CRC 1RJ 036.206/O-5

QUADRO 1

BNDES E SUAS CONTROLADAS: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE		64.145.085	44.714.814	90.143.056	68.401.044
DISPONIBILIDADES		8.009	2.972	15.897	4.750
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	10.113.958	2.006.817	10.113.958	2.006.817
Aplicações – carteira de câmbio	6.1	1.689.615	991	1.689.615	991
Aplicações em operações compromissadas	6.2	24.343	5.826	24.343	5.826
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.3	8.400.000	2.000.000	8.400.000	2.000.000
		-	-	-	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	10.912.556	6.144.476	15.714.020	10.544.554
Cotas de fundos exclusivos	7.4	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
Títulos públicos		8.714.855	4.130.627	8.714.855	4.130.627
Ações e bônus de subscrição	15.1	-	-	82.144	69.159
Debêntures disponíveis para venda	7.1	369.769	44.918	370.029	44.918
Debêntures mantidas até o vencimento	7.2	1.964	64.718	1.964	182.443
Provisão para risco de crédito – debêntures	8.2.4	-	(189)	-	(1.909)
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	7.5	-	-	2.022.829	1.579.884
Instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	28	833	90.976	833	90.976
Instrumentos financeiros derivativos – renda variável	28			555.668	
Notas promissórias		-	50.794	-	50.794
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	19.334.313	13.269.450	38.493.550	30.656.338
Créditos vinculados		25	26	25	26
Repasse interfinanceiros		19.404.776	13.368.467	38.670.859	30.842.074
Recursos livres		15.701.790	13.245.161	34.967.873	30.718.768
Recursos do PIS-Pasep		3.702.986	123.306	3.702.986	123.306
Provisão para risco de crédito		(70.488)	(99.043)	(177.334)	(185.762)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	20.213.924	19.446.603	21.442.578	20.515.022
Operações de crédito		20.518.811	19.856.330	21.835.401	20.947.349
Recursos livres		18.954.611	17.700.346	20.271.201	18.791.365
Recursos do PIS-Pasep		778.353	1.150.658	778.353	1.150.658
Recursos do Fundo da Marinha Mercante		785.847	1.005.326	785.847	1.005.326
Provisão para risco de crédito		(304.887)	(409.727)	(392.823)	(432.327)
OUTROS CRÉDITOS		3.277.949	3.598.809	4.077.594	4.377.066
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	5.177	225.272	227.826
Provisão para risco de crédito – venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	(155)	(1.766)	(21.978)
Direitos recebíveis	10	141.210	125.444	209.125	135.516
Provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	10	(306)	(2.390)	(1.798)	(5.738)
Créditos tributários	23.2	252.406	184.389	491.818	563.844
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	23.1	160.066	4.823	422.025	453.022
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12	997.577	965.961	725.545	727.139
Adiantamentos por depósito em garantia		139.679	136.583	471.148	151.478
Direitos a receber – Eletrobras	13	1.443.486	875.000	1.443.486	875.000
Diversos	14	143.831	1.303.977	92.739	1.270.957

(continua)

QUADRO 1

BNDES E SUAS CONTROLADAS: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
OUTROS VALORES E BENS		284.376	245.687	285.459	296.497
Outros valores e bens		10.934	11.707	10.934	11.707
Despesas antecipadas		273.442	233.980	274.525	284.790
ATIVO NÃO CIRCULANTE		456.709.081	334.565.126	458.876.906	318.232.227
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		364.845.750	290.953.187	447.169.463	284.180.919
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	28.245.231	35.773.182	130.215.535	43.736.323
Debêntures disponíveis para venda	7.1	1.935.075	1.356.960	13.694.731	3.622.240
Debêntures mantidas até o vencimento	7.2	2.716.905	2.711.557	3.775.348	8.592.173
Provisão para risco de crédito – debêntures	8.2.4	(2.670)	(81.262)	(3.331)	(264.017)
Títulos públicos		16.923.324	31.785.927	16.923.324	31.785.927
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	15.1	6.672.597	-	95.825.463	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	9	173.449.247	116.347.781	141.743.688	90.964.341
Repasse interfinanceiros		174.081.600	117.216.198	142.650.190	92.014.626
Recursos livres		150.200.231	91.920.642	118.768.821	66.719.070
Recursos do PIS-Pasep		23.881.369	25.295.556	23.881.369	25.295.556
Provisão para risco de crédito		(632.353)	(868.417)	(906.502)	(1.050.285)
		-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9	154.113.858	134.362.151	159.895.202	141.535.120
Operações de crédito		156.438.360	137.193.072	162.633.480	144.517.768
Recursos livres		148.434.315	130.261.317	154.629.435	137.586.013
Recursos do PIS-Pasep		2.051.953	3.119.136	2.051.953	3.119.136
Recursos do Fundo Marinha Mercante		5.952.092	3.812.619	5.952.092	3.812.619
Provisão para risco de crédito		(2.324.502)	(2.830.921)	(2.738.278)	(2.982.648)
OUTROS CRÉDITOS		9.037.414	4.470.073	15.315.038	7.945.135
Créditos tributários	23.2	415.720	353.786	870.426	939.292
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	1.054.650	879.699
Provisão para risco de crédito – venda a prazo de títulos e valores mobiliários	10	-	-	(8.491)	(8.852)
Direitos recebíveis	10	919.105	924.935	2.512.600	934.430
Provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	10	(1.988)	(17.621)	(36.987)	(20.779)
Créditos perante o Tesouro Nacional	32.1	1.784.273	409.483	3.547.589	785.813
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	12			1.183.848	1.405.138
Direitos a receber – Eletrobras	13	5.728.708	2.625.000	5.728.708	2.625.000
Incentivos fiscais		191.596	174.490	462.695	405.394
INVESTIMENTOS	15	91.724.009	43.503.563	11.568.121	33.942.932
Participações em controladas e coligadas	15.2	91.496.545	43.376.227	11.340.657	11.999.177
Participações em outras empresas	15.2.4	184.136	84.008	184.136	21.900.427
Outros investimentos	15.2.5	43.328	43.328	43.328	43.328
IMOBILIZADO DE USO		98.488	95.756	98.488	95.756
INTANGÍVEL		40.834	12.620	40.834	12.620
TOTAL DO ATIVO		520.854.166	379.279.940	549.019.962	386.633.271

(continua)

QUADRO 1

BNDES E SUAS CONTROLADAS: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE		13.394.568	32.670.013	17.083.009	31.758.245
DEPÓSITOS		269	3.259.047	269	3.259.047
Depósitos interfinanceiros	17		3.258.834		3.258.834
Diversos		269	213	269	213
CAPTAÇÕES NO MERCADO		-	13.740.763	-	13.740.763
Obrigações por operações compromissadas	18	-	13.740.763	-	13.740.763
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		10.025	409	10.025	409
Recursos em trânsito de terceiros		10.025	409	10.025	409
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	21	548.183	291.698	854.407	353.710
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	20	5.126.130	6.849.597	6.693.525	4.667.048
Empréstimos no país	20.1	362.147	361.030	362.147	361.030
Empréstimos no exterior	20.1	585.571	423.849	585.571	423.849
Bônus		585.571	423.849	585.571	423.849
Repasse no país		3.342.124	5.031.878	4.909.519	2.849.329
Tesouro Nacional	20.1	1.676.679	1.743.540	4.116.754	1.812.288
Controladas	20.1	872.680	2.251.297	-	-
Fundo da Marinha Mercante	20.1	787.689	1.032.269	787.689	1.032.269
Outros		5.076	4.772	5.076	4.772
Repasse no exterior – instituições multilaterais	20.1	836.288	1.032.840	836.288	1.032.840
		-	-	-	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES		4.041.939	5.605.176	5.856.761	6.813.945
Fundos financeiros e de desenvolvimento		2.423.581 0	2.375.728 0	2.429.549	2.375.736
Fundo PIS-Pasep	16	1.850.716	1.785.601	1.850.716	1.785.601
Outros		572.865	590.127	578.833	590.135
Impostos e contribuições sobre o lucro	23	-	462.097	551.960	1.371.711
Outros impostos e contribuições		59.676	68.535	110.111	105.258
Credores vinculados a liquidação de operação de câmbio		-	-	96.265	107.005
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	1.589.345	-	1.589.345
Provisões trabalhistas e cíveis	24	1.229	3.952	7.059	9.372
Contas a pagar – Fapes	29.1	21.634	18.070	28.875	24.150
Vinculadas ao Tesouro Nacional	32.2	6.523	2.366	128.862	62.241
Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	30.535	56.404	42.690	80.690
Impostos e contribuições diferidos	23.2	41.771	26.013	58.189	38.368
Passivo atuarial – FAMS	29.2	10.839	13.285	16.308	19.258
Instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	28	119.223	237.273	119.223	237.273
Instrumentos financeiros derivativos – renda variável	28	-	-	483.569	-
Obrigações por depósitos a apropriar		881.923	381.774	881.923	381.774
Diversas		445.005	370.334	902.178	411.764

(continua)

QUADRO 1

BNDES E SUAS CONTROLADAS: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA		682.551	200.700	682.551	200.700
Secretaria do Tesouro Nacional	22	682.551	200.700	682.551	200.700
DÍVIDAS SUBORDINADAS		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
FAT constitucional	19.1	2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
Outras dívidas subordinadas		2.985.471	2.722.623	2.985.471	2.722.623
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		441.560.333	318.981.883	466.037.688	327.246.982
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		441.560.333	318.981.883	466.037.688	327.246.982
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
Depósitos especiais – FAT	19.2	21.573.637	22.970.880	21.573.637	22.970.880
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	21	6.178.973	6.668.324	11.872.515	10.205.560
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	20	263.017.844	150.809.628	265.493.140	154.650.333
Empréstimos no país	20.1	5.112.146	5.415.826	5.112.146	5.415.826
Empréstimos no exterior	20.1	6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Bônus		6.669.600	4.004.760	6.669.600	4.004.760
Repasse no país		239.549.435	130.387.025	242.024.731	134.227.730
Tesouro Nacional	20.1	233.122.244	125.533.832	235.706.773	130.012.159
Controladas	20.1	109.234	637.622	-	-
Fundo da Marinha Mercante	20.1	6.288.555	4.181.493	6.288.555	4.181.493
Outros		29.402	34.078	29.403	34.078
Repasse no exterior – Instituições multilaterais	20.1	11.686.663	11.002.017	11.686.663	11.002.017
OUTRAS OBRIGAÇÕES		30.534.577	29.541.402	46.843.094	30.428.560
Fundos financeiros e de desenvolvimento		28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Fundo PIS-Pasep	16	28.976.891	28.257.782	28.976.891	28.257.782
Contas a pagar – Fapes	29.1	519.001	502.854	673.575	653.361
Provisões trabalhistas e cíveis	24	118.928	141.433	654.509	683.528
Instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros	28	115.082	-	115.082	-
Passivo atuarial – FAMS	29.2	604.264	492.727	761.510	661.140
Provisão para programa de desligamento de funcionários	31	35.602	38.425	52.453	56.514
Impostos e contribuições diferidos	23.2	164.809	108.181	15.609.074	116.235
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA		12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Secretaria do Tesouro Nacional	22	12.551.465	12.188.216	12.551.465	12.188.216
Outros instrumentos híbridos de capital e dívida		4.932.695	4.645.416	4.997.966	4.113.118
Elegível a capital		7.618.770	7.542.800	7.553.499	8.075.098
DÍVIDAS SUBORDINADAS		107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
FAT Constitucional	19.1	107.703.837	96.803.433	107.703.837	96.803.433
Outras dívidas subordinadas		88.795.176	80.647.531	88.764.881	80.671.778
Elegível a capital		18.908.661	16.155.902	18.938.956	16.131.655

(continua)

QUADRO 1

BNDES E SUAS CONTROLADAS: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2010	2009	2010	2009
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	65.899.265	27.628.044	65.899.265	27.628.044
Capital social		29.557.415	20.260.881	29.557.415	20.260.881
Reserva de capital		-	106.631	-	106.631
Reservas de lucros		7.045.298	7.135.726	7.045.298	7.135.726
Reserva legal		843.997	1.519.676	843.996	1.519.676
Reserva de incentivos fiscais		61.215	99.708	61.215	99.708
Reserva para futuro aumento de capital		1.442.602	1.701.914	1.442.602	1.701.914
Reserva para margem operacional		4.697.484	3.814.428	4.697.485	3.814.428
Ajustes de avaliação patrimonial		29.296.552	124.806	29.296.552	124.806
De ativos próprios		93.189	109.463	93.189	109.463
De ativos de coligadas e controladas		29.203.363	15.343	29.203.363	15.343
TOTAL DO PASSIVO		520.854.166	379.279.940	549.019.962	386.633.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

**BNDES E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
		2º semestre de 2010	Exercício		2º semestre de 2010	Exercício	
			2010	2009		2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA							
		11.776.469	28.028.442	9.135.164	13.991.805	31.238.858	11.164.152
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		-	-	-	-	-	-
. Moeda nacional		9.954.192	17.958.566	14.089.134	9.876.732	18.366.606	14.911.819
. Moeda estrangeira		(2.587.058)	1.155.291	(9.990.416)	(2.524.118)	1.232.662	(9.932.442)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários		3.291.280	7.049.941	4.128.075	4.399.962	8.373.959	5.187.147
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		861.745	1.364.791	405.094	1.978.651	2.761.538	495.439
Rendas com administração de fundos e programas		256.310	499.853	503.277	256.298	499.813	502.189
Resultado com alienações de títulos de renda fixa		-	-	-	4.280	4.280	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA							
		(7.473.502)	(18.541.303)	(3.118.507)	(8.722.561)	(21.348.134)	(5.348.941)
Captação no mercado – financiamentos e repasses							
. Moeda nacional		(10.708.079)	(19.989.806)	(13.481.186)	(12.041.832)	(22.616.022)	(15.727.006)
. Moeda estrangeira		3.303.981	(416.348)	11.097.715	3.303.981	(416.679)	11.097.216
Resultado com instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros		(873.411)	(1.148.053)	(580.872)	(873.411)	(1.148.053)	(580.872)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(2.104)	(4.157)	(3.932)	(2.104)	(4.157)	(3.932)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	27	831.334	3.032.062	(21.588)	916.028	2.851.778	(5.703)
Resultado da carteira de câmbio		(25.223)	(15.001)	(128.644)	(25.223)	(15.001)	(128.644)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA							
		4.302.967	9.487.139	6.016.657	5.269.244	9.890.724	5.815.211
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
		2.714.162	2.930.683	1.847.557	3.235.660	4.468.210	3.242.808
Resultado com equivalência patrimonial	15	3.153.165	4.054.643	4.155.579	301.147	439.393	778.115
Atualização monetária líquida de ativos e passivos – Selic		35.773	(38.465)	(1.307.681)	126.488	107.386	715.500
Amortização de ágios		-	-	-	(29.793)	(29.793)	-
Reversão (constituição) de provisão para ajuste de investimentos		-	-	-	(39.975)	(144.395)	(373.549)
Receita de dividendos		-	-	137	116.006	635.639	1.307.168
Receita de juros sobre o capital próprio		74.479	74.882	-	1.033.362	1.667.902	1.119.280
Resultado com alienações de títulos de renda variável		-	-	-	2.349.786	3.238.442	1.158.801
Resultado com instrumentos financeiros derivativos – renda variável		-	-	-	351.346	351.346	-
Outras rendas sobre participações societárias		-	-	-	-	(2)	47
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		16.925	22.536	642.356	5.126	26.436	584.812
Despesas tributárias		(193.120)	(381.331)	(391.296)	(336.016)	(592.512)	(546.819)
Despesas com pessoal		(358.912)	(656.436)	(695.558)	(534.579)	(976.985)	(919.464)
Despesas administrativas		(136.293)	(211.412)	(209.405)	(198.652)	(306.673)	(274.133)
Outras receitas operacionais		323.360	489.985	3.749	324.194	531.317	89.330
Outras despesas operacionais		(201.215)	(423.719)	(350.324)	(232.780)	(479.291)	(396.280)

(continua)

(continuação)

QUADRO 2

BNDES E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
		2º semestre de 2010	Exercício		2º semestre de 2010	Exercício	
			2010	2009		2010	2009
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		7.017.129	12.417.822	7.864.214	8.504.904	14.358.934	9.058.019
Imposto de Renda	23	(358.248)	(1.516.709)	(574.927)	(1.237.457)	(2.622.985)	(1.683.232)
Contribuição Social	23	(223.528)	(925.493)	(350.057)	(597.409)	(1.384.089)	(764.614)
Impostos e Contribuição Social diferidos – constituição líquida de realização	23	14.079	44.438	(138.473)	(168.035)	(279.231)	211.296
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.449.432	10.020.058	6.800.757	6.502.003	10.072.629	6.821.469
Participação dos empregados no lucro		(106.736)	(106.736)	(65.588)	(159.307)	(159.307)	(86.300)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		6.342.696	9.913.322	6.735.169	6.342.696	9.913.322	6.735.169
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO POR AÇÃO		1,010996	1,580137	1,073554			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

**BND E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS)**

		Reserva de capital	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	9.296.534	(106.631)	(1.182.918)	(58.678)	(748.307)	-	-	-	-	7.200.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	4.768.035	-
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	(16.274)	29.188.020	-	29.171.746
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	9.913.322	9.913.322
Destinação do resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao acionista										
Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	<u>29.557.415</u>	<u>-</u>	<u>843.997</u>	<u>61.215</u>	<u>1.442.602</u>	<u>4.697.484</u>	<u>93.189</u>	<u>29.203.363</u>	<u>-</u>	<u>65.899.265</u>
Mutações no exercício	9.296.534	(106.631)	(675.679)	(38.493)	(259.312)	883.056	(16.274)	29.188.020	-	38.271.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)

QUADRO 3

BNDES E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º julho de 2010	22.357.415	2.700.000	336.758	41.030	953.607	215.293	68.719	336.656	3.570.626	30.580.104
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	231.449	231.449
Aumento de capital (Nota 25)	7.200.000	(2.700.000)	-	-	-	-	-	-	-	4.500.000
Reversão de reservas	-	-	-	-	(953.607)	(215.293)	-	-	1.168.900	-
Dividendos complementares (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.168.900)	(1.168.900)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 25)	-	-	-	-	-	-	24.470	28.866.707	-	28.891.177
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.342.696	6.342.696
Destinação do resultado (Nota 25):										
. Remuneração ao acionista										
Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.600)	(771.600)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	-	507.239	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	20.185	-	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	1.442.602	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	4.697.484	-	-	4.697.484	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	-	843.997	61.215	1.442.602	4.697.484	93.189	29.203.363	-	65.899.265
Mutações no semestre	7.200.000	(2.700.000)	507.239	20.185	488.995	4.482.191	24.470	28.866.707	(3.570.626)	35.319.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

BND E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	De ativos próprios	De ativos de coligadas e controladas		
Em 1º de janeiro de 2009	13.879.407	106.631	1.182.918	58.678	748.307	2.920.942	156.963	4.684	6.208.091	25.266.621
Aumento de capital (Nota 25)	6.381.474	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	4.381.474
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.129.034)	(7.129.034)
Reversão de reserva de margem operacional	-	-	-	-	-	(2.920.942)	-	-	2.920.942	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(47.500)	10.659	-	(36.841)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.735.169	6.735.169
Destinação do resultado (Nota 25):										
. Reserva legal	-	-	336.758	-	-	-	-	-	(336.758)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	41.030	-	-	-	-	(41.030)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207.798)	(1.207.798)
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.547)	(381.547)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	953.607	-	-	-	(953.607)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	3.814.428	-	-	(3.814.428)	-
Em 31 de dezembro de 2009	20.260.881	106.631	1.519.676	99.708	1.701.914	3.814.428	109.463	15.343	-	27.628.044
Mutações no exercício	6.381.474	-	336.758	41.030	953.607	893.486	(47.500)	10.659	(6.208.091)	2.361.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

**BNDES E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)**

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2010	Exercício		2º semestre de 2010	Exercício	
		2010	2009		2010	2009
Atividades operacionais						
Lucro líquido do semestre/exercício	6.342.696	9.913.322	6.735.169	6.342.696	9.913.322	6.735.169
Ajustes que não afetam as disponibilidades	(4.007.131)	(7.137.194)	(4.621.528)	(972.318)	(2.840.468)	(1.173.858)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(831.334)	(3.032.062)	21.588	(916.028)	(2.851.778)	5.703
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(16.925)	(22.536)	(642.356)	(5.126)	(26.436)	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para ajuste de investimentos	-	-	-	(301.147)	144.395	373.549
Resultado de participações em coligadas e controladas	(3.153.165)	(4.054.643)	(4.155.579)	12.180	(439.393)	(778.115)
Depreciação e amortização	8.372	16.485	16.346	29.793	23.720	21.113
Amortização de ágios	-	-	-	168.035	29.793	-
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	(14.079)	(44.438)	138.473	39.975	279.231	(211.296)
Variação de ativos e obrigações	14.694.707	8.875.032	12.189.153	(55.404.942)	(63.600.861)	(4.736.271)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(49.396.402)	(80.675.926)	(54.857.266)	(43.811.946)	(75.245.389)	(67.473.201)
. Diminuição (aumento) líquida em títulos e valores mobiliários	49.177.550	(2.437.443)	(26.579.561)	(42.265.617)	(96.845.992)	(31.383.997)
. Diminuição (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(1.858.410)	(1.623.825)	(3.361.612)	(5.244.628)	(6.043.421)	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	27.934.183	111.251.711	90.129.810	28.324.028	113.642.206	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	316.060	845.100	6.364.982	316.060	845.100	6.364.982
. Aumento (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780	(10.039.370)	(13.740.763)	5.293.780
. Aumento (diminuição) líquido nas obrigações por emissões de debêntures	(131.557)	(232.866)	(43.336)	2.066.781	2.167.652	1.253.475
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo	848.005	(2.355.364)	(5.215.709)	19.864.632	16.233.983	(3.107.378)
. IR e CSLL pagos	(2.155.352)	(2.155.592)	458.065	(4.614.882)	(4.614.237)	(1.066.799)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	17.030.273	11.651.160	14.302.794	(50.034.564)	(56.528.007)	825.040
Atividades de investimentos						
. Aumento (diminuição) líquido do ativo permanente	(11.978.046)	(13.094.368)	(17.641.716)	54.323.222	55.172.645	(4.415.782)
. Recebimento de dividendos de coligadas	-	965.961	(840.176)	467.893	495.108	495.727
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(11.978.046)	(12.128.407)	(18.481.892)	54.791.115	55.667.753	(3.920.055)

(continua)

(continuação)

QUADRO 4

BNDES E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2010	Exercício		2º semestre de 2010	Exercício	
		2010	2009		2010	2009
Atividades de financiamentos						
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	5.340.130	11.163.252	8.210.938	5.340.130	11.163.252	8.210.938
. Pagamento de dividendos	(922.862)	(2.511.324)	(8.448.494)	(1.028.212)	(2.616.674)	(8.448.494)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	4.417.268	8.651.928	(237.556)	4.311.918	8.546.578	(237.556)
Aumento/redução das disponibilidades	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)
Modificação na posição financeira						
Início do semestre/exercício	2.477.608	3.772.421 -	8.189.075	5.027.084	6.409.229 -	9.741.800
Saldo de caixa e equivalentes de caixa*	2.477.608	3.772.421	8.189.075	5.027.084	6.409.229	9.741.800
Final do semestre/exercício	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553 -	6.409.229
Saldo de caixa e equivalentes de caixa*	11.947.102	11.947.102	3.772.421	14.095.553	14.095.553	6.409.229
Aumento/redução das disponibilidades	9.469.494	8.174.681	(4.416.654)	9.068.469	7.686.324	(3.332.571)

* Inclui disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

**BND E SUAS CONTROLADAS: DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)**

	BNDES			CONSOLIDADO		
	2º semestre de 2010	Exercício		2º semestre de 2010	Exercício	
		2010	2009		2010	2009
RECEITAS	12.966.936	31.512.024	7.809.644	17.251.196	37.529.776	14.444.669
Intermediação financeira	11.776.469	28.028.442	9.135.164	13.661.188	30.908.241	13.202.194
Outras receitas operacionais	359.133	451.520	(1.303.932)	2.673.980	3.769.757	1.248.178
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	831.334	3.032.062	(21.588)	916.028	2.851.778	(5.703)
Receitas não operacionais	-	-	-	-	-	-
DESPESAS	8.488.483	21.972.752	2.803.640	9.086.942	23.891.415	6.475.995
Intermediação financeira	8.304.836	21.573.365	3.096.919	8.956.626	23.517.949	5.343.238
Outras despesas operacionais	183.647	399.387	(293.279)	130.316	373.466	1.132.757
Despesas não operacionais	-	-	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	107.797	166.935	176.338	197.047	386.518	604.989
Materiais, energia e outros	14.848	25.448	31.911	21.642	37.500	41.865
Serviços de terceiros	92.949	141.487	144.427	135.430	204.623	189.575
Perda (recuperação) de valores ativos	-	-	-	39.975	144.395	373.549
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.370.656	9.372.337	4.829.666	7.967.207	13.251.843	7.363.685
RETENÇÕES	8.372	16.485	16.346	12.179	23.720	21.113
Depreciação, amortização e exaustão	8.372	16.485	16.346	12.179	23.720	21.113
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.362.284	9.355.852	4.813.320	7.955.028	13.228.123	7.342.572
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.227.644	4.129.525	4.155.716	1.450.515	2.742.934	3.204.563
Resultado de equivalência patrimonial	3.153.165	4.054.643	4.155.579	301.147	439.393	778.115
Dividendos e juros sobre capital próprio	74.479	74.882	137	1.149.368	2.303.541	2.426.448
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	7.589.928	13.485.377	8.969.036	9.405.543	15.971.057	10.547.135
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.589.928	13.485.377	8.969.036	9.405.543	15.971.057	10.547.135
Pessoal e encargos	303.454	567.245	609.646	450.855	842.031	805.613
Participação dos empregados nos lucros	106.736	106.736	65.588	159.307	159.307	86.300
Impostos, taxas e contribuições	819.014	2.873.617	1.545.653	2.425.778	5.019.894	2.902.974
Aluguéis	18.028	24.457	12.980	26.907	36.503	17.079
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.477.261	3.477.261	1.589.345	3.477.261	3.477.261	1.589.345
Lucros retidos	2.865.435	6.436.061	5.145.824	2.865.435	6.436.061	5.145.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

1. Contexto operacional

1.1 Histórico

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei 1.628, como autarquia federal. Posteriormente, com a Lei 5.662 e o Decreto 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional (CMN).

1.2 Objetivos e atuação

O Sistema BNDES é o principal instrumento do governo federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

O BNDES apresenta uma estrutura voltada para promover o desenvolvimento nacional e a geração de empregos, priorizando:

- Investimentos em infraestrutura;
- investimentos em insumos básicos, para retomada do crescimento industrial;
- exportações;
- tecnologia nacional;
- fomento a pequenas e médias empresas; e
- integração continental para a América do Sul.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem um papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua também por intermédio das subsidiárias integrais BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que investe em empresas nacionais por meio da subscrição de ações e debêntures conversíveis, Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), que apoia a expansão e a modernização da indústria brasileira através do financiamento à compra de máquinas e equipamentos e à exportação de bens de capital e serviço, e BNDES Limited, empresa sediada em Londres, cujo objetivo é atuar como *holding* para investir em títulos e valores mobiliários em qualquer país, contribuindo para a internacionalização de empresas brasileiras. A BNDES Limited está em fase pré-operacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – adoção das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normativos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas técnicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e normas do Banco Central do Brasil (Bacen) e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638/07 e, em 27 de maio de 2009, a Lei 11.941/09, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV, que trata de matéria contábil.

Embora o Banco Central do Brasil não tenha ainda se manifestado a respeito de todas as alterações introduzidas pela referida lei e pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), até a adequação completa das normas no Cosif, a Administração decidiu adotar pela primeira vez a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09, optando pela data de transição em 1º de janeiro de 2008, com base no § 1º do art. 186 da Lei 6.404/76 e subsidiariamente as normas da CVM, não conflitantes com as regulamentações do Banco Central.

Além disso, a Administração optou pela não adoção antecipada dos pronunciamentos técnicos emitidos no exercício de 2009, que entrarão em vigor em 2010. Dessa forma, no exercício de 2009, foram adotados apenas os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC até o fim do exercício de 2008 (CPC 1 a 14), não conflitantes com as regulamentações do Banco Central do Brasil. Com isso, os Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e interpretações diversas serão adotados, quando for o caso, e quando não forem conflitantes com as regulamentações do Banco Central. Os efeitos advindos da possível adoção antecipada não foram mensurados.

As demonstrações financeiras da BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2010, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC e aprovadas pela CVM. Os efeitos da adoção desses pronunciamentos no que diz respeito a ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros foram recepcionados nas demonstrações do BNDES com base nas Circulares 3068/2001 e 3082/2002 do Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão complementadas pela adoção dos CPCs da controlada BNDESPAR.

As demonstrações financeiras do BNDES e do Consolidado foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011.

3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o BNDES e suas controladas integrais FINAME, BNDESPAR e BNDES Limited. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada com as seguintes eliminações:

- i. Participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- ii. saldos das operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou do passivo, mantidos entre as instituições;
- iii. saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, que não ocorreram no período, decorrentes de negócios entre as instituições; e
- iv. tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

4. Sumário das principais práticas contábeis

4.1 Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos, sendo apropriadas ao resultado do exercício à medida que incorram. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

4.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

4.3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, e pela Lei 11.638/07, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- a) Títulos para negociação;
- b) títulos disponíveis para venda; e
- c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas diariamente e, portanto, já estão ajustadas a valor de mercado, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* e operações com mercado de futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de *swap* – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e o diferencial a receber ou a pagar, contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço;
- Operações com mercado de futuros – os valores referenciais são registrados em contas de compensação e os valores a receber e/ou a pagar referentes aos ajustes diários são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as contas de resultado. Essas operações têm liquidação diária.

O Banco Central do Brasil, por meio da Circular 3.082/2002, estabeleceu critérios de avaliação e classificação para os instrumentos financeiros derivativos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* ou como *hedge* de risco de mercado, em conta de receita ou despesa, no resultado do exercício.

4.4 Operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e provisão para risco de crédito

As operações de crédito, repasses interfinanceiros, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo.

As rendas das operações (de crédito e repasses interfinanceiros) vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução 2.682.

4.5 Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas, consideradas aquelas em que o Banco tem influência significativa nos termos da Lei 11.941/09, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo e, quando aplicável, ajustados para o seu valor de provável realização.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, declarados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, são registrados reduzindo o valor das respectivas participações societárias. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio dos investimentos avaliados ao custo de aquisição são creditados diretamente ao resultado do período.

Os ágios apurados na aquisição de investimentos, cujos fundamentos econômicos não são identificados, são amortizados integralmente. Os decorrentes de expectativa de resultados futuros são submetidos ao teste de recuperabilidade a que se refere a Deliberação 527 da CVM, de 1º de novembro de 2007.

Os deságios decorrentes de aquisição de investimentos cujo fundamento econômico não é identificado (outras razões econômicas) serão baixados quando ocorrer a alienação dos investimentos.

4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

4.7 Intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

4.8 Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

4.9 Benefícios a empregados

a. Plano de aposentadoria complementar

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados um plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

b. Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias oferecem um benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, de forma demonstrável, comprometidos com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

d. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item "participação dos empregados no lucro" na demonstração do resultado). O BNDES reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

4.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 mil no mês (R\$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A Contribuição Social, para o BNDES e a FINAME, foi constituída à alíquota de 15% e 9% para a BNDESPAR.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “créditos tributários”.

4.11 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem notadamente provisão para risco de crédito, provisão para contingências, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Disponibilidades	8.009	2.972	15.897	4.750
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	10.113.958	2.006.817	10.113.958	2.006.817
Títulos e valores mobiliários				
Cotas de fundos exclusivos (Nota 7.4)	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
	11.947.102	3.772.421	14.095.553	6.409.229

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

6.1 Aplicações em carteira de câmbio

O saldo dessas operações de curto prazo, em 31 de dezembro de 2010, monta em R\$ 1.689.615 mil (R\$ 991 mil em 31 de dezembro de 2009).

6.2 Aplicações em operações compromissadas

O BNDES realizou operações de compra de títulos com compromisso de revenda (mercado de balcão), de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais, com saldo de R\$ 24.343 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 5.826 mil em 31 de dezembro de 2009).

6.3 Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 2008, o BNDES começou a realizar aplicações de curto prazo registradas na Cetip. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros era de R\$ 8.400.000 mil (R\$ 2.000.000 mil em 31 de dezembro de 2009).

7. Títulos e valores mobiliários

7.1 Composição por natureza e por emissor

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Livres	39.096.924	27.757.738	145.313.685	40.305.432
Títulos para negociação:				
Público:				
Cotas de fundos de investimento exclusivo	1.825.135	1.762.632	3.965.698	4.397.662
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.992.576	2.786.327	4.992.576	2.786.327
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	104.299	89.776	104.299	89.776
	6.922.010	4.638.735	9.062.573	7.273.765
Títulos disponíveis para venda:				
Público:				
Debêntures	819.882	90.760	957.855	90.760
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	6.672.597	-	54.902.741	-
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	899.563	1.088.883	899.563	1.088.883
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.938.695	1.841.774	2.938.695	1.841.774
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.384.901	3.058.249	2.384.901	3.058.249
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	2.203.983	5.617.167	2.203.983	5.617.167
Privado:				
Debêntures	1.484.962	1.311.118	13.106.905	3.576.398
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	-	-	2.022.829	1.579.884
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	-	-	41.004.866	69.159
	17.404.583	13.007.951	120.422.338	16.922.274
Títulos mantidos até o vencimento:				
Público:				
Debêntures	1.952.563	1.857.272	2.470.093	2.415.828
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	6.691.760	2.746.617	6.691.760	2.746.617
Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)	5.359.702	4.537.366	5.359.702	4.537.366
Privado:				
Debêntures	766.306	919.003	1.307.219	6.358.788
Notas promissórias	-	50.794	-	50.794
	14.770.331	10.111.052	15.828.774	16.109.393
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor privado	(767)	(79.820)	(1.086)	(262.439)
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor público	(1903)	(1.631)	(2.245)	(3.487)
Total provisão para risco de crédito – debêntures	(2.670)	(81.451)	(3.331)	(265.926)
Vinculados a compromissos de recompra:	-	14.075.919	-	14.075.919
Títulos disponíveis para venda (públicos):				
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	1.780.479	-	1.780.479
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.690.933	-	1.690.933
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	5.065.892	-	5.065.892
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	806.546	-	806.546

(continua)

(continuação)

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Títulos mantidos até o vencimento (públicos):				
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	722.482	-	722.482
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	4.009.587	-	4.009.587
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 28)	833	90.976	556.501	90.976
Vinculados à prestação de garantias:				
Títulos mantidos até o vencimento (públicos):				
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	62.700	74.476	62.700	74.476
Total	39.157.787	41.917.658	145.929.555	54.280.877
Curto prazo	10.912.556	6.144.476	15.714.020	10.544.554
Longo prazo	28.245.231	35.773.182	130.215.535	43.736.323
Total	39.157.787	41.917.658	145.929.555	54.280.877

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010	2009	2010	2009
	BNDES		Consolidado	
Resumo por emissor (líquido de provisão):				
Público	36.906.453	39.625.587	87.932.321	42.817.317
Privado	2.251.334	2.292.071	57.997.234	11.463.560
Total	39.157.787	41.917.658	145.929.555	54.280.877

7.2 Valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2010			
	BNDES		Consolidado	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Livres:				
Público:				
Debêntures	1.952.563	1.952.563	2.470.093	2.415.828
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	6.691.760	7.389.074	6.691.760	7.389.074
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	5.359.702	5.535.285	5.359.702	5.535.285
Privado:				
Debêntures	766.306	766.306	1.307.219	1.307.219
Vinculados à prestação de garantias (público):				
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	62.700	62.700	62.700	62.700
Total	14.833.031	15.705.928	15.891.474	16.710.106

As debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, conforme descrito na Nota 8.2. Por essa razão, seu valor de mercado é igual ao seu custo corrigido.

Para cálculo do valor de mercado das Notas do Tesouro Nacional, foram utilizados os preços divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima).

7.3 Composição por prazo de vencimento

	R\$ mil							
	31 de dezembro de 2010							
	BNDES							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:	1.825.135	5.096.875	-	-	-	-	-	6.922.010
Cotas de fundos exclusivos	1.825.135	-	-	-	-	-	-	1.825.135
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	4.992.576	-	-	-	-	-	4.992.576
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	104.299	-	-	-	-	-	104.299
	1.825.135	5.096.875	-	-	-	-	-	6.922.010
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	135.102	321.751	363.029	-	-	819.882
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	899.563	-	-	899.563
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	1.090.852	1.847.843	-	-	-	-	2.938.695
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	10	22.884	467	1.269.173	-	1.092.367	2.384.901
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	106.501	-	853.809	1.243.673	-	-	2.203.983
Ações	6.672.597	-	-	-	-	-	-	6.672.597
Privado:								
Debêntures disponíveis para venda	-	-	234.667	512.813	375.570	361.912	-	1.484.962
	6.672.597	1.197.363	2.240.496	1.688.840	4.151.008	361.912	1.092.367	17.404.583
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:	-	277.308	253.289	32.039	899.017	6.103.901	6.438.471	14.004.025
Debêntures	-	-	-	32.039	899.017	1.021.507	-	1.952.563
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	-	253.289	-	-	-	6.438.471	6.691.760
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	277.308	-	-	-	5.082.394	-	5.359.702
Privado:	-	1.964	-	153.231	-	611.111	-	766.306
Debêntures	-	1.964	-	153.231	-	611.111	-	766.306
	-	279.272	253.289	185.270	899.017	6.715.012	6.438.471	14.770.331
Vinculados à prestação de garantias (público)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A	-	4.823	14.470	38.584	4.823	-	-	62.700
Instrumentos financeiros derivativos	-	833	-	-	-	-	-	833
Total	8.497.732	6.579.166	2.508.255	1.912.694	5.054.848	7.076.924	7.530.838	39.160.457
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor privado								(767)
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor público								(1.903)
								(2.670)
Total								39.157.787

Em 31 de dezembro de 2009

BNDES

Livres:

Títulos para negociação:

Público:

Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

1.762.632 - - - - - - 1.762.632

Letras Financeiras do Tesouro (LFT)

- 2.786.327 - - - - - 2.786.327

Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)

- 89.776 - - - - - 89.776

1.762.632 2.876.103 - - - - - 4.638.735

Títulos disponíveis para venda:

Público:

Debêntures disponíveis para venda

- - - 90.760 - - - 90.760

Letras Financeiras do Tesouro (LFT)

- - - 4 1.088.879 - 1.088.883

Letras do Tesouro Nacional (LTN)

- - 18 1.841.756 - - 1.841.774

Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)

- 12.408 19.163 609.326 - 271.752 2.145.600 3.058.249

Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)

- 271.346 - 2.423.765 2.922.056 - - 5.617.167

Privado:

Debêntures

- - 44.918 736.287 411.343 118.570 - 1.311.118

- 283.754 64.099 5.701.894 3.333.403 1.479.201 2.145.600 13.007.951

Títulos mantidos até o vencimento:

Público:

Debêntures

- - 25.184 48.058 229.644 1.554.386 - 1.857.272

Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)

- 10.754 463.732 179.944 - - 2.092.187 2.746.617

Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)

- 239.954 - - - 4.297.412 - 4.537.366

Privado:

Debêntures

- 9.829 29.704 92.186 276.927 510.357 - 919.003

Notas promissórias

- - 50.794 - - - 50.794

- 260.537 569.414 320.188 506.571 6.362.155 2.092.187 10.111.052

Vinculados a compromissos de recompra:

Títulos disponíveis para venda (público):

Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)

- 87.788 - 485.221 1.207.470 - - 1.780.479

Letras Financeiras do Tesouro

- - - - 1.690.933 - 1.690.933

Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)

- 39.808 24.412 2.224.153 - 2.273.420 504.099 5.065.892

Letras do Tesouro Nacional (LTN)

- - - 806.546 - - 806.546

Títulos mantidos até o vencimento (público):

Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)

- 37.355 - - - 685.127 - 722.482

Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)

- - 30.263 - - - 3.979.324 4.009.587

- 164.951 54.675 3.515.920 1.207.470 4.649.480 4.483.423 14.075.919

Vinculados à prestação de garantias (público)

Títulos mantidos até o vencimento:

Letras Financeiras do Tesouro – Série A (LFT-A)

- 4.381 13.143 35.047 21.905 - - 74.476

(continua)

(continuação)

							R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2009							
BNDES							
Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros derivativos	-	16.812	74.164	-	-	-	90.976
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor privado							(79.820)
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor público							(1.631)
							(81.451)
Total							41.917.658

							R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2010							
Consolidado							
Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:							
Títulos para negociação:							
Público:							
Cotas de fundos exclusivos	3.965.698	-	-	-	-	-	3.965.698
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	4.992.576	-	-	-	-	4.992.576
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	104.299	-	-	-	-	104.299
	<u>3.965.698</u>	<u>5.096.875</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.062.573</u>
Títulos disponíveis para venda:							
Público:							
Ações de companhias abertas e bônus de subscrição	54.902.741	-	-	-	-	-	54.902.741
Debêntures	-	-	135.102	459.724	363.029	-	957.855
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	899.563	-	-	899.563
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	1.090.852	1.847.843	-	-	-	2.938.695
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	10	22.884	467	1.269.173	-	2.384.901
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	106.501	-	853.809	1.243.673	-	2.203.983
Privado:							
Debêntures	-	260	234.667	1.826.906	3.549.379	2.786.052	13.106.905
Ações	41.004.866	-	-	-	-	-	41.004.866
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	2.022.829	-	-	-	-	-	2.022.829
	<u>97.930.436</u>	<u>1.197.623</u>	<u>2.240.496</u>	<u>3.140.906</u>	<u>7.324.817</u>	<u>2.786.052</u>	<u>120.422.338</u>
Títulos mantidos até o vencimento:							
Público:							
Debêntures	-	-	-	32.039	946.571	1.491.483	2.470.093
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	-	253.289	-	-	-	6.691.760
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	277.308	-	-	-	5.082.394	5.359.702
Privado:							
Debêntures	-	1.964	-	153.231	540.913	611.111	1.307.219
	<u>-</u>	<u>279.272</u>	<u>253.289</u>	<u>185.270</u>	<u>1.487.484</u>	<u>7.184.988</u>	<u>15.828.774</u>
							(continua)

(continuação)

continuação)

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2010							
	Consolidado							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Vinculados a compromissos de recompra:								
Títulos disponíveis para venda (público):								
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento (público):								
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	555.668	833	-	-	-	-	-	556.501
Vinculados à prestação de garantias (público):								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Letras Financeiras do Tesouro – Série A (LFT-A)	-	4.823	14.469	38.585	4.823	-	-	62.700
	555.668	5.656	14.469	38.585	4.823	-	-	619.201
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor privado								(1.086)
Provisão para risco de crédito – debêntures – setor público								(2.245)
								(3.331)
Total								145.929.555

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2009							
	Consolidado							
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Livres:								
Títulos para negociação:								
Público:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	4.397.662	-	-	-	-	-	-	4.397.662
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	2.786.327	-	-	-	-	-	2.786.327
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	89.776	-	-	-	-	-	89.776
	<u>4.397.662</u>	<u>2.876.103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.273.765</u>
Títulos disponíveis para venda:								
Público:								
Debêntures	-	-	-	90.760	-	-	-	90.760
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	4	1.088.879	-	1.088.883
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	18	1.841.756	-	-	-	1.841.774
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	12.408	19.163	609.326	-	271.752	2.145.600	3.058.249
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	271.346	-	2.423.765	2.922.056	-	-	5.617.167
Privado:								
Debêntures	-	-	44.918	736.287	411.343	118.570	2.265.280	3.576.398
Ações de companhias abertas e bônus de subscrição	69.159	-	-	-	-	-	-	69.159
Cotas de fundos mútuos de investimentos e de participações	1.579.884	-	-	-	-	-	-	1.579.884
	<u>1.649.043</u>	<u>283.754</u>	<u>64.099</u>	<u>5.701.894</u>	<u>3.333.403</u>	<u>1.479.201</u>	<u>4.410.880</u>	<u>16.922.274</u>

(continua)

(continuação)

R\$ mil

Em 31 de dezembro de 2009

Consolidado

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
(continua)								
Títulos mantidos até o vencimento:								
Público:								
Debêntures	-	-	25.184	48.058	377.910	1.964.676	-	2.415.828
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	10.754	463.732	179.944	-	-	2.092.187	2.746.617
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	239.954	-	-	-	4.297.412	-	4.537.366
Privado:								
Debêntures	-	127.554	29.704	323.575	1.660.031	3.065.070	1.152.854	6.358.788
Notas promissórias	-	-	50.794	-	-	-	-	50.794
	-	378.262	569.414	551.577	2.037.941	9.327.158	3.245.041	16.109.393

Vinculados a compromissos de recompra:**Títulos disponíveis para venda (público):**

Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	87.788	-	485.221	1.207.470	-	-	1.780.479
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	-	-	-	1.690.933	-	1.690.933
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	39.808	24.412	2.224.153	-	2.273.420	504.099	5.065.892
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	806.546	-	-	-	806.546

Títulos mantidos até o vencimento (público):

Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	-	37.355	-	-	-	685.127	-	722.482
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	-	30.263	-	-	-	3.979.324	4.009.587
	-	164.951	54.675	3.515.920	1.207.470	4.649.480	4.483.423	14.075.919

Instrumentos financeiros derivativos	-	16.812	74.164	-	-	-	-	90.976
---	---	--------	--------	---	---	---	---	--------

Vinculados à prestação de garantias (público):**Títulos mantidos até o vencimento:**

Letras Financeiras do Tesouro – Série A (LFT-A)	-	4.381	13.143	35.047	21.905	-	-	74.476
	6.046.705	3.724.263	775.495	9.804.438	6.600.719	15.455.839	12.139.344	54.546.803

Provisão para risco de crédito – debêntures – setor privado (262.439)

Provisão para risco de crédito – debêntures – setor público (3.487)

(265.926)

Total **54.280.877**

7.4 Fundos de investimentos exclusivos

O BNDES, em 31 de dezembro de 2010, possuía investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, classificados, de acordo com a Circular 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, como títulos para negociação.

A carteira dos fundos é composta basicamente de títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia (Selic).

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos dos fundos:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Fundo BB Extramercado*				
ATIVO				
Disponibilidades	2.012	6.017	5.067	15.045
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	806.858	1.709.040	1.639.986	2.533.283
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	413.098	1.647.610	81.951	1.813.866
Outros	1	2	2	5
	1.221.969	3.362.669	1.727.006	4.362.199
PASSIVO				
Valores a pagar	(84)	(221)	(363)	(526)
	(84)	(221)	(363)	(526)
Subtotal	1.221.885	3.362.448	1.726.643	4.361.673
Fundo BB GAIA FI RF				
ATIVO				
Disponibilidades	4	4	5	5
Operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	13.879	13.879	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	35.538	35.538
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	64.071	64.071	451	451
	77.954	77.954	35.994	35.994
PASSIVO				
Valores a pagar	(5)	(5)	(5)	(5)
	(5)	(5)	(5)	(5)
Subtotal	77.949	77.949	35.989	35.989
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo				
ATIVO				
Disponibilidades	2	2	-	-
Operações compromissadas				
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	525.307	525.307	-	-
	525.309	525.309	-	-
PASSIVO				
Valores a pagar	(8)	(8)	-	-
	(8)	(8)		
Subtotal	525.301	525.301	-	-
Total	1.825.135	3.965.698	1.762.632	4.397.662

* Inclui os fundos BB Urano 2 (FINAME), BB Extramercado Exclusivo 23 FI RF (BNDESPAR) e BB Milênio 28 FI Renda Fixa (BNDES), com políticas de investimento semelhantes.

Composição dos títulos integrantes do ativo dos fundos por prazo de vencimento:

R\$ mil								
Em 31 de dezembro de 2010								
BNDES								
Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	179.710	-	806.858	-	-	-	-	806.858
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	91.844	-	-	15.743	370.368	26.987	-	413.098
	-	806.858	-	15.743	370.368	26.987	-	1.219.956
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.091	-	13.879	-	-	-	-	13.879
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	64.071
	-	13.879	607	4.093	48.128	11.243	-	77.950
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo								
Operações compromissadas								
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	262.402	-	-	525.307	-	-	-	525.307
	-	-	-	525.307	-	-	-	525.307
Total	-	820.737	607	545.143	418.496	38.230	-	1.823.213

R\$ mil								
Em 31 de dezembro de 2009								
BNDES								
Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	400.788	-	1.639.986	-	-	-	-	1.639.986
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	20.000	-	81.951	-	-	-	-	81.951
	-	1.721.937	-	-	-	-	-	1.721.937
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	8.685	-	35.538	-	-	-	-	35.538
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	110	-	-	-	451	-	-	451
	-	35.538	-	-	451	-	-	35.989
Total	-	1.757.475	-	-	451	-	-	1.757.926

R\$ mil								
Em 31 de dezembro de 2010								
Consolidado								
Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	380.706	-	1.709.040	-	-	-	-	1.709.040
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	366.312	-	1.565	62.677	319.203	1.186.713	77.452	1.647.610
			1.710.605	62.677	319.203	1.186.713	77.452	3.356.650
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.091	-	13.879	-	-	-	-	13.879
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	14.245	-	-	607	4.093	48.128	11.243	64.071
		-	13.879	607	4.093	48.128	11.243	77.950
Fundo FI Caixa Progresso Curto Prazo								
Operações compromissadas								
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	262.402	-	-	-	525.307	-	-	525.307
		-	-	-	525.307	-	-	525.307
Total		-	1.724.484	63.284	848.603	1.234.841	88.695	3.959.907

R\$ mil								
Em 31 de dezembro de 2009								
Consolidado								
Quantidade	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.259.076	-	2.533.283	-	-	-	-	2.533.283
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	442.669	-	375.075	-	267.688	1.011.299	159.804	1.813.866
		-	2.908.358	-	267.688	1.011.299	159.804	4.347.149
Fundo BB GAIA FI RF								
Operações compromissadas								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	8.685	-	35.538	-	-	-	-	35.538
Títulos e valores mobiliários								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	110	-	-	-	451	-	-	451
		-	35.538	-	451	-	-	35.989
Total		-	2.943.896	-	267.688	1.011.750	159.804	4.383.138

De acordo com a Circular do Bacen 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

7.5 Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações

Essas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas desses fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	R\$ mil	
		31.12.2010	31.12.2009
- PROT – Fundo de Investimento em Participações	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	668.473	867.574
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A.	315.427	258.875
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Credit Suisse Brasil	298.196	-
- InfraBrasil – Fundo de Investimentos em Participações	Banco ABN Amro Real S.A.	151.751	95.789
- AG Angra Infra-Estrutura – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	82.253	63.351
- Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos	Banco Bradesco S.A.	55.412	67.851
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	56.889	30.600
- Fundo de Invest. em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	38.778	38.827
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal óleo e gás	Caixa Econômica Federal	18.502	-
- FIP Terra Viva – Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda.	29.494	856
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	16.728	16.749
- Brasil Mezanino Infraestrutura Fundo de Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda.	22.550	12.731
- Fundo Mútuo Invest. em Empresas Emergentes Criatec	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	22.803	13.603
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	31.522	2.673
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	36.074	15.000
- CRP VI Venture Fundo Mútuo de Invest. Empr. Emergentes	CRP Companhia de Participações S.A.	12.203	10.506
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	11.413	11.802
-Fundo Brasil Agronegócio – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	6.880	-
- Fire – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	BrasilPrivate Consultoria e Participações Ltda.	-	7.923
- Opportunity Equity Partners – FIA	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	4.713	4.850
- Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	Dynamo Administradora de Recursos Ltda.	2.714	5.953
- Outros		140.054	54.371
Total		2.022.829	1.579.884

Os fundos mútuos de investimento em empresas emergentes Fire – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes e Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes foram constituídos sob a forma de condomínios fechados, tendo somente aportes da BNDESPAR, com prazo de duração de oito anos. Esses fundos estão em fase de desinvestimentos.

As aplicações em fundos mútuos de investimento e de participações estão valorizadas pela cota de cada fundo, informada pelos respectivos administradores, designadas ao resultado como atualização do investimento. Não há diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado.

8. Debêntures

8.1 Debêntures disponíveis para venda

Tradicionalmente, o BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, exerce a função de fomentar o desenvolvimento do mercado de ações. Faltava ao BNDES uma ação direcionada a apoiar o desenvolvimento do mercado brasileiro de dívida corporativa. Para tanto, em agosto de 2006 foram estabelecidas as normas aplicáveis à subscrição de debêntures simples, pelo BNDES, em ofertas públicas, e à negociação desses valores mobiliários no mercado secundário, com o objetivo de apoiar novas emissões e girar os ativos adquiridos de forma a ajudar o aumento da liquidez do mercado local.

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e deve ter as seguintes características:

- Participação limitada a 15% da oferta;
- Setores apoiados pelo BNDES;
- Recursos captados destinados a financiar:
 - investimentos fixos;
 - capital de giro;
 - gastos em P&D ou em outros ativos intangíveis;
 - fusões e aquisições (nos casos em que os ganhos de escala são importantes para impulsionar a expansão das atividades da empresa);
 - reestruturação financeira, se for considerada passo necessário para viabilizar investimentos ou parcerias subsequentes.
- Adoção de práticas de distribuição e negociação que privilegiem a dispersão dos títulos no mercado, a liquidez, inclusive com participação do formador de mercado, a padronização das cláusulas e as boas práticas de governança corporativa.

A atuação no mercado secundário deverá seguir os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas por meio de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que as mesmas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

As debêntures que possuem derivativos embutidos, registradas na BNDESPAR, foram reconhecidas no Sistema BNDES com base na Circular 3082/2002, que requer a separação dos derivativos do instrumento principal.

O instrumento principal foi designado como disponível para venda e o derivativo é avaliado a valor justo com o efeito reconhecido no resultado.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldos do BNDES	2.304.844	1.401.878
Saldos da BNDESPAR	11.759.916	2.265.280
	14.064.760	3.667.158

8.2 Debêntures mantidas até o vencimento

Essas debêntures representam uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento ou convertidas/transformadas em participações societárias de acordo com cláusulas contratuais. Em função das suas características, esses títulos são avaliados de acordo com as normas definidas pela Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil (Bacen), conforme demonstrado na Nota 8.2.4.

8.2.1 Composição das debêntures mantidas até o vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor bruto	2.718.869	3.777.312	2.776.275	8.774.616
Provisão para risco de crédito	(2.670)	(3.331)	(81.451)	(265.926)
Valor líquido	2.716.199	3.773.981	2.694.824	8.508.690
Curto prazo	1.964	1.964	64.529	180.534
Longo prazo	2.714.235	3.772.017	2.630.295	8.328.156
Total	2.716.199	3.773.981	2.694.824	8.508.690

8.2.2 Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	1.952.563	2.470.093	1.857.272	2.415.828
Setor privado				
Indústria	91.610	91.610	287.081	2.497.246
Outros serviços	674.696	1.215.609	631.922	3.861.542
	766.306	1.307.219	919.003	6.358.788
Total	2.718.869	3.777.312	2.776.275	8.774.616

8.2.3 Distribuição da carteira bruta por vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	
	BNDES	Consolidado
Vencido	-	-
A vencer:		
2011	1.964	1.964
2012	93.659	93.659
2013	91.610	91.610
2014	182.551	771.018
2015	716.466	1.186.442
Após 2015	1.632.619	1.632.619
Total	2.718.869	3.777.312

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2009	
	BNDES	Consolidado
Vencido	-	1.138
A vencer:		
2010	64.718	181.305
2011	-	-
2012	140.244	371.633
2013	276.927	1.798.004
2014	229.644	239.937
Após 2014	2.064.742	6.182.599
Total	2.776.275	8.774.616

8.2.4 Composição da carteira bruta e da provisão para risco de crédito por nível de risco

		R\$ mil	
		Em 31 de dezembro de 2010	
		Debêntures	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	2.252.970	3.179.118
A	Adimplente	397.890	530.185
B	Adimplente	68.009	68.009
Total		2.718.869	3.777.312
Curto prazo		1.964	1.964
Longo prazo		2.716.905	3.775.348
Total		2.718.869	3.777.312

		R\$ mil	
		Em 31 de dezembro de 2009	
		Debêntures	
Nível de risco	Situação	BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	2.076.910	3.544.370
A	Adimplente	508.550	3.849.538
B	Adimplente	33.671	1.027.475
F	Adimplente	157.144	233.658
H	Adimplente	-	119.575
Total		2.776.275	8.774.616
Curto prazo		64.718	182.443
Longo prazo		2.711.557	8.592.173
Total		2.776.275	8.774.616

8.2.5 Movimentação da provisão sobre debêntures

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	81.451	265.926	6.954	145.659
Constituição (reversão) líquida	(78.781)	(262.595)	74.497	120.267
Saldo no final do exercício	2.670	3.331	81.451	265.926

O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

9. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

9.1 Composição das operações

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Operações de crédito	176.957.171	184.468.881	157.049.402	165.465.117
Provisão para risco de crédito	(2.629.389)	(3.131.101)	(3.240.648)	(3.414.975)
	174.327.782	181.337.780	153.808.754	162.050.142
Repasses interfinanceiros	193.486.376	181.321.049	130.584.665	122.856.700
Provisão para risco de crédito	(702.841)	(1.083.836)	(967.460)	(1.236.047)
	192.783.535	180.237.213	129.617.205	121.620.653
Total	367.111.317	361.574.993	283.425.959	283.670.795
Curto prazo	39.548.212	59.936.103	32.716.027	51.171.334
Longo prazo	327.563.105	301.638.890	250.709.932	232.499.461
Total	367.111.317	361.574.993	283.425.959	283.670.795

9.2 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por moedas

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2010					
	BNDES			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	94.047.006	7.247.643	101.294.649	-	-	-
Outras	215.959.386	53.189.512	269.148.898	302.001.174	63.788.756	365.789.930
Total	310.006.392	60.437.155	370.443.547	302.001.174	63.788.756	365.789.930

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2009					
	BNDES			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Controladas	58.785.075	8.857.863	67.642.938	-	-	-
Outras	168.300.974	51.690.155	219.991.129	223.588.058	64.733.759	288.321.817
Total	227.086.049	60.548.018	287.634.067	223.588.058	64.733.759	288.321.817

9.3 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por setor de atividade

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	182.468.632	97.104.066	131.538.768	73.347.509
Setor privado				
Rural	3.162.771	3.162.771	2.801.287	2.801.287
Indústria	74.928.726	74.928.726	64.397.785	64.397.785
Comércio	2.692.289	125.481.622	1.663.285	1.663.285
Intermediação financeira	52.282.381	2.692.289	36.447.325	87.016.514
Outros serviços	54.908.748	62.420.456	50.785.617	59.095.437
	187.974.915	268.685.864	156.095.299	214.974.308
Total	370.443.547	365.789.930	287.634.067	288.321.817

9.4 Distribuição da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros por vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	
	BNDES	Consolidado
Vencido	169.044	550.824
A vencer:		
2011	39.754.543	59.955.436
2012	32.748.070	51.066.854
2013	25.601.241	37.794.066
2014	31.722.021	27.885.319
2015	29.879.293	19.662.891
Após 2015	210.569.335	168.874.540
Total	370.443.547	365.789.930

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2009	
	BNDES	Consolidado
Vencido	825.236	825.236
A vencer:		
2010	32.968.979	51.388.688
2011	27.531.459	41.728.874
2012	21.910.708	32.664.263
2013	17.375.581	23.115.107
2014	24.148.428	15.526.550
Após 2014	162.873.676	123.073.099
Total	287.634.067	288.321.817

9.5 Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	
	BNDES	Consolidado
10 maiores clientes	187.417.474	141.617.216
50 seguintes maiores clientes	86.996.019	112.978.830
100 seguintes maiores clientes	49.371.521	55.848.110
Demais clientes	46.658.533	55.345.774
Total	370.443.547	365.789.930

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2009	
	BNDES	Consolidado
10 maiores clientes	134.364.934	100.251.098
50 seguintes maiores clientes	75.288.019	96.222.766
100 seguintes maiores clientes	40.627.896	47.300.635
Demais clientes	37.353.218	44.547.318
Total	287.634.067	288.321.817

9.6 Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo Banco Central do Brasil, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor em março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros foram as seguintes:

a. Operações de crédito

		R\$ mil				
		Em 31 de dezembro de 2010				
Nível de risco	Situação	Operações de crédito		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	71.676.018	74.495.024	0,00	-	-
A	Adimplente	72.025.362	72.215.828	0,50	360.127	361.079
B	Adimplente	22.303.604	22.557.161	1,00	223.036	225.572
C	Adimplente	6.491.834	10.357.804	3,00	194.756	310.734
D	Adimplente	1.810.212	1.810.212	10,00	181.021	181.021
E	Adimplente	1.000.763	1.000.763	30,00	300.229	300.229
	Inadimplente	46.684	46.684	30,00	14.005	14.005
		1.047.447	1.047.447		314.234	314.234
F	Adimplente	140.203	141.134	50,00	70.101	70.567
	Inadimplente	378	378	50,00	189	189
		140.581	141.512		70.290	70.756
G	Adimplente	587.259	587.259	70,00	411.082	411.082
	Inadimplente	36	36	70,00	25	25
		587.295	587.295		411.107	411.107
H	Adimplente	752.872	752.872	100,00	752.872	752.872
	Inadimplente	121.946	503.726	100,00	121.946	503.726
		874.818	1.256.598		874.818	1.256.598
Total		176.957.171	184.468.881		2.629.389	3.131.101
Curto prazo		20.518.811	21.835.401		304.887	392.823
Longo prazo		156.438.360	162.633.480		2.324.502	2.738.278
Total		176.957.171	184.468.881		2.629.389	3.131.101

		R\$ mil				
		Em 31 de dezembro de 2009				
Nível de risco	Situação	Operações de crédito		% Provisão	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	64.723.668	67.627.884	0,00	-	-
					-	-
A	Adimplente	60.964.222	61.230.762	0,50	304.820	306.153
B	Adimplente	21.706.184	22.438.497	1,00	217.062	224.385
C	Adimplente	4.167.489	8.247.391	3,00	125.025	247.422
D	Adimplente	1.899.147	2.331.891	10,00	189.915	233.189
	Inadimplente	852	852	10,00	85	85
		1.899.999	2.332.743		190.000	233.274
E	Adimplente	890.068	890.068	30,00	267.020	267.020
	Inadimplente	963	963	30,00	289	289
		891.031	891.031		267.309	267.309
F	Adimplente	806.433	806.433	50,00	403.217	403.217
	Inadimplente	165.712	165.712	50,00	82.856	82.856
		972.145	972.145		486.073	486.073
G	Adimplente	224.420	224.420	70,00	157.094	157.094
	Inadimplente	23.263	23.263	70,00	16.284	16.284
		247.683	247.683		173.378	173.378
H	Adimplente	1.096.169	1.096.169	100,00	1.096.169	1.096.169
	Inadimplente	380.812	380.812	100,00	380.812	380.812
		1.476.981	1.476.981		1.476.981	1.476.981
Total		157.049.402	165.465.117		3.240.648	3.414.975
Curto prazo		19.856.330	20.947.349		409.727	432.327
Longo prazo		137.193.072	144.517.768		2.830.921	2.982.648
Total		157.049.402	165.465.117		3.240.648	3.414.975

b. Repasses interfinanceiros

		R\$ mil				
		Em 31 de dezembro de 2010				
Nível de risco	Situação	Repasses interfinanceiros		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	138.417.052	59.245.620	0,00	-	-
A	Adimplente	50.041.202	110.322.846	0,50	250.206	551.614
B	Adimplente	4.501.768	11.022.551	1,00	45.017	110.225
C	Adimplente	122.409	305.570	3,00	3.673	9.167
E	Adimplente	-	16.011	30,00	-	4.804
F	Adimplente	-	850	50,00	-	425
H	Adimplente*	403.945	407.601	100,00	403.945	407.601
	Inadimplente	-	-	100,00	-	-
		403.945	407.601		403.945	407.601
Total		193.486.376	181.321.049		702.841	1.083.836
Curto prazo		19.404.776	38.670.859		70.488	177.334
Longo prazo		174.081.600	142.650.190		632.353	906.502
Total		193.486.376	181.321.049		702.841	1.083.836

* Vide Nota 9.8.

		R\$ mil				
		Em 31 de dezembro de 2009				
Nível de risco	Situação	Repasses interfinanceiros		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	89.836.930	36.987.854	0,00	-	-
A	Adimplente	36.880.248	77.605.974	0,50	184.401	388.029
B	Adimplente	3.094.483	7.414.782	1,00	30.945	74.148
C	Adimplente	21.536	40.646	3,00	646	1.219
D	Adimplente	-	38.659	10,00	-	3.866
H	Adimplente *	745.342	762.659	100,00	745.342	762.659
	Inadimplente	6.126	6.126	100,00	6.126	6.126
		751.468	768.785		751.468	768.785
Total		130.584.665	122.856.700		967.460	1.236.047
Curto prazo		13.368.467	30.842.074		99.043	185.762
Longo prazo		117.216.198	92.014.626		868.417	1.050.285
Total		130.584.665	122.856.700		967.460	1.236.047

* Vide Nota 9.8.

9.7 Movimentação da provisão para risco de crédito sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

a. Sobre operações de crédito

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	3.240.648	3.414.975	2.012.171	2.241.678
Constituição (reversão) líquida	(471.269)	(143.846)	1.464.020	1.408.867
Baixas contra provisão	(139.990)	(140.028)	(235.543)	(235.570)
Saldo no final do exercício	2.629.389	3.131.101	3.240.648	3.414.975

b. Sobre repasses interfinanceiros

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	967.460	1.236.047	2.089.834	2.318.261
Constituição (reversão) líquida	(264.619)	(152.211)	(1.122.212)	(1.082.052)
Baixas contra provisão	-	-	(162)	(162)
Saldo no final do exercício	702.841	1.083.836	967.460	1.236.047

O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

9.8 Provisão para operações de repasse no âmbito do Pronaf

Em 31 de dezembro de 2007, as operações de repasse realizadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram classificadas no nível de risco H da Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essa reclassificação foi feita de acordo com o art. 2º da referida resolução porque tais operações são constantemente renegociadas, por determinação do governo federal, com a prorrogação dos prazos de vencimento, perdão de multas e encargos de mora, redução das taxas de juros, concessão de bônus de adimplência e devolução de parcelas amortizadas. No terceiro trimestre de 2009, houve mudanças nas classificações de risco de parte da carteira do Pronaf, retornando a classificação para o risco dos respectivos agentes financeiros. O saldo de provisão, atualizado para 31 de dezembro de 2010, monta em R\$ 360.933 mil.

10. Outros créditos – venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

10.1 Composição

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Venda a prazo de TVM	-	1.279.922	5.177	1.107.525
Provisão	-	(10.257)	(155)	(30.830)
	-	1.269.665	5.022	1.076.695
Direitos recebíveis	1.060.315	2.721.725	1.050.379	1.069.946
Provisão	(2.294)	(38.785)	(20.011)	(26.517)
	1.058.021	2.682.940	1.030.368	1.043.429

(continua)

(continuação)

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Total	1.058.021	3.952.605	1.035.390	2.120.124
Curto prazo	140.904	430.833	128.076	335.626
Longo prazo	917.117	3.521.772	907.314	1.784.498
Total	1.058.021	3.952.605	1.035.390	2.120.124

10.2 Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Setor público	958.511	958.511	890.256	893.874
Setor privado				
Indústria	-	1.264.566	5.177	1.087.676
Intermediação financeira	-	-	-	-
Outros serviços	101.804	1.778.570	160.123	195.921
	101.804	3.043.136	165.300	1.283.597
Total	1.060.315	4.001.647	1.055.556	2.177.471

10.3 Distribuição da carteira bruta por vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2011	141.210	434.397
2012	72.814	357.539
2013	61.191	365.072
2014	65.276	489.980
2015	69.641	228.615
Após 2015	650.183	2.126.044
Total	1.060.315	4.001.647

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2009	
	BNDES	Consolidado
A vencer:		
2010	130.621	363.342
2011	132.604	328.853
2012	78.114	268.784
2013	69.781	259.969
2014	74.453	385.463
Após 2014	569.983	571.060
Total	1.055.556	2.177.471

10.4 Composição da carteira bruta por nível de risco e provisão para risco de crédito

						R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2010						
Nível de risco	Situação	Venda a prazo de TVM		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	-	120.259	0,00	-	-
A	Adimplente	-	267.991	0,50	-	1.340
B	Adimplente	-	891.672	1,00	-	8.917
Total		-	1.279.922		-	10.257
Curto prazo		-	225.272		-	1.766
Longo prazo		-	1.054.650		-	8.491
Total		-	1.279.922		-	10.257

R\$ mil						
Em 31 de dezembro de 2009						
Nível de risco	Situação	Venda a prazo de TVM		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
B	Adimplente	-	1.082.499	1,00	-	10.826
C	Adimplente	5.177	5.177	3,00	155	155
H	Adimplente	-	19.849	100,00	-	19.849
Total		5.177	1.107.525		155	30.830
Curto prazo		5.177	227.826		155	21.978
Longo prazo		-	879.699		-	8.852
Total		5.177	1.107.525		155	30.830

R\$ mil

		Em 31 de dezembro de 2010				
Nível de risco	Situação	Direitos recebíveis		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	940.662	940.662	0,00	-	-
A	Adimplente	101.805	1.734.889	0,50	509	8.674
D	Adimplente	17.848	17.848	10,00	1.785	1.785
H	Adimplente	-	26.374	100,00	-	26.374
	Inadimplente	-	1.952	100,00	-	1.952
		-	28.326		-	28.326
Total		1.060.315	2.721.725		2.294	38.785
Curto prazo		141.210	209.125		306	1.798
Longo prazo		919.105	2.512.600		1.988	36.987
Total		1.060.315	2.721.725		2.294	38.785

R\$ mil

		Em 31 de dezembro de 2009				
Nível de risco	Situação	Direitos recebíveis		%	Provisão	
		BNDES	Consolidado		BNDES	Consolidado
AA	Adimplente	871.045	871.045	0,00	-	-
A	Adimplente	160.123	173.250	0,50	800	866
H	Adimplente	19.211	25.651	100,00	19.211	25.651
Total		1.050.379	1.069.946		20.011	26.517
Curto prazo		125.444	135.516		2.390	5.738
Longo prazo		924.935	934.430		17.621	20.779
Total		1.050.379	1.069.946		20.011	26.517

10.5 Movimentação da provisão sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários

R\$ mil

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	155	30.830	181	37.230
Constituição (reversão) líquida	(155)	(19.363)	(26)	(6.350)
Baixas contra provisão	-	(1.210)	-	(50)
Saldo no final do exercício	-	10.257	155	30.830

O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

10.6 Movimentação da provisão sobre operações de direitos recebíveis

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	20.011	26.517	7.498	22.992
Constituição (reversão) líquida	(17.717)	12.268	12.513	3.525
Saldo no final do exercício	2.294	38.785	20.011	26.517

O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

11. Créditos transferidos para o resultado e renegociados

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro					
	2º semestre de 2010		2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Créditos transferidos para prejuízo	108.123	109.337	139.990	141.238	235.705	235.732
Créditos recuperados *	56.088	121.189	2.199.521	2.286.031	407.204	438.552
Créditos renegociados	7.926.928	7.926.928	10.448.322	10.448.322	603.668	614.733

* O efeito no resultado está apresentado na Nota 27.

Créditos renegociados

O acordo de renegociação de dívida da empresa Southern Eletric Brasil (SEB), pertencente à americana AES Corporation (AES), junto ao BNDES, aprovado pela Diretoria do Banco em dezembro de 2009, foi homologado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro (com execução contra a SEB desde 2004) em junho de 2010 e tornou-se eficaz.

A Andrade Gutierrez (AG) assumiu o pagamento de R\$ 2.115 milhões devidos pela empresa americana AES ao BNDES, proveniente de um empréstimo feito há 12 anos à SEB. Essa operação trouxe um impacto no resultado do Banco no exercício de 2010 de cerca de R\$ 1.269 milhões, líquidos de efeitos tributários.

A AG já efetuou o pagamento à vista de R\$ 500 milhões, mais juros de R\$ 30 milhões, conforme contratado com o BNDES. O saldo atualizado, para 31 de dezembro de 2010, de R\$ 1.626 milhões será liquidado em 10 anos com pagamentos semestrais, conforme as condições estabelecidas entre as partes. O BNDES, em dezembro de 2010, cedeu esses créditos à BNDESPAR, registrados na rubrica "direitos recebíveis".

12. Outros créditos – dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Do saldo de R\$ 1.909.393 mil (R\$ 725.545 mil no curto prazo e R\$ 1.183.848 mil no longo prazo) do balanço consolidado, R\$ 1.775.772 mil (R\$ 591.924 mil no curto prazo e R\$ 1.183.848 mil no longo prazo), líquidos de efeitos tributários e atualizados pela taxa Selic, referem-se aos dividendos a receber da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) pela BNDESPAR. Conforme fato relevante divulgado em 22 de janeiro de 2010, a Eletrobras informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou a quitação do saldo da reserva especial relativa a dividendos obrigatórios não distribuídos, provenientes de lucros apurados no período compreendido entre 1979 e 1998. Em fevereiro de 2010, a Eletrobras pagou antecipadamente a primeira das quatro parcelas, que venceria em junho de 2010. Os pagamentos restantes serão efetuados em três parcelas anuais a partir de junho de 2011.

13. Outros créditos – direitos a receber – Eletrobras

Em 31 de dezembro 2010, os créditos que a União detinha contra a Eletrobras, cedidos ao BNDES, totalizavam R\$ 7.172.194 mil. Esses créditos referem-se a:

- a) R\$ 4.330.460 mil de dividendos a receber referentes a parte dos dividendos registrados anteriormente em Reserva Especial (R\$ 1.443.486 mil no curto prazo e R\$ 2.886.974 mil no longo prazo); e

b) R\$ 2.841.734 mil, no longo prazo, referentes à transferência pela União de parte dos direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), nos termos do Decreto 7.162, de 29 de abril de 2010.

Os valores são corrigidos pela taxa Selic e os pagamentos serão efetuados em três parcelas anuais a partir de junho de 2011.

14. Outros créditos – diversos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Antecipação de dividendos	-	-	1.165.804	1.165.804
Pagamentos a ressarcir	78.192	18.846	60.564	19.343
Devedores por depósitos em garantia	139.679	471.148	136.583	151.478
Outros	65.639	73.893	77.609	85.811
Total	283.510	563.887	1.440.560	1.422.436
Curto prazo	283.510	563.887	1.440.560	1.422.436
Longo prazo	-	-	-	-
Total	283.510	563.887	1.440.560	1.422.436

15. Participações societárias

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é composta de empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e de outras empresas em que não existe influência.

Até o exercício de 2009, essa carteira era apresentada no Balanço Patrimonial no subgrupo de “investimentos do ativo não circulante”, com exceção daqueles investimentos com manifestada intenção de realização no curto prazo, apresentados no “ativo circulante”. Com a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC pela BNDESPAR, os investimentos naquela companhia se restringiram à carteira de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As outras participações societárias, que passaram a ser avaliadas pelo método do valor justo, passaram a ser apresentadas no Balanço Patrimonial no subgrupo de “títulos e valores mobiliários do ativo não circulante”, na categoria definida pelo CPC 38 como “disponível para venda”. Para fins de reconhecimento no BNDES, esse procedimento também encontra amparo na Circular 3.068/2001 do Banco Central do Brasil.

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos pela mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, segregadas em “instrumentos financeiros: ações disponíveis para venda” e “investimentos permanentes”. Nessa última categoria, estão incluídas as participações societárias detidas pelo BNDES e depositadas no Programa Nacional de Desestatização, em conformidade com o Decreto 1.068/94.

15.1 Instrumentos financeiros: ações disponíveis para venda

Quando inicialmente reconhecidas, as empresas do Sistema BNDES mensuram as ações classificadas como “disponíveis para venda” pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das ações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das empresas do Sistema BNDES, na conta de “ajustes de avaliação patrimonial”. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados sob a concepção de resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “disponíveis para venda”, as empresas do Sistema BNDES utilizam a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência, ajustado por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 2: aplicado para empresas de participações (*holding*) cujas ações não são listadas em bolsa, mas nas quais o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 3: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é determinado, na data de referência, por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado; e
- Nível 4: aplicado para empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é atribuído o custo de aquisição.

	R\$ mil						
	Valor contábil						
	Em 31 de dezembro						
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital	BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	Ordinárias	Preferenciais		2010	2009	2010	2009 *
NÍVEL 1 – Empresas listadas							
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. – ALL	83.940	-	12,18			1.270.009	1.949.287
BANCO DO BRASIL S.A.	235	-	0,01			7.352	1.834.223
BRADESCO	-	9.368	0,25			305.196	282.576
BRASIL FOODS	22.242	-	2,55			609.657	442.619
BRASKEM S.A.	-	44.317	5,53			903.633	391.089
CEG	17.944.799	-	34,56			789.571	717.792
CEMIG	-	11.147	1,70			310.601	328.200
CESP	-	18.697	5,71			505.190	445.734
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL	31.774	-	2,14			848.988	1.069.911
CPFL	40.527	-	8,42			1.686.318	1.430.189
ELETROBRAS	190.758	18.691	18,50			4.742.631	7.525.213
EMBRAER	39.762	-	5,37			470.390	378.141
GERDAU	35.917	14.162	3,50			923.975	1.206.173
IOCHPE	6.419	-	10,50			153.164	260.732
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	-	11.259	0,25			445.071	435.500
KLABIN	-	108.422	11,81			634.267	979.481
LIGHT	30.632	-	15,02			780.192	1.272.295
LLX LOGÍSTICA	20.833	-	3,00			97.083	209.375
MARFRIG	48.201	-	13,89			738.919	910.996
PARANAPANEMA	54.986	-	17,23			278.230	365.108
PDG REALTY	24.718	-	2,23			251.633	213.937
PETROBRAS	392.245	1.341.349	13,29	6.672.597	-	48.538.156	25.091.175
REDE ENERGIA	-	67.643	21,00			408.564	463.714
TELE NORTE LESTE	775	5.627	0,01			161.236	241.145
TOTVS	1.658	-	5,27			281.730	238.562
TRACTEBEL	6.225	-	0,95			169.760	335.565
USIMINAS	1.005	17.544	1,83			354.521	454.474
VALE	218.386	68.276	5,34			15.434.023	13.679.910
Subtotal Nível 1						82.100.060	63.153.116
							(continua)

(continua)

(continuação)

(continuação)

	R\$ mil					
	Valor contábil					
	Em 31 de dezembro					
	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação no capital	BNDES		Consolidado	
	Ordinárias	Preferenciais	2010	2009	2010	2009 *
Empresas investidas						
Outras empresas – Nível 1					2.365.772	2.054.175
Total Nível 1					84.465.832	65.207.291
NÍVEL 2 – Empresas <i>holdings</i> não listadas					11.101.940	9.728.026
NÍVEL 3 – Empresas não listadas (valor justo)					337.807	141.630
NÍVEL 4 – Empresas não listadas (valor de custo)					2.028	44.333
TOTAL			6.672.597	-	95.907.607	75.121.280
Classificadas no ativo circulante			-	-	81.464	68.479
Classificadas no ativo não circulante			6.672.597	-	95.826.143	75.052.801

* Valores apresentados para fins de comparação. Na publicação de 31 de dezembro de 2009, essas participações foram avaliadas ao custo (R\$ 21.816.419 mil) e apresentadas no subgrupo de investimento (vide item 15.2.4).

15.2 Investimentos permanentes

15.2.1 Composição dos saldos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Em controladas				
Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	91.496.546	-	43.376.227	-
Em coligadas				
Avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	-	11.340.657	-	11.999.177
Outras participações societárias	184.136	184.136	84.008	21.900.427
Outros investimentos	43.328	43.328	43.328	43.328
Total	91.724.010	11.568.121	43.503.563	33.942.932

15.2.2 Controladas – BNDES

								R\$ mil
Controladas	Data-base	Patrimônio líquido	Lucro/prejuízo líquido do período	Resultado de equivalência patrimonial		Reflexos dos ajustes no patrimônio líquido das controladas (a)	Valor contábil do investimento	
				Em 31 de dezembro			Em 31 de dezembro	
				2010	2009		2010	2009
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	31.12.2010	6.538.583	61.178	61.178	203.373	(2.079)	6.538.583	6.489.855
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	31.12.2010	84.950.082	3.995.033	3.995.033	3.952.375	29.203.393	84.950.082	36.884.662
BNDES Limited (b)	31.12.2010	7.881	(1.535)	(1.568)	(169)	-	7.881	1.710
Total				4.054.643	4.155.579	29.201.284	91.496.546	43.376.227

O percentual de participação no capital das sociedades controladas é de 100%.

a) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste de exercícios anteriores.

b) Subsidiária constituída sob as leis do Reino Unido como uma sociedade limitada, com capital autorizado de £ 100.000.000,00 (cem milhões de libras esterlinas), parcialmente integralizado. Em 31 de dezembro de 2010, a sociedade encontrava-se em fase pré-operacional.

15.2.3 Coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial – Consolidado

As coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial integram a carteira de participações societárias da BNDESPAR. Essa carteira é composta de empresas dos diversos setores da indústria, todas sujeitas à aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, pelo Conselho Federal de Contabilidade e por outros órgãos reguladores. Não existem instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na carteira de coligadas.

Em razão disso, as demonstrações contábeis utilizadas para avaliação desses investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas numa base contábil fundada nos Pronunciamentos Técnicos CPC, que pode diferir das práticas contábeis referendadas pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações contábeis das coligadas foram ajustadas às práticas contábeis do Bacen até o ponto em que as diferenças puderam ser identificadas. Em 2009 e 2010, essas diferenças se resumiram à manutenção do deságio como componente do investimento e sua realização por alienação (para fins de CPC, o deságio é tratado como “ganho por compra vantajosa” e reconhecido no resultado quando da aquisição do investimento).

Os quadros a seguir descrevem os investimentos em coligadas.

Investimentos em coligadas – Consolidado

										R\$ mil		
Empresas investidas	Data-base	Capital social	Quantidade (mil) de ações possuídas		% participação no capital	Resultado de equivalência patrimonial		Valor patrimonial investimento	Valor contábil			
			Ordinárias	Preferenciais		31.12.2010	31.12.2009		Ágio	a	31.12.2010	31.12.2009
									Prov. perdas	b		
Brasiliiana	31.10.2010	2.960.709	300.000	50.000	53,85	320.733	343.708	1.646.789	(231.948)	c	1.414.841	1.508.906
Copel	31.10.2010	6.910.000	38.299	27.282	23,96	207.331	253.092	2.275.172	(313.525)	c	1.961.647	1.793.936
Fibria	31.10.2010	8.379.397	142.360	-	30,45	109.389	93.866	4.703.324	(1.755.244)	c	2.948.080	2.608.117
JBS	31.10.2010	18.046.067	437.102	-	17,54	22.628	-	3.235.358	848.219	a	4.083.577	3.925.573
Rio Polímeros						(231.412)	(3.936)	-	-		-	264.016
Telemar Participações						(68.782)	(50.332)	-	-		-	1.441.089
Subtotal						359.887	636.398	11.860.643	(1.452.498)		10.408.145	11.541.637
Outras empresas						79.762	141.717	825.461	107.051		932.512	457.540
										195.966	a	
										(88.915)	b	
Total						439.349	778.115	12.686.104	(1.345.447)		11.340.657	11.999.177

- A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base, bem como os efeitos da aplicação da Lei 11.638/07 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC nas demonstrações financeiras das coligadas. Os efeitos de mudança relativa de participação nas coligadas foram reconhecidos no resultado; as informações sobre as coligadas descritas no item seguinte já contemplam esses efeitos.
- Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado e o valor em uso.

Informações adicionais das coligadas

Valor contábil – R\$ mil – Data-base: 31.10.2010 *							Valor justo da participação em coligadas com ações listadas
Empresas investidas	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado	31.12.2010	
Brasiliiana	4.143.658	1.085.334	3.058.324	969.894	800.089	-	
COPEL	10.624.802	1.130.973	9.493.829	1.177.106	866.282	2.577.730	
Fibria	29.061.717	13.613.355	15.448.362	8.318.417	14.400	3.700.790	
JBS	36.850.071	18.399.380	18.450.691	9.771.034	(221.609)	3.134.023	
Subtotal	80.680.248	34.229.042	46.451.206	20.236.451	1.459.162	9.412.543	
Outras empresas	27.974.556	15.356.811	12.617.745	3.455.719	130.232	511.929	
Total	108.654.804	49.585.853	59.068.951	23.692.170	1.589.394	9.924.472	

* Valores contábeis ajustados para o cálculo da equivalência patrimonial.

15.2.4 Outras participações societárias

				R\$ mil			
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital	Valor contábil ¹			
				Em 31 de dezembro			
				BNDES		Consolidado	
Empresas investidas	Ordinárias	Preferenciais		2010	2009	2010	2009
Cadam – Caulim da Amazônia S.A.		3.712	16,87	8.008	8.008	8.008	8.008
Indústrias Verolme Ishibras S.A.	1.224.784	1.224.784	12,98	2	2	2	2
Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA		3.956.987	1,55	73.579	73.579	73.579	73.579
Deten Química S.A.		300.563	0,30	901	901	901	901
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	8.633		0,82	425	425	425	425
Vicunha Têxtil		19	0,03	242	114	242	114
FGI ²	84.383		12,68	100.000	-	100.000	-
Participações reclassificadas para o realizável				-	-	-	21.816.419
Subtotal				183.157	83.029	183.157	21.899.448
Outras participações				979	979	979	979
Total				184.136	84.008	184.136	21.900.427

¹ Valor contábil está líquido de provisão no valor de R\$ 389.570 mil em 2010 e 2009.

² Investimento em cotas classe A, subscritas em 1º de fevereiro de 2010.

15.2.5 Outros investimentos

				R\$ mil	
	BNDES			Valor contábil *	
				Em 31 de dezembro	
				Consolidado	
	2010	2009		2010	2009
Aplicações em incentivos fiscais	1.131	1.131		1.131	1.131
Títulos patrimoniais	295	295		295	295
Obras de arte	296	296		296	296
Participação Empreendimentos – VALE: Projeto 118	41.606	41.606		41.606	41.606
Total	43.328	43.328		43.328	43.328

* Valor contábil líquido de provisões no valor de R\$ 3.502 mil.

16. Fundo de Participação PIS-Pasep

A partir de 1974, parcela da arrecadação das contribuições sociais para os programas PIS e Pasep, formadora do Fundo PIS-Pasep, passou a ser transferida para o BNDES. Conforme a legislação pertinente, os recursos destinar-se-iam a aplicações em programas de desenvolvimento econômico, inclusive no mercado de capitais. Foram transferidos, em média, 38% da arrecadação, correspondentes a cerca de R\$ 700.000 mil anuais, durante o período entre 1974 e 1988.

O risco das operações contratadas até 31 de dezembro de 1982 é do Fundo PIS-Pasep. Sobre essa parcela da carteira, da ordem de 1,6% do total, em 31 de dezembro de 2010, o BNDES recebe comissão de administração de 0,5% ao ano, paga pelo fundo. Nas operações contratadas após aquela data (98,4% da carteira), o risco é do Banco, que está autorizado a cobrar do mutuário, embutidas na taxa de juros, comissão de administração de até 0,5% ao ano e comissão de risco de até 1,5% ao ano.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos do Fundo PIS-Pasep, administrados pelo BNDES, eram de:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS-Pasep	30.435.222	30.021.028
FPS	392.385	22.355
Total	30.827.607	30.043.383
Curto prazo	1.850.716	1.785.601
Longo prazo	28.976.891	28.257.782
Total	30.827.607	30.043.383

O saldo das operações de crédito do Fundo PIS-Pasep contratadas até 31 de dezembro de 1982, que constituem risco do fundo, foram reclassificados ao final do 1º semestre de 2002 para o passivo do BNDES, retificando o valor da respectiva obrigação com o fundo, conforme orientação do Banco Central do Brasil.

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2010		
	Risco BNDES	Risco PIS-Pasep	Total
Saldo no início do exercício	30.021.028	629.490	30.650.518
Resultado	1.841.594	12.455	1.854.049
Transferências do FPS	12.600	-	12.600
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	30.435.222	641.945	31.077.167

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2009		
	Risco BNDES	Risco PIS-Pasep	Total
Saldo no início do exercício	29.510.021	629.503	30.139.524
Resultado	1.891.007	(13)	1.890.994
Transferências do FPS	60.000	-	60.000
Devoluções	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Saldo no final do exercício	30.021.028	629.490	30.650.518

17. Depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2010, o BNDES individual e o Consolidado não possuíam saldo. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo era de R\$ 3.258.834 mil.

	R\$ mil	
	BNDES e Consolidado	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Depósitos interfinanceiros		
Com vencimentos em 2009	-	-
Com vencimentos em 2010	-	2.950.000
Juros provisionados	-	308.834
Total	-	3.258.834
Curto prazo	-	3.258.834
Longo prazo	-	-
Total	-	3.258.834

18. Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2010, o BNDES individual e o Consolidado não possuíam saldo. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo era de R\$ 13.740.763 mil.

Títulos	Vencimentos	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
		2010	2009
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	29.12.2009	-	506.992
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	19.1.2010	-	1.941.751
Subtotal			2.448.743
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	5.1.2010	-	1.500.000
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	12.1.2010	-	900.000
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	19.1.2010	-	2.058.249
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	4.2.2010	-	3.799.999
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	4.3.2010	-	506.383
Subtotal		-	8.764.631
Letra Financeira Nacional (LFT)	4.3.2010	-	1.682.423
Subtotal		-	1.682.423
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	4.3.2010	-	804.199
Subtotal		-	804.199
Encargos			40.767
Total		-	13.740.763

19. FAT – dívida subordinada e depósitos especiais

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), constituído basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição do PIS-Pasep e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico por intermédio do BNDES, em parcela de, no mínimo, 40% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-Pasep, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-Pasep tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes: a primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação; e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias:

19.1 FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos no âmbito do limite de 40% da arrecadação da contribuição PIS-Pasep, sendo remunerado pela taxa de juros de longo prazo – TJLP (FAT – TJLP) e por taxas de juros do mercado internacional. Para essa parcela de recursos, que integrará o programa FAT Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos, seu contravalor em reais poderá ser determinado com base em duas moedas: (i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela taxa de juros para empréstimos e financiamentos no mercado interbancário de Londres (LIBOR) ou pela taxa de juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – *treasury bonds*; (ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo na moeda euro ou pela taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro – *euro area yield curve*.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à remuneração integral do FAT Cambial, sendo a variação da TJLP limitada a 6% ao ano. A diferença entre a TJLP e o limite de 6% ao ano é capitalizada junto ao saldo devedor.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o seguro-desemprego e o abono salarial, em montantes e situações previstas em lei.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “dívidas subordinadas” e tem a seguinte composição:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
FAT – Constitucional		
FAT – TJLP – Principal	98.548.534	89.522.567
FAT Cambial – US\$*	9.155.303	7.280.866
	107.703.837	96.803.433
Juros provisionados	2.985.471	2.722.623
Total	110.689.308	99.526.056
Curto prazo	2.985.471	2.722.623
Longo prazo	107.703.837	96.803.433
Total	110.689.308	99.526.056

* Até 50% das transferências ordinárias; destinado ao financiamento da produção/comercialização de produtos de reconhecida demanda internacional.

A Resolução Bacen 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, que revogou a Resolução Bacen 2.837, de 30 de maio de 2001, mantém o enquadramento dos recursos repassados pelo FAT como “dívida subordinada”. Esse enquadramento é possível porque a dívida do BNDES relativa a esses recursos não possui prazos de amortização definidos contratualmente, uma vez que sua exigibilidade só virá a ocorrer caso o Ministério do Trabalho não possua recursos suficientes para o pagamento do seguro-desemprego. Nesse caso, seriam amortizados em torno de 20% do saldo devedor nos primeiros dois anos, 10% nos três anos seguintes e 5% a partir do sexto ano, quando necessário, para cobrir o seguro desemprego.

Adicionalmente, com base no item III do artigo 14 da Resolução Bacen 3.444, fica considerado que o valor relativo à “dívida subordinada – elegível a capital” será limitado a 50% do valor do Capital Nível I do Patrimônio de Referência equivalente a R\$ 18.908.661 mil e R\$ 18.938.956 mil em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 16.155.902 mil e R\$ 16.131.655 mil em 31 de dezembro de 2009) no BNDES individual e no Consolidado, respectivamente.

19.2 FAT Depósitos Especiais

O FAT Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os depósitos especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto, disponíveis são remunerados pelos mesmos critérios aplicados às disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa Selic. O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, do Banco Central do Brasil, é um sistema informatizado que se destina à custódia de títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como ao registro e à liquidação de operações com os referidos títulos.

O saldo devedor do FAT Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Depósitos especiais – FAT”, como segue:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
FAT Depósitos Especiais		
Pró-Emprego	208.262	261.824
FAT Exportar/Fomentar	5.833.922	6.152.206
Pronaf	726.258	760.980
Infraestrutura	14.474.254	15.413.910
Giro Rural	330.941	381.960
	21.573.637	22.970.880
Juros provisionados	-	-
Total	21.573.637	22.970.880
 Curto prazo	-	-
Longo prazo	21.573.637	22.970.880
Total	21.573.637	22.970.880

A movimentação do saldo do FAT Constitucional e do FAT Depósitos Especiais durante o período findo em 31 de dezembro de 2010 foi a seguinte:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2010			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP	Cambial		
Saldo em 31.12.2009	92.141.558	7.384.498	22.970.880	122.496.936
. Ingresso de recursos	11.380.461	-	850.000	12.230.461
. Variação cambial	-	(480.058)	-	(480.058)
. Provisão de juros	5.541.615	257.560	-	5.799.175
. Juros s/ depósitos especiais	-	-	1.340.313	1.340.313
. Amortizações de depósitos especiais	-	-	(2.232.024)	(2.232.024)
. Pagamento de juros	(5.310.295)	(226.031)	(1.355.532)	(6.891.858)
. Transferência p/ cambial	(5.620.102)	5.620.102	-	-
. Retorno do cambial	3.265.607	(3.265.607)	-	-
Saldo em 31.12.2010	101.398.844	9.290.464	21.573.637	132.262.945

20. Obrigações por empréstimos e repasses

20.1 Composição

a) Empréstimos no país – obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES, para pagamento durante o ano de 2008 de dividendos e juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios de 2006 e 2007, adquiriu títulos públicos federais no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) mediante financiamento. Esse empréstimo, no valor atualizado para 31 de dezembro de 2010 de R\$ 5.474.293 mil – R\$ 362.147 mil no curto prazo e R\$ 5.112.146 mil no longo prazo – (R\$ 5.776.856 mil – R\$ 361.030 mil no curto prazo e R\$ 5.415.826 mil no longo prazo em 31 de dezembro de 2009) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na taxa referencial de juros (TR) e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizadas mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior – bônus

				R\$ mil	
				Em 31 de dezembro	
Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	2010	2009
US\$ 1 bilhão	16.6.2018*	6,369%	Bank of New York	1.666.200	1.741.200
US\$ 1 bilhão	10.6.2019	6,500%	Bank of New York	1.666.200	1.741.200
US\$ 1 bilhão	12.7.2020	5,500%	Bank of New York	1.666.200	-
US\$ 300 milhões	12.12.2011	9,625%	Bank of New York	499.860	522.360
ITL 300 bilhões	28.4.2010	8,000%	Citibank	-	388.500
€ 750 milhões	15.9.2017	4,125%	Bank of New York	1.671.000	-
Juros provisionados				85.711	35.349
Total				7.255.171	4.428.609
Curto prazo				585.571	423.849
Longo prazo				6.669.600	4.004.760
Total				7.255.171	4.428.609

* Em junho de 2008, foi concluído o processo de repactuação dos títulos externos emitidos em 1998, cujo vencimento se daria naquele mês. A repactuação foi realizada pelo valor original da emissão (US\$ 1 bilhão), a valor de face, com taxa de juros de 6,369% a.a. e novo vencimento em 16 de junho de 2018.

c) Repasses no país – Tesouro Nacional

Em 2009, foi celebrado, ao amparo da Lei 11.948/2009, contrato de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 100 bilhões. Em 2010, para dar continuidade ao expressivo crescimento dos desembolsos, foram celebrados, ao amparo da Lei 12.249/2010 e da Medida Provisória 505/2010, novos contratos de financiamento entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 80 bilhões e de R\$ 24,7 bilhões, respectivamente. Os créditos foram concedidos por meio de emissões pela União de títulos públicos em favor do BNDES.

			R\$ mil	
			BNDES	
			Em 31 de dezembro	
Moeda	Vencimento médio		2010	2009
TR + 6% a.a.	16,24		1.407.536	1.486.120
IPCA + 6% a.a.	20,21		2.018.574	1.807.360
IGP-DI	7,02		1.440.025	1.300.103
US\$ + juros de 4,83 a 6,00%	18,85		10.991.081	12.659.372
US\$ + 6,77% a.a. ¹	18,47		14.305.676	14.949.612
US\$ + 5,98% a.a. ¹	18,47		7.638.799	7.982.641
US\$ + 0,8%	28,50		2.166.060	-
TJLP ^{1 2 3}	36,13		160.009.917	52.959.714
TJLP + 2,5% ¹	28,66		7.368.687	7.196.572
TJLP + 1,0% ¹	18,47		26.367.132	26.117.306

(continua)

(continuação)

		R\$ mil	
		BNDES	
		Em 31 de dezembro	
Moeda	Vencimento médio	2010	2009
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.083.794	816.930
Total		234.798.923	127.277.372
Curto prazo		1.676.679	1.743.540
Longo prazo		233.122.244	125.533.832
Total		234.798.923	127.277.372

		R\$ mil	
		Consolidado	
		Em 31 de dezembro	
Moeda	Vencimento médio	2010	2009
TR + 6% a.a.	16,24	1.407.536	1.486.120
Selic	7,02	2.584.528	2.354.519
IPCA + 6% a.a.	20,21	2.018.574	1.807.360
IGP-M + 10% a.a.	0,17	2.364.266	2.123.808
IGP-DI	7,02	1.440.025	1.300.103
US\$ + juros de 4,83 a 6,00%	18,85	10.991.081	12.659.372
US\$ + 6,77% a.a. ¹	18,47	14.305.676	14.949.612
US\$ + 5,98% a.a. ¹	18,47	7.638.799	7.982.641
US\$ + 0,8%	28,50	2.166.060	-
TJLP ^{1,2,3}	36,13	160.009.917	52.959.714
TJLP + 2,5% ¹	28,66	7.368.687	7.196.572
TJLP + 1,0% ¹	18,47	26.367.132	26.117.306
Reais		1.642	1.642
Juros provisionados		1.159.604	885.678
Total		239.823.527	131.824.447
Curto prazo		4.116.754	1.812.288
Longo prazo		235.706.773	130.012.159
Total		239.823.527	131.824.447

¹ Mediante autorização da Lei 11.948/2009, foi concedido crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 100 bilhões, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES. Em março de 2009, foi celebrado o primeiro contrato de financiamento, no valor de R\$ 39.000.000 mil. Em julho de 2009, foram celebrados o segundo e o terceiro contratos de financiamento, nos valores de R\$ 8.702.419 mil e R\$ 16.297.581 mil, respectivamente. Em agosto de 2009, foi celebrado o quarto contrato de financiamento, no valor de R\$ 36.000.000 mil.

² Mediante autorização da Lei 12.249/2010, que alterou a Lei 11.948/2009, o crédito concedido foi ampliado em R\$ 80.000.000 mil. Em abril de 2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R\$ 80.000.000 mil, por meio da emissão pela União, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES.

³ Mediante autorização da Medida Provisória 505/2010, foi celebrado contrato de financiamento, no valor de R\$ 24.753.535 mil, por meio da emissão pela União em setembro, sob a forma de colocação direta, de títulos públicos em favor do BNDES.

d) Repasses no exterior – instituições multilaterais

			R\$ mil	
			Em 31 de dezembro	
			BNDES e Consolidado	
Instituição	Moeda	Vencimento médio	2010	2009
JBIC	YEN/US\$	7,52 anos	1.866.117	2.158.317
BID	Várias	15,64 anos	8.815.966	7.864.883
NIB	US\$	8,84 anos	311.817	243.768
KfW	Várias	10,58 anos	227.475	402.154
CDB	US\$	12,14 anos	1.249.650	1.305.900
Juros provisionados			51.926	59.835
Total			12.522.951	12.034.857
Curto prazo			836.288	1.032.840
Longo prazo			11.686.663	11.002.017
Total			12.522.951	12.034.857

Sobre os contratos de repasses no exterior, incidem taxas que variam entre 0,91% e 10,35% a.a. em 31 de dezembro de 2010 (1,11% e 10,35% a.a. em 31 de dezembro de 2009). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

			R\$ mil	
			Em 31 de dezembro	
			BNDES e Consolidado	
			2010	2009
Taxas de captação:				
Até 3%			10.004.594	8.982.832
De 3,1% a 5%			225.903	138.026
De 5,1% a 7%			2.240.528	2.592.984
De 7,1% a 9%			-	-
De 9,1% a 11%			-	261.180
			12.471.025	11.975.022
Juros provisionados			51.926	59.835
Total			12.522.951	12.034.857

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas por meio dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas com as instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandaram garantia do governo federal, os empréstimos tomados com organismos multilaterais – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Nordic Investment Bank (NIB) – contaram com a prestação de garantia formal da União, seja por força de seus atos constitutivos, seja em razão de outros atos normativos internos da instituição multilateral. Empréstimos tomados com instituições governamentais, como Japan Bank for International Cooperation (JBIC), braço internacional do Japan Finance Corporation (JFC), Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e China Development Bank (CDB), usualmente não demandam garantia formal da União.

e) Fundo da Marinha Mercante (FMM)

A partir de janeiro de 1984, o BNDES passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, à ampliação e à recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional. Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações do FMM alcançaram R\$ 7.676.892 mil (R\$ 5.780.729 mil em 31 de dezembro de 2009), sendo R\$ 7.076.244 mil (R\$ 5.213.762 mil em 31 de dezembro de 2009) com risco BNDES. Desde junho de 2002, por orientação do Banco Central do Brasil, as operações com risco BNDES, que retificavam as respectivas origens dos recursos, foram reclassificadas para o ativo do Banco.

f) Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)

Em 3 de outubro de 1988, com o Decreto 96.905, o BNDES assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal. O ativo do FND totalizou, em 31 de dezembro de 2010, R\$ 8.845.553 mil; seu patrimônio líquido montava em R\$ 1.154.811 mil, dividido em 1.913 milhões de cotas, no valor unitário de R\$ 0,6037919. Conforme o artigo 19 da Medida Provisória 517, de 31 de dezembro de 2010, o FND ficou extinto naquela data.

20.2 Obrigações por empréstimos e repasses, por ano de vencimento

						R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2010						
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2011	3.704.270	1.421.859	5.126.129	5.271.666	1.421.859	6.693.525
2012	2.536.300	930.118	3.466.418	2.529.089	930.118	3.459.207
2013	2.668.199	949.877	3.618.076	2.626.822	949.877	3.576.699
2014	3.773.892	970.163	4.744.055	4.238.355	970.163	5.208.518
2015	7.860.560	1.010.216	8.870.776	8.364.540	1.010.216	9.374.756
Após 2015	227.822.631	14.495.889	242.318.520	229.378.071	14.495.889	243.873.960
Total	248.365.852	19.778.122	268.143.974	252.408.543	19.778.122	272.186.665

						R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2009						
	BNDES			Consolidado		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
A vencer:						
2010	5.392.908	1.456.689	6.849.597	3.210.359	1.456.689	4.667.048
2011	2.894.013	1.330.903	4.224.916	2.334.088	1.330.903	3.664.991
2012	2.195.061	950.499	3.145.560	2.193.163	950.499	3.143.662
2013	2.344.695	964.141	3.308.836	2.268.896	964.141	3.233.037
2014	3.601.514	978.372	4.579.886	4.072.418	978.372	5.050.790
Após 2014	124.767.568	10.782.862	135.550.430	128.774.991	10.782.862	139.557.853
Total	141.195.759	16.463.466	157.659.225	142.853.915	16.463.466	159.317.381

21. Emissões de debêntures

O Sistema BNDES realizou emissões de debêntures privadas, por meio do BNDES, e públicas, por meio da BNDESPAR:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
Emissões de debêntures:	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Emissão privada (BNDES)	6.727.156	6.727.156	6.960.022	6.960.022
Emissão pública (BNDESPAR)	-	5.999.766	-	3.599.248
Total	6.727.156	12.726.922	6.960.022	10.559.270
Curto prazo	548.183	854.407	291.698	353.710
Longo prazo	6.178.973	11.872.515	6.668.324	10.205.560
Total	6.727.156	12.726.922	6.960.022	10.559.270

21.1 Emissão privada – BNDES

O BNDES emitiu 700.000 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10 mil, na data da emissão, 23 de dezembro de 2008. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal (CEF).

As debêntures serão atualizadas mensalmente no dia 15 de cada mês pela taxa referencial (TR) e pagarão remuneração de 6% a.a. mensalmente. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
1ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
2ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
3ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
4ª série		
Principal corrigido (TR)	1.437.700	1.487.467
Juros provisionados (6% a.a.)	3.834	3.967
5ª série		
Principal corrigido (TR)	958.464	991.643
Juros provisionados (6% a.a.)	2.556	2.643
Total	6.727.156	6.960.022
Curto prazo	548.183	291.698
Longo prazo	6.178.973	6.668.324
Total	6.727.156	6.960.022

21.2 Emissão pública – BNDESPAR

Em dezembro de 2006, a BNDESPAR emitiu 600.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R\$ 600.000 mil.

Essa distribuição pública foi realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, em 19 de dezembro de 2006, sob o número CVM/SRE/PRO/2006/0011.

As debêntures foram subscritas e integralizadas ao preço de R\$ 898,33, cada uma, correspondente ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 ajustado por deságio de 10,167%, apurado em processo de coleta de intenções de investimento.

As debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão, e pagam juros de 6% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado da debênture, devidos ao final de cada período de capitalização. O primeiro e o segundo pagamentos de juros foram realizados em 15 de janeiro de 2009 e 2010, respectivamente, e os demais ocorrerão em 15 de janeiro de 2011 e 15 de janeiro de 2012, conforme detalhado na escritura de emissão. A amortização será em uma única parcela, na data do vencimento, 15 de janeiro de 2012.

Na segunda distribuição do Primeiro Programa, ocorrida em julho de 2007, a BNDESPAR realizou a emissão de 1.350.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 550.000 debêntures da primeira série e 800.000 debêntures da segunda série, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 1.350.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

Em dezembro de 2009, já no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o número CVM/SER/PRO/2008/007, foi concluída a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da mesma forma e espécie das emissões anteriores, em duas séries, sendo 640.000 debêntures da primeira série e 610.000 debêntures da segunda série, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 1.250.000 mil. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da primeira série das duas últimas distribuições não será atualizado e sobre ele incidirão apenas juros prefixados, conforme indicado na tabela a seguir. A remuneração, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a tabela a seguir.

O valor nominal unitário das debêntures da segunda série das emissões de 2007 e 2009 será atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista no Suplemento Definitivo.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série das emissões de 2007 e 2009, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da segunda série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da segunda série de ambas as emissões serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro e o segundo pagamentos de juros da segunda série da emissão de 2007 ocorreram em 17 de agosto de 2009 e 16 de agosto de 2010, respectivamente, e os demais serão realizados em 15 de agosto de 2011, 15 de agosto de 2012 e na data de vencimento, 15 de agosto de 2013, quando a série será amortizada em parcela única. Os pagamentos de juros da segunda série da emissão de 2009 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2015, quando a série será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (primeira série), uma com taxa flutuante trimestral (segunda série) e outra indexada ao IPCA (terceira série). A primeira, a segunda e a terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os números CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034 e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da primeira série, 1.000.000 debêntures da segunda série e 525.000 debêntures da terceira série.

O valor nominal unitário das debêntures da primeira e da segunda séries não será atualizado e sobre ele incidirão apenas juros prefixados (primeira série) e flutuantes trimestralmente (segunda série). A remuneração de ambas as séries, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento. As taxas de juros e as datas de vencimento estão indicadas na tabela a seguir.

A segunda série terá remuneração flutuante, com uma taxa fixa de três meses redefinida trimestralmente com base na sobretaxa de 0,30% ao ano a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBovespa) aplicáveis a cada período de capitalização trimestral. Os períodos de capitalização e a fórmula de cálculo dos juros da terceira série estão previstos na Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário das debêntures da terceira série dessa última emissão será atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da terceira série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da terceira série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Os pagamentos de juros da terceira série da emissão de 2010 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2013 até 15 de janeiro de 2017, quando a série será amortizada em parcela única.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

		R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
	Vencimento	2010	2009
1ª distribuição – Primeiro Programa	15.1.2012		
Principal corrigido (IPCA)		734.784	694.078
Juros provisionados (6% a.a.)		42.109	39.606
Deságio		(61.002)	(61.002)
Amortização acumulada do deságio*		48.211	36.404
		764.102	709.086
2ª distribuição – Primeiro Programa	1.1.2011		
1ª série			
Principal		550.000	550.000
Juros provisionados (11,2% a.a.)		240.141	160.858
2ª série	15.8.2013		
Principal corrigido (IPCA)		954.766	901.872
Juros provisionados (6,8% a.a.)		23.975	22.406
		1.768.882	1.635.136
1ª distribuição – Segundo Programa			
1ª série	1.1.2013		
Principal		640.000	640.000
Juros provisionados (12,74% a.a.)		84.288	2.747
2ª série	15.1.2015		
Principal corrigido (IPCA)		656.901	610.952
Juros provisionados (7,078% a.a.)		47.833	1.328
		1.429.022	1.255.027
1ª distribuição – Terceiro Programa			
1ª série	1.1.2014		
Principal		500.000	-
Juros provisionados (12,51% a.a.)		3.384	-

(continua)

(continuação)

		R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
	Vencimento	2010	2009
2ª série	1.1.2014		
Principal		1.000.000	-
Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a)		5.571	-
3ª série	15.1.2017		
Principal corrigido (IPCA)		527.269	-
Juros provisionados (6,2991% a.a)		1.536	-
		2.037.760	-
Total		5.999.766	3.599.249
Curto prazo		306.224	62.012
Longo prazo		5.693.542	3.537.237
Total		5.999.766	3.599.249

* A amortização do deságio é calculada linearmente pelo prazo compreendido entre dezembro de 2007 e janeiro de 2012.

22. Desestatização da Companhia Vale do Rio Doce

Conforme a Lei 9.491/97, regulamentada pelo Decreto 2.201/97 e pelo Contrato de Transferência de Ações, Assunção de Dívidas e Pactos Adicionais, foram transferidas ao BNDES ações da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de propriedade da União (94.953.982 ações ordinárias nominativas e 4.372.154 ações preferenciais nominativas). Parte dessas ações foi alienada no âmbito do processo de desestatização da CVRD, nos leilões realizados em maio de 1997, tendo sido os recursos decorrentes da venda repassados ao BNDES.

Em contrapartida dos recursos recebidos, o BNDES obrigou-se a, alternativa ou conjuntamente, a critério do Ministério da Fazenda:

- assumir dívidas, caracterizadas e novadas, da União relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS); e
- transferir à União debêntures da BNDESPAR, de sua propriedade, com o mesmo perfil (datas de pagamento e condições financeiras) das dívidas da União com o FCVS.

Em 29 de dezembro de 2000, foi formalizada a assunção da dívida, no montante de R\$ 2.593.470 mil (valor originalmente recebido, atualizado pela variação da TR acrescida de 6,17% ao ano), correspondente a 1.608.084 títulos CVSA970101, a serem pagos nas seguintes condições:

Carência para pagamento de juros:	4 anos e 1 mês a contar de 1.12.2000, com primeiro pagamento em 1.1.2005
Carência para pagamento de principal:	8 anos e 1 mês a contar de 1.12.2000, com primeiro pagamento em 1.1.2009
Prazo remanescente:	27 anos a contar de 1.12.2000, com último pagamento de principal e encargos em 1.1.2027
Taxa de juros:	Taxa referencial (TR) + 6,17% a.a.

Em março de 2002, por meio de oferta pública, o BNDES alienou no mercado interno e externo 39.389.193 ações ordinárias de emissão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), pelo valor de R\$ 2.218.339 mil, sendo a liquidação financeira concluída em abril de 2002. O referido montante também foi objeto de assunção de dívida com a União, relativas ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), atualizadas pela variação da TR e juros de 6,17% ao ano. Em dezembro de 2005, foi alienado, em leilão conjunto com participações minoritárias, o restante das ações transferidas pela União, pelo valor de R\$ 1.516 mil, cuja liquidação financeira foi concluída em janeiro de 2006.

Em agosto de 2006, o BNDES e a União celebraram Instrumento de Novação e Confissão de Dívida, no valor de R\$ 5.293.537 mil, correspondente à parcela dos contratos acima mencionados, com a finalidade de alterar o perfil do endividamento do BNDES e elevar seu Patrimônio de Referência (PR), alterando suas condições para adequá-las às características de um instrumento híbrido de capital e dívida, conforme estabelecido na Resolução 2.837, de 30 de maio de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), nos termos da Lei 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Em 31 de dezembro de 2010, esses contratos apresentavam os seguintes saldos:

- Instrumento Híbrido de Capital e Dívida: R\$ 6.647.883 mil (R\$ 12.388.916 mil em 31 de dezembro de 2009);
- Contrato de Assunção de Dívidas: R\$ 1.416.215 mil (R\$ 1.495.192 mil em 31 de dezembro de 2009), registrados na rubrica de Repasses no País – Tesouro Nacional.

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

23.1 Corrente

O BNDES adota o regime de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social na modalidade de lucro real anual, estando sujeito a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique a suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Banco constituiu provisões para pagamento de Contribuição Social à alíquota de 15% e de Imposto de Renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%.

No Consolidado, apenas a BNDESPAR teve a provisão da CSLL constituída à alíquota de 9%.

A demonstração do cálculo do encargo com Imposto de Renda e Contribuição Social está evidenciada a seguir:

	R\$ mil					
	BNDES					
	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	2010	2009	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	7.017.129	7.017.129	12.417.822	12.417.822	7.864.214	7.864.214
Participação dos empregados no lucro	(106.736)	(106.736)	(106.736)	(106.736)	(65.588)	(65.588)
Base para cálculo dos tributos	6.910.393	6.910.393	12.311.086	12.311.086	7.798.626	7.798.626
Encargo (crédito) total de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e de 15%	1.727.599	1.036.559	3.077.772	1.846.663	1.949.657	1.169.794
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Créditos baixados como prejuízo	(14.100)	(8.460)	16.506	9.903	68.010	40.806
• Provisão para risco de crédito (Res. Bacen 2.682/99)	(220.842)	(132.505)	(243.133)	(145.880)	48.272	28.963
• Equivalência patrimonial	(788.291)	(472.974)	(1.013.661)	(608.196)	(1.038.895)	(623.337)
• Provisões trabalhistas e cíveis	(4.314)	(2.588)	(6.307)	(3.784)	(165.034)	(99.021)
• Juros sobre o capital próprio destinado à União – controladora	(377.491)	(226.495)	(377.491)	(226.495)	(301.949)	(181.170)
• Passivo atuarial – FAMS	10.269	6.162	18.238	10.943	17.278	10.367
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(4.285)	(2.571)	(7.173)	(4.304)	(3.005)	(1.803)
• Ajuste de TVM a valor de mercado	(6.264)	(3.759)	(10.406)	(6.244)	3.597	2.158
• Ajuste de swap a valor de mercado	8.030	4.818	26.328	15.797	(36.377)	(21.826)
• Fapes – reservas técnicas	-	-	-	-	(4.936)	(2.962)
• Subvenções – incentivos fiscais	-	-	(5.046)	(3.028)	(10.258)	(6.155)
• Apoio financeiro não reembolsável	21.214	12.728	47.947	28.768	39.755	23.853
• Outras adições e exclusões líquidas	6.723	12.613	(6.865)	11.350	8.812	10.390
Imposto de Renda e Contribuição Social	358.248	223.528	1.516.709	925.493	574.927	350.057

	Consolidado					
	Em 31 de dezembro					
	2º semestre de 2010		2010		2009	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	8.504.904	8.504.904	14.358.934	14.358.934	9.058.019	9.058.019
Participação dos empregados no lucro	(159.307)	(159.307)	(159.307)	(159.307)	(86.300)	(86.300)
Base para cálculo dos tributos	8.345.597	8.345.597	14.199.627	14.199.627	8.971.719	8.971.719
Encargo (crédito) total de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 15%	2.086.399	1.251.839	3.549.907	2.129.944	2.242.930	1.345.758
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Créditos baixados como prejuízo	(5.648)	(4.300)	24.905	13.997	67.336	40.316
• Provisão para risco de crédito (Res. Bacen 2.682/99)	(226.043)	(127.506)	(176.746)	(95.593)	52.119	29.447
• Equivalência patrimonial	(74.948)	(26.901)	(109.445)	(39.305)	(194.490)	(70.006)
• JSCP de coligadas e controladas	12.385	4.459	12.385	4.459	14.198	5.111
• Permuta com títulos e valores mobiliários	-	-	(11.001)	(3.960)	226.986	81.715
• Dividendos de investimentos avaliados ao custo de aquisição	(28.989)	(10.436)	(158.801)	(57.168)	(326.760)	(117.634)
• Juros sobre o capital próprio destinado à União – controladora	(377.491)	(226.495)	(377.491)	(226.495)	(301.949)	(181.170)
• Provisão para desvalorização de investimentos	5.187	1.867	20.414	7.349	86.977	31.312
• Provisões trabalhistas e cíveis	(1.376)	(1.530)	(7.833)	(4.466)	(151.615)	(94.349)
• Passivo atuarial – FAMS	12.528	7.083	21.869	12.479	21.312	12.151
• Amortização de ágio líquida de realização	4.097	2.021	4.039	2.000	-	-
• Ajuste de TVM a valor de mercado	(6.264)	(3.759)	(10.406)	(6.244)	3.597	2.158
• Ajuste de swap a valor de mercado	8.030	4.818	26.328	15.797	(36.377)	(21.826)
• Fapes – reservas técnicas	-	-	12.105	7.263	(4.936)	(2.962)
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(6.612)	(3.461)	(10.515)	(5.612)	(2.890)	(1.805)
• Subvenções – incentivos fiscais	-	-	(14.479)	(6.424)	(32.050)	(13.652)
• Apoio financeiro não reembolsável	21.214	12.728	47.947	28.768	39.755	23.853
• Resultado de controladas à alíquota de 9%	-	(212.432)	-	(309.506)	-	(299.377)
• Diferimento de tributação sobre venda do ativo permanente	(52.164)	-	(52.164)	-	-	-
• Realização da amortização do deságio	29.374	10.574	29.374	10.574	-	-
• Efeito ajustes CPCs (RTT)	(110.450)	(63.579)	(110.450)	(63.579)	-	-
• Outras adições e exclusões líquidas	7.608	18.057	(27.568)	6.711	4.199	10.323
Encargos antes das compensações	1.296.837	633.047	2.682.374	1.420.989	1.708.342	779.363
Compensação de prejuízos fiscais	(59.380)	(35.638)	(63.677)	(38.150)	(24.136)	(14.377)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.237.457	597.409	2.618.697	1.382.839	1.684.206	764.986
Reversão de provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	4.288	1.250	(974)	(372)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.237.457	597.409	2.622.985	1.384.089	1.683.232	764.614

Os saldos do Imposto de Renda e da Contribuição Social estão assim demonstrados:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Impostos e contribuições sobre o lucro:				
Provisão:				
Imposto de Renda	1.516.709	2.618.697	574.927	1.684.206
Contribuição Social	925.493	1.382.839	350.057	764.986
	<u>2.442.202</u>	<u>4.001.536</u>	<u>924.984</u>	<u>2.449.192</u>
Antecipações:				
Imposto de Renda	(1.516.709)	(2.238.787)	(310.422)	(759.836)
Contribuição Social	(925.493)	(1.210.789)	(152.465)	(317.645)
	<u>(2.442.202)</u>	<u>(3.449.576)</u>	<u>(462.887)</u>	<u>(1.077.481)</u>
Imposto e contribuição a recolher	<u>-</u>	<u>551.960</u>	<u>462.097</u>	<u>1.371.711</u>

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
IR pago a maior em anos anteriores	-	-	-	33.554
IRRF sobre renda fixa	-	120.935	-	313.112
IRRF sobre renda variável	-	112	-	12.602
IRRF – juros sobre o capital próprio	4.049	137.017	-	81.800
Antecipações – audiovisual	6.060	12.732	4.823	10.682
Imposto de Renda e Contribuição Social	149.956	149.956	-	-
Outros	-	1.273	-	1.272
Total	160.065	422.025	4.823	453.022
Curto prazo	160.065	422.025	4.823	453.022
Longo prazo	-	-	-	-
Total	160.065	422.025	4.823	453.022

23.2 Créditos tributários

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
. Composição do crédito diferido (posição ativa):				
Créditos baixados como prejuízo	371.598	414.207	369.381	414.872
Provisões trabalhistas e cíveis	47.900	231.612	55.141	239.970
Provisão para desvalorização de investimentos	29.454	231.278	29.455	256.203
Ajuste de <i>swap</i> a valor de mercado	35.022	35.022	-	-
Participação dos empregados no lucro	42.694	60.951	26.235	33.484
Programa de desligamento planejado de funcionários	26.455	36.872	37.932	52.998
Amortização de ágios, líquida de realização	-	58.044	-	76.545
Permuta de títulos e valores mobiliários	-	-	-	302.903
Provisão para desvalorização de bens	2.417	2.417	152	152
Provisão para despesas médicas – FAMS	22.952	33.491	-	-
Prejuízo fiscal	-	2.345	-	66.022
Base negativa de CSLL	-	1.958	-	40.108
Derivativos – opções	-	164.413	-	-
Subtotal	578.492	1.272.610	518.296	1.483.257
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda				
IRPJ e CSLL	80.299	80.299	17.809	17.809
PIS e Cofins	9.335	9.335	2.070	2.070
Subtotal	89.634	89.634	19.879	19.879
Total	668.126	1.362.244	538.175	1.503.136
Curto prazo	252.406	491.818	184.389	563.844
Longo prazo	415.720	870.426	353.786	939.292
Total	668.126	1.362.244	538.175	1.503.136

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
. Composição das obrigações diferidas (posição passiva):				
Amortização de deságio	-	(8.054)	-	(8.054)
Ajuste de <i>swap</i> a valor de mercado	-	-	(892)	(892)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	(41.771)	(25.121)	(25.121)
Ganho de capital sobre venda do ativo permanente	-	(52.164)	-	-
Ajuste a valor de mercado – instrumentos financeiros	-	(155.426)	-	-
Opções	-	(92.224)	-	-
Sub-total	(41.771)	(349.639)	(26.013)	(34.067)
Obrigações tributárias sobre títulos disponíveis para venda				
IRPJ e CSLL	(147.645)	(15.300.460)	(96.915)	(109.270)
PIS e Cofins	(17.164)	(17.164)	(11.266)	(11.266)
Subtotal	(164.809)	(15.317.624)	(108.181)	(120.536)
Total	(206.580)	(15.667.263)	(134.194)	(154.603)
Curto prazo	(41.771)	(58.189)	(26.013)	(38.368)
Longo prazo	(164.809)	(15.609.074)	(108.181)	(116.235)
Total	(206.580)	(15.667.263)	(134.194)	(154.603)

De acordo com a Resolução Bacen 3.059/02 e conforme alíquotas vigentes mencionadas na Nota 23.1, foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social e sobre prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social que serão compensados com lucros tributáveis futuros. Em 31 de dezembro, a contrapartida das provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos está demonstrada a seguir:

	R\$ mil					
	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
			2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Imposto de Renda	8.800	(129.923)	27.774	(214.392)	(86.546)	175.664
Contribuição Social	5.280	(38.112)	16.664	(64.839)	(51.927)	35.632
Total	14.080	(168.035)	44.438	(279.231)	(138.473)	211.296

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm as seguintes origens:

- Créditos baixados como prejuízo: relacionados com perdas em operações de crédito ou repasses interfinanceiros que estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.
- Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 24.a) e cíveis (Nota 24.b).
- Provisão para a desvalorização de investimentos: sobre participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial e outros investimentos.
- Ajuste a valor de mercado de TVM e de *swap*: são os ganhos e perdas líquidos apurados com a marcação a mercado dos TVM e nas operações de *swap*, que constituem instrumento de proteção de posições passivas.
- Permuta de títulos e valores mobiliários: refere-se ao crédito tributário constituído para compensar o efeito do Imposto de Renda e da Contribuição Social corrente pago sobre o diferencial entre o valor de mercado e o valor contábil proveniente da operação de permuta de títulos e valores mobiliários. A realização desses créditos está vinculada à alienação dos respectivos títulos.
- Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam às condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 31).
- Derivativos – opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas às ações pertencentes à carteira de investimentos.
- Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM 600/09.

As obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, que ocorrem principalmente na controlada BNDESPAR, têm origem, basicamente, de:

- Ajuste a valor de mercado – instrumentos financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;
- Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função do fato de os valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;
- Baixa do deságio – CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPCs.

Os créditos e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, da utilização ou da reversão das provisões relacionadas. Os créditos decorrentes da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social são compensáveis com o lucro tributável futuro, limitado a 30% em cada período. A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir.

	R\$ mil			
	BNDES			
	31.12.2009	Constituição	Realização	31.12.2010
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	369.381	190.622	(188.405)	371.598
Provisões trabalhistas e cíveis	55.141	3.414	(10.655)	47.900
Provisão para desvalorização de investimentos	29.455	-	-	29.455
Ajuste de swap a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	35.022
Programa de desligamento planejado de funcionários	37.932	-	(11.477)	26.455
Provisão para participação dos empregados no lucro	26.235	42.694	(26.235)	42.694
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	22.952	-	22.952
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	2.417
Subtotal	518.296	304.270	(244.073)	578.493
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	80.299
PIS e Cofins	2.070	7.265	-	9.335
Subtotal	19.879	69.755	-	89.634
Total de créditos tributários diferidos	538.175	374.025	(244.073)	668.127
. Obrigações tributárias:				
Ajuste de swap a valor de mercado	(892)	-	892	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	(41.771)
Subtotal	(26.013)	(16.650)	892	(41.771)
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(96.915)	(50.730)	-	(147.645)
PIS e Cofins	(11.266)	(5.898)	-	(17.164)
Subtotal	(108.181)	(56.628)	-	(164.809)
Total de obrigações tributárias diferidas	(134.194)	(73.278)	892	(206.580)

	R\$ mil				
	Consolidado				
	31.12.2009	Constituição	Realização	Ajustes de exercícios anteriores por adoção dos CPCs	31.12.2010
. Créditos tributários:					
Créditos baixados como prejuízo	414.872	208.673	(209.338)	-	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	239.970	5.960	(14.318)	-	231.612
Provisão para desvalorização de investimentos	256.203	49.094	(55.779)	(18.240)	231.278
Ajuste de swap a valor de mercado	-	42.323	(7.301)	-	35.022
Participação dos empregados no lucro	33.484	60.951	(33.484)	-	60.951
Programa de desligamento planejado de funcionários	52.998	-	(16.126)	-	36.872
Provisão para despesas médicas – FAMS	-	33.491	-	-	33.491
Amortização de ágio, líquida de realização	76.545	10.130	(31.340)	2.709	58.044
Permuta de títulos e valores mobiliários	302.903	-	(302.903)	-	-
Provisão para desvalorização de bens	152	2.265	-	-	2.417
Opções	-	164.413	-	-	164.413
Prejuízo fiscal	66.022	-	(63.677)	-	2.345
Base negativa da CSLL	40.108	-	(38.150)	-	1.958
Subtotal	1.483.257	577.300	(772.416)	(15.531)	1.272.610

(continua)

(continuação)

(continuação)

	R\$ mil				
	Consolidado				
	31.12.2009	Constituição	Realização	Ajustes de exercícios anteriores por adoção dos CPCs	31.12.2010
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	17.809	62.490	-	-	80.299
PIS e Cofins	2.070	7.265	-	-	9.335
Subtotal	19.879	69.755	-	-	89.634
Total	1.503.136	647.055	(772.416)	(15.531)	1.362.244
. Obrigações tributárias:					
Amortização de deságio	(8.054)	-	-	-	(8.054)
Ajuste de swap a valor de mercado	(892)	-	892	-	-
Ajuste de TVM a valor de mercado	(25.121)	(16.650)	-	-	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do ativo permanente	-	(52.164)	-	-	(52.164)
Ajuste a valor de mercado – instrumentos financeiros	-	(537.336)	596.748	(214.838)	(155.426)
Opções		(92.224)	-	-	(92.224)
Subtotal	(34.067)	(698.374)	597.640	(214.838)	(349.639)
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	(109.270)	(50.730)	2.711.098	(17.851.558)	(15.300.460)
PIS e Cofins	(11.266)	(5.898)	-	-	(17.164)
Subtotal	(120.536)	(56.628)	2.711.098	(17.851.558)	(15.317.624)
Total	(154.603)	(755.002)	3.308.738	(18.066.396)	(15.667.263)

	R\$ mil			
	BNDES			
	31.12.2008	Constituição	Realização	31.12.2009
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	262.771	194.030	(87.420)	369.381
Provisões trabalhistas e cíveis	311.330	-	(256.189)	55.141
Provisão para desvalorização de investimentos	29.455	-	-	29.455
Ajuste de swap a valor de mercado	4.304	53.901	(58.205)	-
Programa de desligamento planejado de funcionários	42.740	-	(4.808)	37.932
Ajuste de TVM a valor de mercado	-	20.138	(20.138)	-
Provisão para participação dos empregados no lucro	13.427	26.235	(13.427)	26.235
Provisão para desvalorização de bens	152	-	-	152
Subtotal	664.179	294.304	(440.187)	518.296
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	5.642	12.167	-	17.809
PIS e Cofins	656	1.414	-	2.070
Subtotal	6.298	13.581	-	19.879
Total de créditos tributários diferidos	670.477	307.885	(440.187)	538.175
. Obrigações tributárias :				
Ajuste de swap a valor de mercado	(2.548)	-	1.656	(892)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(30.876)	-	5.755	(25.121)
Subtotal	(33.424)	-	7.411	(26.013)

(continua)

(continuação)

	R\$ mil			
	BNDES			
	31.12.2008	Constituição	Realização	31.12.2009
Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(119.074)	-	22.159	(96.915)
PIS e Cofins	(13.843)	-	2.577	(11.266)
Subtotal	(132.917)	-	24.736	(108.181)
Total das obrigações tributárias diferidas	(166.341)	-	32.147	(134.194)

	R\$ mil			
	Consolidado			
	31.12.2008	Constituição	Realização	31.12.2009
. Créditos tributários:				
Créditos baixados como prejuízo	314.346	194.555	(94.029)	414.872
Provisões trabalhistas e cíveis	477.490	4.418	(241.938)	239.970
Provisão para desvalorização de investimentos	190.254	127.007	(61.058)	256.203
Ajuste de swap a valor de mercado	4.304	53.901	(58.205)	-
Participação dos empregados no lucro	20.904	33.484	(20.904)	33.484
Programa de desligamento planejado de funcionários	57.693	403	(5.098)	52.998
Amortização de ágio, líquida de realização	69.366	7.179	-	76.545
Permuta de títulos e valores mobiliários	218	302.685	-	302.903
Provisão para desvalorização de bens	152	-	-	152
Prejuízo fiscal	90.159	49.632	(73.769)	66.022
Base negativa da CSLL	54.485	17.832	(32.209)	40.108
Subtotal	1.279.371	791.096	(587.210)	1.483.257
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	5.642	12.167	-	17.809
PIS e Cofins	656	1.414	-	2.070
Subtotal	6.298	13.581	-	19.879
Total	1.285.669	804.677	(587.210)	1.503.136

. Obrigações tributárias:				
Amortização de deságio	(8.054)	-	-	(8.054)
Ajuste de swap a valor de mercado	(2.548)	-	1.656	(892)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(30.876)	-	5.755	(25.121)
Subtotal	(41.478)	-	7.411	(34.067)

Obrigações tributárias sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(119.074)	(12.354)	22.158	(109.270)
PIS e Cofins	(13.843)	-	2.577	(11.266)
Subtotal	(132.917)	(12.354)	24.735	(120.536)
Total	(174.395)	(12.354)	32.146	(154.603)

O montante de créditos tributários não registrados, em 31 de dezembro de 2010, no BNDES totalizou R\$ 1.777.086 mil (R\$ 2.134.581 mil em 31 de dezembro de 2009) e no Consolidado R\$ 3.193.503 mil (R\$ 3.112.505 mil em 31 de dezembro de 2009). Esses valores referem-se, basicamente, a provisão para risco de crédito (Resolução Bacen 2.682/99), parte das provisões cíveis e trabalhistas, provisão sobre a desvalorização de investimentos, oriundos de incentivos fiscais – Finor – (somente no caso de CSLL) e outros e a provisão para despesas médicas – FAMS. Após a Resolução Bacen 3.059/02, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até cinco anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução Bacen 3.355/06. Entretanto, até essa data, a sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível, não existindo previsibilidade de compensação de ativos/passivos após cinco anos.

A seguir, apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários:

R\$ mil

	BNDES						R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	163.487	44.714	31.232	78.688	53.477	-	371.598
Provisões trabalhistas e cíveis	491	6.125	38.830	1.051	1.403	-	47.900
Provisão para desvalorização de investimentos	-	-	-	-	-	29.455	29.455
Ajuste de swap a valor de mercado	26.919	-	-	-	8.103	-	35.022
Programa de desligamento planejado de funcionários	12.214	14.241	-	-	-	-	26.455
Provisão para despesas médicas – FAMS	4.336	4.482	4.618	4.692	4.824	-	22.952
Provisão para desvalorização de bens	2.265	-	-	-	-	152	2.417
Participação dos empregados no lucro	42.694	-	-	-	-	-	42.694
Subtotal	252.406	69.562	74.680	84.431	67.807	29.607	578.493
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	80.299	-	-	-	-	80.299
PIS e Cofins	-	9.335	-	-	-	-	9.335
Subtotal	-	89.634	-	-	-	-	89.634
Total dos créditos tributários	252.406	159.196	74.680	84.431	67.807	29.607	668.127

. Obrigações tributárias:

Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Subtotal	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	(147.645)	-	-	-	-	(147.645)
PIS e Cofins	-	(17.164)	-	-	-	-	(17.164)
Subtotal	-	(164.809)	-	-	-	-	(164.809)
Total das obrigações diferidas	(41.771)	(164.809)	-	-	-	-	(206.580)

R\$ mil

	Consolidado						R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários:							
Créditos baixados como prejuízo	186.987	48.870	38.685	82.908	56.757	-	414.207
Provisões trabalhistas e cíveis	2.474	6.982	39.662	1.256	181.238	-	231.612
Provisão para desvalorização de investimentos	173.551	822	6.755	7.586	7.585	34.979	231.278
Programa de desligamento planejado de funcionários	16.624	20.248	-	-	-	-	36.872
Provisão para despesas médicas – FAMS	6.272	6.506	6.746	6.890	7.077	-	33.491
Ajuste de swap a valor de mercado	26.919	-	-	-	8.103	-	35.022
Provisão para desvalorização de bens	2.265	-	-	-	-	152	2.417
Amortização de ágio	11.471	814	538	1.052	9.214	34.955	58.044
Prejuízo fiscal	2.345	-	-	-	-	-	2.345
Base negativa de CSLL	1.958	-	-	-	-	-	1.958
Participação dos empregados no lucro	60.951	-	-	-	-	-	60.951
Derivativos – opções	-	-	-	164.413	-	-	164.413
Subtotal	491.817	84.242	92.386	264.105	269.974	70.086	1.272.610

(continua)

	Consolidado						R\$ mil
	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
Créditos diferidos sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	-	80.299	-	-	-	-	80.299
PIS e Cofins	-	9.335	-	-	-	-	9.335
Subtotal	-	89.634	-	-	-	-	89.634
Total dos créditos tributários	491.817	173.876	92.386	264.105	269.974	70.086	1.362.244
. Obrigações tributárias:							
Amortização de deságios	-	-	-	-	-	(8.054)	(8.054)
Ajuste de TVM a valor de mercado	(41.771)	-	-	-	-	-	(41.771)
Ganho de capital sobre venda do ativo permanente	-	-	-	-	-	(52.164)	(52.164)
AVM (valor justo na perda de influência)	-	-	-	-	-	(21.062)	(21.062)
AVM debêntures convertidas/permutadas (CPC)	-	-	-	-	-	(31.936)	(31.936)
AVM debêntures (CPC)	-	-	-	-	-	(102.428)	(102.428)
Opções	-	-	-	-	-	(92.224)	(92.224)
Subtotal	(41.771)	-	-	-	-	(307.868)	(349.639)
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ e CSLL	(16.418)	(147.645)	-	-	-	(15.136.397)	(15.300.460)
PIS e Cofins	-	(17.164)	-	-	-	-	(17.164)
Subtotal	(16.418)	(164.809)	-	-	-	(15.136.397)	(15.317.624)
Total das obrigações diferidas	(58.189)	(164.809)	-	-	-	(15.444.265)	(15.667.263)

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando a taxa média de captação, totaliza R\$ 501.300 mil (R\$ 943.276 mil no Consolidado).

O art. 5º da Resolução 3.059/02 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela instituição. O disposto nesse artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor dessa resolução. Em 31 de dezembro de 2010, não foram realizadas baixas dessa natureza. O montante de créditos tributários constituídos após a vigência dessa resolução totalizou R\$ 489.155 mil (R\$ 1.108.612 mil no Consolidado).

24. Provisões trabalhistas e cíveis

O BNDES é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN 3.823/09 e na Deliberação CVM 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Basicamente, o pronunciamento requer o seguinte com relação aos ativos e passivos contingentes, bem como à provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro; (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos; e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais seja remota a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los não são divulgados.

- Provisão: são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco mínimo – são classificadas nessa categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que têm decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco médio – são classificadas nessa categoria as ações que têm decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco máximo – são classificadas nessa categoria as ações que têm decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Crêditos jurídicos	Possibilidade de perda	Consequência contábil
risco mínimo	remota	N/A
risco médio	possível	divulgar
risco máximo	provável	provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis do Banco, sendo divulgados apenas quando a Administração tem garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Processos trabalhistas	32.240	43.471	57.954	70.760
Processos cíveis	87.917	618.097	87.431	622.140
Total	120.157	661.568	145.385	692.900
Curto prazo	1.229	7.059	3.952	9.372
Longo prazo	118.928	654.509	141.433	683.528
Total	120.157	661.568	145.385	692.900

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 114 processos judiciais em andamento (141 no Consolidado), que se referem, principalmente, a horas extras pré-contratadas. No Consolidado, há, também, processos referentes à Lei de Anistia (relacionado à reforma administrativa do governo Collor).

A seguir, demonstra-se a movimentação da provisão trabalhista no período:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	57.954	70.760	44.425	57.284
Constituição (reversão) líquida	(23.021)	(22.392)	31.310	35.122
Pagamentos	(2.693)	(4.897)	(17.781)	(21.646)
Saldo no final do exercício	32.240	43.471	57.954	70.760

Em 31 de dezembro de 2010, existiam 190 (196 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R\$ 132.219 mil (R\$ 241.420 mil no Consolidado).

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 12 (15 no Consolidado) processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo governo federal e implementadas pelo BNDES como gestor do Programa Nacional de Desestatização (PND), além daqueles acerca de questões contratuais. No Consolidado, os pleitos são similares, sendo o principal uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989, em que a sentença de primeiro grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

A seguir, demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do exercício	87.431	622.140	761.097	1.242.074
Constituição (reversão) líquida	486	(4.043)	(673.666)	(619.934)
Saldo no final do exercício	87.917	618.097	87.431	622.140

Em 31 de dezembro de 2010, existiam 74 (83 no Consolidado) processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível com montante estimado de R\$ 786.389 mil (R\$ 1.396.800 mil no Consolidado).

25. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito do BNDES está representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

Em 2010, o BNDES aumentou seu capital em R\$ 9.296.534 mil:

- R\$ 2.096.534 mil referentes à capitalização da reserva de capital no valor de R\$ 106.631 mil e de reserva de lucros no valor de R\$ 1.989.903 mil, nos termos do Decreto 7.152, de 9 de abril de 2010;
- R\$ 2.700.000 mil, mediante a transferência pela União de parte dos direitos decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), conforme Decreto 7.361, de 22 de novembro de 2010; e

- R\$ 4.500.000 mil, mediante a transferência de 139.754.560 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), excedentes à manutenção do controle acionário da União, conforme Decreto 7.407, de 28 de dezembro de 2010.

Em 2009, o BNDES aumentou seu capital em R\$ 6.381.474 mil:

- R\$ 2.000.000 mil pela capitalização do saldo de lucros acumulados de 2007, nos termos do Decreto 6.940, de 18 de agosto de 2009; e
- R\$ 4.381.474 mil pela transferência de ações da União, nos termos do Decreto 6.951, de 27 de agosto de 2009.

Destinação do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado do exercício	9.913.322	6.735.169
Ajuste de exercícios anteriores ¹	231.449	-
Valores destinados	10.144.771	6.735.169
Destinações		
Reserva legal – 5% ²	507.239	336.758
Reserva de incentivos fiscais	20.185	41.030
Remuneração ao acionista	3.477.261	1.589.345
Remuneração ao acionista mínima obrigatória – 25% ³	2.404.337	1.589.345
Remuneração ao acionista complementar	1.072.924	-
Reserva para futuro aumento de capital	1.442.602	953.607
Reserva para margem operacional	4.697.484	3.814.428
Remuneração ao acionista proposta	3.477.261	1.589.345
Dividendos	1.967.296	381.547
Juros sobre o capital próprio	1.509.965	1.207.798

¹ Ajuste decorrente da aplicação de pronunciamentos do CPC.

² Limitado a 20% do capital social ou, a critério do BNDES, quando o saldo dessa reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

³ 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais.

Reservas de lucros

A partir de 2008, o estatuto social do BNDES passou a contemplar a constituição de reserva de lucros para futuro aumento de capital, reserva de lucros para margem operacional e reserva de incentivos fiscais.

A reserva para futuro aumento de capital tem a finalidade de assegurar a formação de patrimônio líquido compatível com a expectativa de crescimento dos ativos do Banco e é constituída no percentual de 15% do lucro líquido ajustado, com saldo limitado a 30% do capital social. Em 2010, para essa reserva foi constituído o montante de R\$ 1.442.602 mil (R\$ 953.607 mil em 2009).

A reserva para margem operacional tem a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída no percentual de 100% do saldo remanescente do lucro líquido, até o limite de 50% do capital social. Em 2010, para essa reserva foi constituído o montante de R\$ 4.697.484 mil (R\$ 3.814.428 mil em 2009).

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros. Em 2010, para essa reserva o BNDES constituiu R\$ 20.185 mil (R\$ 41.030 mil em 2009).

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	(81.281)	-
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	(129.934)	-
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda	29.507.767	124.806
De títulos próprios	93.189	109.463
De ativos de empresa controlada (BNDESPAR)*	29.414.578	15.343
Total	29.296.552	124.806

* Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme Pronunciamento Contábil 38, emitido pelo CPC e recepcionado pelos normativos do Banco Central do Brasil por meio das Circulares 3.068/2001 e 3.082/2002.

Ajustes de exercícios anteriores

São registros resultantes da adoção de pronunciamentos do CPC que afetariam o resultado de períodos anteriores compostos como a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ajuste de exercícios anteriores		
- Próprios:		
Plano assistencial – FAMS	(36.139)	-
- Controladas:		
Plano assistencial – FAMS	26.195	-
Debêntures designadas da BNDESPAR	854.849	-
Efeitos de mudanças de avaliação de investimento em coligadas	(610.619)	-
Efeitos de realização de investimento a valor justo	600.507	-
Derivativos isolados	(590.227)	-
Outros	(13.117)	-
	231.449	-

Pagamento de dividendos

Em 2010 e 2009, o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

	2010			
Evento	Valor declarado (R\$ mil)	Valor pago ¹	Data do pagamento	Meio de pagamento
Juros sobre o capital próprio – 2009	41.994	42.523	fev-10	Espécie
Dividendo mínimo obrigatório – 2009	381.547	386.350	fev-10	Espécie
Dividendo complementar – 2009	875.000	886.015	fev-10	Espécie
Dividendo complementar – 2009	2.434.216	2.500.000	abr-10	Títulos públicos federais
Dividendo complementar – 2009	289.920	300.000	mai-10	Espécie
Dividendo complementar – 2009	215.293	226.467	jul-10	Espécie

(continua)

(continuação)

2010				
Evento	Valor declarado (R\$ mil)	Valor pago ¹	Data do pagamento	Meio de pagamento
Antecipação de Juros sobre o capital próprio/dividendos – 2010 ²	707.566	707.566	jul-10	Espécie
Dividendo complementar – 2009	953.607	1.012.010	ago-10	Títulos públicos federais
Dividendos intermediários – 2010 ²	1.987.990	1.987.990	ago-10	Títulos públicos federais
Dividendos intermediários – 2010 ²	676.355	676.355	nov-10	Títulos públicos federais
Total	8.563.488	8.725.276		

¹ Inclui atualização pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

² A remuneração proposta ao acionista inclui atualização pela taxa Selic, no valor de R\$105.350 mil. Vide o quadro acima de destinação do resultado.

2009				
Evento	Valor declarado - R\$ mil	Valor pago*	Data do pagamento	Meio de pagamento
Dividendos complementares – Exercício 2006	1.596.375	2.100.000	mai-09	Espécie
Dividendos complementares – Exercício 2006	449.389	600.638	jul-09	Espécie
Dividendos complementares – Exercício 2007	45.487	54.339	jul-09	Espécie
Dividendos complementares – Exercício 2007	1.170.419	1.408.738	ago-09	Títulos públicos federais
Dividendos complementares – Exercício 2008	497.284	528.183	jul-09	Espécie
Dividendos complementares – Exercício 2008	16.840	16.840	jul-09	Espécie
Dividendos complementares – Exercício 2008	2.423.658	2.591.262	ago-09	Títulos públicos federais
Juros sobre o capital próprio – Exercício 2008	1.319.462	1.344.736	fev-09	Espécie
Dividendos Complementares – Exercício 2007	929.580	1.146.890	dez-09	Títulos públicos federais
Total de pagamentos	8.448.494	9.791.626		

* Inclui atualização pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

26. Partes relacionadas

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico 5, do CPC, aprovado pela Resolução 3.750/09 do Banco Central do Brasil.

26.1 Transações com subsidiárias

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e foram as seguintes:

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro					
	2010			2009		
	FINAME	BNDESPAR	Total	FINAME	BNDESPAR	Total
Ativo						
Operações de repasses						
Moeda nacional	82.405.006	11.642.000	94.047.006	51.970.968	6.814.107	58.785.075
Moeda estrangeira	7.198.212	49.431	7.247.643	8.794.287	63.576	8.857.863
	89.603.218	11.691.431	101.294.649	60.765.255	6.877.683	67.642.938
Passivo						
Obrigações por repasses						
Moeda nacional	(890.144)	(91.770)	(981.914)	(644.399)	(2.244.520)	(2.888.919)

(continua)

(continuação)

(continuação)

R\$ mil									
Em 31 de dezembro									

26.2 Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

Estão resumidas a seguir as operações envolvendo o Tesouro Nacional e as condições conforme referência às notas explicativas em cada grupo de contas:

	R\$ mil		
	BNDES		
	Em 31 de dezembro		
	2010	2009	
Ativo			
Títulos públicos federais (Nota 6)	25.638.179	35.916.554	
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 32)	1.784.273	409.482	
Passivo			
Operações de repasses	(234.798.923)	(127.277.372)	
Instrumento híbrido de capital e dívida	(13.234.016)	(12.388.916)	
Outras obrigações com STN	(6.523)	(2.366)	
Resultado:	2º semestre de 2010		
Resultado com títulos públicos federais	2.537.201	5.878.112	3.138.937
Receitas com outros créditos – equalização	150.789	262.077	204.608
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida	(4.669.163)	(11.543.568)	301.260
Despesas com outras obrigações – equalização	(2.103)	(4.157)	(3.932)

				R\$ mil	
				Consolidado	
				Em 31 de dezembro	
				2010	2009
Ativo					
Títulos públicos federais (Nota 7)				25.638.179	35.916.554
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 31)				3.547.589	785.813
Passivo					
Operações de repasses				(239.823.527)	(131.824.447)
Instrumento híbrido de capital e dívida				(13.234.016)	(12.388.916)
Outras obrigações com STN				(128.862)	(62.241)

(continua)

(continuação)

(continuação)

	R\$ mil		
	Consolidado		
	Em 31 de dezembro		
	2010	2009	
	2º semestre de 2010		
Resultado:			
Resultado com títulos públicos federais	2.554.153	5.895.064	3.138.934
Receitas com outros créditos – equalização	1.267.696	1.658.825	281.329
Despesas com operações de repasses e instrumento híbrido de capital e dívida	(5.033.191)	(12.239.110)	(84.164)
Despesas com outras obrigações – equalização	(25.983)	(66.619)	(112.111)

26.3 Transações com outras entidades governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Petrobras, Eletrobras, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Participação PIS-Pasep, Fundo da Marinha Mercante (FMM) e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC).

Os saldos das transações significativas com essas entidades estão resumidos a seguir:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	BNDES		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ativos				
Fundos, debêntures, operações de crédito e repasses, dividendos e JSCP e outros créditos a receber	75.456.778	59.420.265	80.440.933	74.278.753
Provisão para risco de crédito	(121.888)	(204.603)	(122.936)	(204.803)
Passivos				
Depósitos e repasses	(182.402.038)	(168.521.746)	(182.402.038)	(168.521.746)

26.4 Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes)

As transações com o Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela Fapes, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota 29:

	R\$ mil	
	BNDES	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Passivo		
Contas a pagar – Fapes – Previdência	(540.635)	(520.924)
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	(615.103)	(506.012)

	R\$ mil	
	Consolidado	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Passivo		
Contas a pagar – Fapes – Previdência	(702.450)	(677.511)
Passivo atuarial – FAMS – Assistência	(777.818)	(680.398)

	R\$ mil		
	BNDES		
	Em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2010	2010	2009
Despesas			
Plano de Previdência	(57.168)	(122.812)	(63.814)
Plano de Assistência	(41.075)	(72.952)	(69.114)

	R\$ mil		
	Consolidado		
	Em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2010	2010	2009
Despesas			
Plano de Previdência	(75.050)	(102.958)	(88.944)
Plano de Assistência	(50.109)	(87.475)	(85.250)

26.5 Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota 15.2.3. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas, no montante de R\$ 1.267.687 mil e provisão para risco de crédito de R\$ 14.004 mil, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 7.620.685 mil e provisão de R\$ 54.173 mil em 31 de dezembro de 2009). As operações com essas investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da sociedade.

26.6 Remuneração de empregados e dirigentes

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria e dos Conselhos Fiscais. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do Banco Central do Brasil.

O Sistema BNDES também não tem remuneração baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios para o pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro das empresas do Sistema BNDES.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão do Sistema BNDES são apresentados como segue:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Benefícios de curto prazo:				
Salários* e encargos	6.869,31	7.839,97	6.393,11	7.338,08

* Remuneração.

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro							
	2010				2009			
	BNDES		Consolidado		BNDES		Consolidado	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior salário*	49,45	48,46	49,45	48,46	46,00	44,53	46,00	44,53
Menor salário*	5,12	1,53	4,60	1,53	4,81	2,34	4,32	2,34
Salário* médio	22,37	13,10	14,59	13,65	19,62	15,02	13,16	15,46

* Remuneração contratual.

27. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com provisão para risco de crédito:

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro					
	2º semestre de 2010		2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Reversão (constituição) líquida sobre:						
Operações de crédito	(480.798)	401.523	(471.269)	143.846	(1.464.020)	(1.408.867)
Operações de repasses interfinanceiros	(232.626)	242.289	(264.619)	152.211	1.122.212	1.082.052
Debêntures	(157.586)	167.140	(78.781)	262.595	(74.497)	(120.267)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(286)	(65)	(155)	19.363	26	6.350
Direitos recebíveis	(18.540)	(16.048)	(17.717)	(12.268)	(12.513)	(3.524)
Recuperação de créditos baixados do ativo	(4.342.954)	121.189	(2.199.521)	2.286.031	407.204	438.553
Receita (despesa) líquida apropriada	(5.232.790)	916.028	(3.032.062)	2.851.778	(21.588)	(5.703)

28. Instrumentos financeiros derivativos

28.1 Derivativos cambiais e de taxa de juros

Os derivativos cambiais e de taxas de juros são utilizados para adequar a composição de ativos e passivos financeiros do BNDES. Em particular, os ajustes no passivo externo têm por objetivo tornar mais atrativo aos tomadores de recursos o produto de crédito "cesta de moedas", que é representativo da composição da exposição cambial externa do Banco. Simultaneamente, tais derivativos contribuem para o gerenciamento dos ativos e passivos em moedas fortes, visando reduzir eventual descasamento entre essas moedas.

Por orientação de sua política financeira, o BNDES busca transferir a seus tomadores de recursos os riscos de natureza cambial e de taxa de juros, inclusive aqueles decorrentes de operações de derivativos. O Banco assume, em última instância, o risco de crédito eventualmente derivado do efeito das volatilidades cambial e de taxa de juros sobre os seus clientes.

Por meio das operações de derivativos cambiais e de taxa de juros, busca-se aumentar o peso do dólar na cesta de moedas e minimizar o impacto desfavorável que a volatilidade das outras moedas fortes possa causar aos tomadores de recursos na unidade monetária vinculada à "cesta de moedas" do BNDES, bem como reduzir o risco associado a um eventual descasamento de moedas no balanço do BNDES.

Nas operações de balcão de taxas de juros e câmbio, o BNDES recebe integralmente o montante a ser pago no ativo-objeto protegido. Assim, o grau de proteção é próximo de 100%.

Em virtude do perfil das operações passivas do BNDES, as operações de proteção financeira têm sido realizadas no

mercado de balcão e registradas na Cetip. A fim de mitigar o risco de crédito envolvido em tais operações, a aceitabilidade das contrapartes é determinada com base na análise de crédito realizada pelo BNDES, podendo haver, até, a exigência de garantias formais para a sua aceitação.

Os resultados das operações de derivativos vinculados a captações externas são integralmente repassados aos tomadores de recursos da modalidade “cesta de moedas”.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As operações de *swap* contratadas pelo BNDES têm por objetivo: (i) administrar sua exposição aos riscos de mercado decorrentes de oscilações em taxas de câmbio e taxa juros; e/ou (ii) gerenciar a composição do produto “cesta de moedas”, objeto de repasse aos clientes. Portanto, perdas potenciais nesses instrumentos causadas por variação nesses fatores de risco tendem a ser compensadas por ganhos em ativos ou reduções de passivos associados a cada operação.

Os quadros seguintes descrevem as operações ativas de proteção cambial em 31 de dezembro de 2010. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002, e foram contratadas no mercado local com registro na Cetip.

28.1.1 Resumo das operações de *swaps* contratadas em mercado de balcão em andamento

Valor nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
€ 750 milhões	€ – R\$	Fev/2011	Deutsche Bank, HSBC e Itaú BBA
US\$ 300 milhões	€ – R\$	Entre jan/2011 e mar/2011	Citibank e Deutsche Bank
US\$ 726,5 milhões	US\$ (taxa de juros fixa – flutuante)	Entre mar/2015 e ago/2021	Citibank, Merrill Lynch de Investimentos e HSBC

28.1.2 Carteira Administrada

Adicionalmente, de forma a gerenciar descasamentos cambiais e de taxas de juros de curto prazo, o BNDES realiza, por meio da Carteira Administrada, operações envolvendo derivativos na BM&F. As aplicações e resgates são orientados pelo BNDES, com execução pela BB DTVM, e os valores resultantes dos resgates de aplicações em títulos são depositados na conta do BNDES no Banco do Brasil, para serem reaplicados.

28.2 Opções e derivativos embutidos

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*), nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Esses derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto, esses derivativos não oferecem qualquer risco de perda à BNDESPAR. A mensuração e o registro desses derivativos são feitos pelo valor justo.

28.3 Composição dos instrumentos financeiros derivativos

							R\$ mil
							BNDES
							Em 31 de dezembro de 2010
			Conta de compensação		Conta patrimonial		
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado	
Contratos swap							
Cambiais:							
US\$ x R\$	Fev/2011	Cetip	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)	
US\$ x R\$	Jan/2011 a mar/2011	Cetip	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)	
Taxas de juros em US\$:							
Fixa x flutuante	Mar/2015 a ago/2021	Cetip	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)	
			3.393.242	3.557.396	(164.154)	(164.154)	
Contratos futuro							
			Valores nominais				
R\$ (posição vendida)	Jan/2014	BM&F		501.693	833	833	
US\$ (posição comprada)	Fev/2011 a abr/2011	BM&F		6.765.605	(70.151)	(70.151)	
					(69.318)	(69.318)	
Total					(233.472)	(233.472)	

R\$ mil						
Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2010						
			Conta de compensação		Conta patrimonial	
	Vencimentos	Custodiante	Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	Valor de mercado
Contratos swap						
Cambiais:						
€ x US\$	Fev/2011	Cetip	1.674.238	1.705.365	(31.127)	(31.127)
US\$ x R\$	Jan/2011 a mar/2011	Cetip	501.014	518.959	(17.945)	(17.945)
Taxas de juros em US\$:						
Fixa x flutuante	Mar/2015 a ago/2021	Cetip	1.217.990	1.333.072	(115.082)	(115.082)
			3.393.242	3.557.396	(164.154)	(164.154)
Contratos futuro						
			Valores nominais			
DI (posição vendida)	Jan/2014	BM&F		501.693	833	833
US\$ (posição comprada)	Fev/2011 a abr/2011	BM&F		6.765.605	(70.150)	(70.150)
					(69.317)	(69.317)
Opções						
	Tipo	Metodologia de precificação				
Compra (passivo)	Americana	Black-Scholes/ Merton			(483.569)	(483.569)
Venda (ativo)	Europeia	Black-Scholes/ Merton			229.902	229.902
Venda (ativo)	Europeia	Black-Scholes/ Merton			41.346	41.346
Derivativos embutidos					284.419	284.419
Total					(161.373)	(161.373)

						R\$ mil
BNDES e Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2009						
	Vencimentos	Custodiante	Conta de compensação		Conta patrimonial	Valor de mercado
			Valor referencial Ativo	Valor referencial Passivo	Valor a receber (a pagar)	
Contratos swap						
Cambiais:						
US\$ x R\$	Jan/2010 a fev/2010	Cetip	349.135	345.967	3.168	3.168
US\$ x R\$	Mar/2010	Cetip	174.531	178.542	(4.011)	(4.011)
R\$ x US\$	Mar/2010 a jun/2010	Cetip	132.338	105.939	26.399	26.399
€ x US\$	Abr/2010	Cetip	410.147	349.267	60.880	60.880
US\$ x R\$	Jan/2010	BMF	394.187	547.824	(153.637)	(153.637)
Taxas de juros em US\$:						
Fixa x flutuante	Mar/2015 a ago/2021	Cetip	1.333.666	1.413.291	(79.625)	(79.625)
			2.794.004	2.940.830	(146.826)	(146.826)
Contratos futuro						
			Valores nominais			
DI (posição vendida)	Jan/2012	BM&F	608.842		140	140
US\$ (posição vendida)	Fev/2010	BM&F	2.801.591		389	389
					529	529
Total					(146.297)	(146.297)

Resumo dos instrumentos financeiros derivativos

R\$ mil				
	BNDES		Consolidado	
	Valores a receber (a pagar)		Valores a receber (a pagar)	
	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2010	2009	2010	2009
Posição ativa	833	90.976	556.501	90.976
Posição passiva	(234.305)	(237.273)	(717.874)	(237.273)
Total	(233.472)	(146.297)	(161.373)	(146.297)

Resultado com derivativos

R\$ mil			
	2º semestre de	Em 31 de dezembro	
	2010	2010	2009
Receita (despesa) com contratos de swaps	(52.215)	(184.755)	33.529
Receita (despesa) com contratos de futuro	(821.196)	(963.298)	(614.401)
Receita (despesa) com contratos de opções	681.963	681.963	-
Receita (despesa) com derivativos embutidos	(330.617)	(330.617)	-
Total	(522.065)	(796.707)	(580.872)

29. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Contas a pagar – Fapes	540.635	702.450	520.924	677.511
Passivo atuarial – FAMS	615.103	777.818	506.012	680.398
Total	1.155.738	1.480.268	1.026.936	1.357.909
Curto prazo				
Contas a pagar – Fapes	21.634	28.875	18.070	24.150
Passivo atuarial – FAMS	10.839	16.308	13.285	19.258
Total	32.473	45.183	31.355	43.408
Longo prazo				
Contas a pagar – Fapes	519.001	673.575	502.854	653.361
Passivo atuarial – FAMS	604.264	761.510	492.727	661.140
Total	1.123.265	1.435.085	995.581	1.314.501

29.1 Plano de aposentadoria e pensões

A Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria Fapes.

A Fapes tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à Fapes, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas, foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2010	
	BNDES	Consolidado
Valor presente da obrigação atuarial	5.601.412	7.160.601
Valor justo dos ativos do plano	(5.124.899)	(6.551.448)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos (excesso de cobertura)	476.513	609.153
Ganhos atuariais não reconhecidos	(873.184)	(1.007.407)
Passivo (ativo) atuarial	(396.671)	(398.254)
Límite dos ativos	396.671	398.254
Passivo atuarial antes da Interpretação A*	-	-
Passivo adicional – Interpretação A*	540.635	702.450
Passivo líquido	540.635	702.450

* A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, por meio de pagamentos mensais, totalizando 13 parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Contratos de 2002 (a)	425.758	544.125	403.523	515.708
Contratos de 2004 (b)	114.877	158.325	117.401	161.803
Total	540.635	702.450	520.924	677.511
Curto prazo	21.634	28.875	18.070	24.150
Longo prazo	519.001	673.575	502.854	653.361
Total	540.635	702.450	520.924	677.511

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Bacen), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, por meio de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente no início do exercício	4.620.691	5.933.161	3.988.092	5.116.449
Custo do serviço corrente	93.002	105.814	77.480	91.665
Custo de juros	456.013	585.911	471.336	605.029
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	743.554	928.687	624.576	819.255
Benefícios pagos	(311.847)	(392.972)	(294.155)	(371.700)
Ajustes do exercício anterior	-	-	(246.638)	(327.537)
Valor presente no fim do exercício	5.601.413	7.160.601	4.620.691	5.933.161

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor justo no início do exercício	4.737.228	6.082.799	3.655.588	4.689.874
Retorno esperado dos ativos do plano	480.044	614.880	445.717	569.935
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	91.160	92.190	403.785	648.345
Contribuições recebidas do empregador	92.470	114.186	485.234	508.849
Contribuições recebidas dos participantes	35.845	40.365	32.631	37.496
Benefícios pagos	(311.847)	(392.972)	(294.155)	(371.700)
Ajustes do exercício anterior	-	-	8.428	-
Valor justo no fim do exercício	5.124.900	6.551.448	4.737.228	6.082.799

O BNDES espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 111.451 mil (R\$ 137.540 mil para o Consolidado).

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Despesa líquida no exercício:				
Custo do serviço corrente	93.002	105.814	77.480	91.665
Custo dos juros	456.013	585.911	471.336	605.029
Retorno esperado dos ativos do plano	(480.044)	(614.880)	(445.717)	(569.936)
Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	116.537	116.537
Total	68.971	76.845	219.636	243.295

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Em (%)			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Fundos multimercados	5,7	5,7	5,6	5,6
Ações	80,6	80,6	81,7	81,7
Investimentos imobiliários	5,7	5,7	6,2	6,2
Empréstimos e financiamentos	4,3	4,3	4,4	4,4
Outros	3,7	3,7	2,1	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) 28/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis. Tais modificações afetaram a forma de apresentação dos ativos do plano e, por essa razão, as principais categorias de ativos do plano foram apresentadas dessa forma. A Resolução CGPC 28/2009 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 571.204 mil e R\$ 707.069 mil no BNDES e no Consolidado, respectivamente (R\$ 849.502 mil e R\$ 1.218.281 mil em 31 de dezembro de 2009, no BNDES e no Consolidado, respectivamente).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos três anos:

	R\$ mil	
	BNDES	Consolidado
2011	394.846	497.981
2012	412.614	520.808
2013	431.182	543.808

29.2 Plano de assistência médica

O BNDES e suas subsidiárias patrocinam o Fundo de Assistência Médica e Social (FAMS), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias e seus respectivos dependentes. O dependente, após o falecimento do participante, tem direito ainda ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos do BNDES e de suas controladas para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela Fapes, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e pelo detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fapes, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, por meio de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2010, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário independente em 30 de setembro de 2010, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Valor presente das obrigações não fundeadas	824.164	1.040.531	664.675	851.327
Perdas atuariais não reconhecidas	(209.061)	(262.713)	(158.663)	(170.929)
Passivo atuarial líquido	615.103	777.818	506.012	680.398

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Saldo no início do período	682.586	858.729	487.167	622.524
Custo do serviço corrente	24.448	26.630	17.556	19.646
Custo de juros	68.490	86.090	58.463	74.726
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	72.092	100.078	140.435	168.387
Benefícios pagos	(23.452)	(30.996)	(21.035)	(26.554)
Saldo no final do período	824.164	1.040.531	682.586	858.729

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são os seguintes:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
Despesa líquida no período:	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Custo do serviço corrente	24.448	26.630	24.306	26.884
Custo dos juros	68.490	86.090	60.457	78.127
Ganhos (perdas) atuariais líquidos não reconhecidos	3.465	5.751	4.530	5.442
Total	96.403	118.471	89.293	110.453

O BNDES espera contribuir com o plano de assistência médica, para o próximo ano, em cerca de R\$ 27.674 mil e R\$ 39.996 mil, no BNDES e no Consolidado, respectivamente.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	R\$ mil	
	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	23.648	(18.154)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	189.943	(149.895)

29.3 Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade e invalidez. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações, foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (2,9546% a.a.) e Grupo de apoio (2,4426% a.a.)	Grupo técnico (2,9546% a.a.) e Grupo de apoio (2,4426% a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,4909% a.a.	11,1828% a.a.
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,4909% a.a.	11,1828% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

30. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	R\$ mil					
	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
			2010		2009	
	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado	BNDES	Consolidado
Vale-transporte	96	143	184	275	209	249
Vale-refeição	9.665	14.425	16.687	24.906	16.310	17.995
Assistência educacional	2.694	4.021	5.071	7.568	5.562	6.183
Total	12.455	18.589	21.942	32.749	22.081	24.427

31. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando essa renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado, no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado, que incentiva a saída dos empregados que atendem às condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada.

Até dezembro de 2012, segundo estimativa da Fapes, 230 empregados estarão aptos a aderir ao programa, o que corresponde, aproximadamente, a 7,8% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado restante, em 31 de dezembro de 2010, como consequência da implementação do programa era de R\$ 95.143 mil, sendo R\$ 66.137 mil no BNDES, R\$ 19.757 mil na BNDESPAR e R\$ 9.249 mil na FINAME. Para os próximos 12 meses, estima-se um desembolso de R\$ 42.690 mil, sendo R\$ 30.535 mil no BNDES, R\$ 7.531 mil na BNDESPAR e R\$ 4.624 mil na FINAME.

32. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

32.1 Operações ativas

Operações ativas são valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo governo federal (Pronaf, Revitaliza e Agrícolas) com taxa fixa menor que a TJLP, para TJLP + 1%. Em 31 de dezembro de 2010, apresentava saldos de R\$ 1.784.273 mil (R\$ 409.483 mil em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 3.547.589 mil (R\$ 785.813 mil em 31 de dezembro de 2009), no BNDES e no Consolidado, respectivamente.

32.2 Operações passivas

Operações passivas são valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo governo federal (Modermaq e Moderfrota) com taxa fixa superior à TJLP, para TJLP. Isto é, programas cuja taxa fixa seja superior à TJLP deverão ter o excesso à TJLP devolvido ao Tesouro Nacional. Em 31 de dezembro de 2010, apresentava saldos de R\$ 6.523 mil (R\$ 2.366 mil em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 128.862 mil (R\$ 62.241 mil em 31 de dezembro de 2009), no BNDES e no Consolidado, respectivamente.

33. Limites operacionais (Acordo da Basileia)

De acordo com a Resolução 2.283, de 5 de junho de 1996, do Banco Central do Brasil, os limites mínimos de capital do Banco e do Consolidado são calculados com base nos ativos dos mesmos, ponderados por fatores de risco. A seguir, são apresentados os principais indicadores, em 31 de dezembro de 2010, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	R\$ mil, exceto percentuais	
	BNDES	Consolidado
Patrimônio de Referência (PR) ¹	83.201.218	83.108.116
Nível I	41.816.173	41.769.622
Nível II	41.816.173	41.769.622
Deduções do PR ²	(431.128)	(431.128)
Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ³	45.407.035	49.048.808
Índice de Basileia (%)	20,16%	18,64%
Limite de imobilização	41.600.609	41.554.058
Imobilização ⁴	339.432	340.112
Margem (excesso) de imobilização	41.261.176	41.213.946
Índice de Imobilização (%)	0,41%	0,41%

¹ A Resolução 3.444/07, do Bacen, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de níveis, cada qual composto de itens integrantes do Patrimônio Líquido, além de dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida.

² Ações emitidas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

³ Mínimo valor exigido para o PR – 11%.

⁴ A Resolução 3.105/03, do Bacen, que dispõe sobre a concessão de prazo ao BNDES para enquadramento no limite de aplicação de recursos no ativo permanente, alterada pela Resolução 3.761/09, permite a exclusão de ações adquiridas de forma direta ou indireta em decorrência de medidas ou programas instituídos por lei federal, execução de garantias de operações de crédito posteriores à entrada em vigor dessa resolução e os investimentos compatíveis com o objeto social da instituição.

34. Outras informações

34.1 Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer 1.124/96 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo governo federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

34.2 Contragarantias prestadas

O BNDES concedeu em contragarantia ao Tesouro Nacional por conta de aval e empréstimos captados no exterior, no montante equivalente a US\$ 600 milhões, com caução de 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais), e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias) de propriedade de sua controlada integral BNDES Participações S.A. (BNDESPAR). Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobras continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

34.3 Gestão de programas

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, criado pela Resolução BNDES 1.640, de 3 de setembro de 2008, tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, nos termos do Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro, os saldos dos recursos oriundos de doações ao Fundo Amazônia, administrados pelo BNDES, eram de:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Doações recebidas*	98.426	37.106
Aplicação em operações não reembolsáveis	(11.106)	-
Ressarcimento de despesas administrativas	(1.350)	(9)
Total	85.970	37.097

* Inclui os rendimentos auferidos pela aplicação dos saldos disponíveis.

Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

Por meio da Lei 9.818/99, foi criado o Fundo de Garantia à Exportação (FGE), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda e administrado pelo BNDES, destinado a dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de seguro de crédito à exportação. Em 31 de dezembro de 2010, os valores das garantias prestadas totalizavam R\$ 13.413.609 mil.

Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade (FGPC)

O Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade (FGPC), instituído pela Lei 9.531/97, regulamentado pelo Decreto 3.113/99, é um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e gerido pelo BNDES. Tem por finalidade prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas pelo BNDES e pela FINAME, diretamente ou por intermédio de instituições repassadoras, a microempresas, empresas de pequeno porte e médias empresas exportadoras ou fabricantes de insumos que integrem o processo produtivo, ou de montagem e de embalagem de mercadorias destinadas à exportação. Em 31 de dezembro de 2010, os valores das garantias prestadas totalizavam R\$ 442.662 mil.

Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)

O Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD), criado em 17 de dezembro de 1997 por meio da Resolução BNDES 918, é um fundo de natureza contábil destinado a prestar colaboração financeira, em projetos de desenvolvimento regional e social, a municípios situados nas áreas geográficas de influência da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O patrimônio inicial foi de R\$ 85.900 mil, oriundo de doação realizada nos termos da Resolução CND 02/97 (Conselho Nacional de Desestatização). Em 2010, foram realizadas liberações que totalizaram R\$ 6.292 mil.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar 93/98, regulamentado pelo Decreto 3.475/2000, é um fundo de natureza contábil, cujo objetivo é financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, tendo o BNDES como gestor financeiro.

34.4 Gerenciamento de riscos e controles internos

Em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Risco do BNDES é responsável por:

- Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
- monitorar os níveis de exposição a riscos;
- analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;

- d) analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
- e) avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
- f) disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

Ao longo de 2010, foram realizados diversos trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos do Banco. Está em andamento processo licitatório que objetiva a contratação de consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão da Continuidade de Negócios. Deu-se continuidade à implantação de um sistema integrado de gestão de risco de mercado e liquidez, que entrou em fase de operação assistida em janeiro de 2011. Para gestão do risco de crédito, destacam-se a aquisição de *software* específico, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011, e a aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito.

- Controles internos

Controles internos são procedimentos presentes em todos os níveis da instituição que visam proporcionar adequada segurança quanto ao alcance dos objetivos, contribuir para a exatidão das informações financeiras e proteger os ativos, sempre em conformidade com as normas externas e internas.

O BNDES busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos. Nesse contexto, são realizadas atividades de verificação de conformidade aos normativos internos e externos, bem como a avaliação dos riscos e controles internos dos processos de trabalho.

Os relatórios contendo as conclusões das avaliações realizadas são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração e as recomendações feitas às unidades envolvidas têm sido diligentemente acompanhadas.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado pela ética e pela transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e da disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, com o objetivo de destacar a importância do tema controles internos.

Durante o exercício de 2010, podem ser destacados:

- a) Os trabalhos de verificação de conformidade e avaliação dos controles internos nos processos, conforme previsto no planejamento anual da Unidade de Controles Internos;
- b) a aprovação de normativos internos para disciplinar a relação da Área de Gestão de Riscos (AGR) com as demais Unidades Fundamentais e o estabelecimento de procedimentos para encaminhamento das recomendações do CGR;
- c) as atividades do grupo de trabalho criado para estabelecer os critérios e procedimentos para a classificação e o tratamento de informações no BNDES;
- d) a estruturação de um plano para aprimorar a comunicação e promover maior disseminação e fortalecimento da cultura de controles internos; e
- e) a elaboração e a submissão ao Conselho de Administração dos Relatórios de Controles Internos previstos na Resolução CMN 2554/98.

- Risco operacional

O risco operacional refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado a inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Diferentemente dos riscos de mercado e de crédito, sua gestão e sua mitigação envolvem todas as áreas da instituição.

Cabe à unidade responsável pelo gerenciamento do risco operacional auxiliar as demais unidades na identificação e na avaliação desses riscos. Para tanto, são seguidos os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional do BNDES, bem como aqueles constantes da Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios do BNDES. Ambas estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas na instituição. A estrutura de gerenciamento do risco operacional encontra-se divulgada em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

No que se refere ao capital regulamentar, o BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR). Essa parcela vem sendo apurada periodicamente e informada ao Bacen como parte integrante do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre riscos operacionais para o público interno, na intranet.

Ao longo de 2010, destacaram-se trabalhos, envolvendo distintas áreas do Banco, para avaliação contínua e ações de mitigação do risco operacional em processos-chave de risco. Dedicou-se especial atenção ao aprimoramento da metodologia de avaliação de riscos e do banco de dados de perdas operacionais. Adicionalmente, destacam-se as ações para o desenvolvimento e a implementação de um Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios para o BNDES. O tema em questão ensejou a realização de um processo licitatório que está em andamento desde o terceiro trimestre, com expectativa de conclusão no primeiro semestre de 2011. Paralelamente, foi elaborado um Plano de Gerenciamento de Incidente (PGI), em fase final de construção.

- Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e a política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez do BNDES e de suas subsidiárias definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado do BNDES está composta pela Diretoria, pelo Comitê de Gestão de Riscos, pelo Conselho de Administração e pela Área de Gestão de Riscos. A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado do BNDES está disponível para acesso público em: http://www.bndes.gov.br/BNDES_Transparente.

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis consistentes com o padrão de risco desejável a ser assumido pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas: (i) à revenda; (ii) à obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) à realização de arbitragem. A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, às operações de crédito realizadas pela instituição, suas captações, títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

Por sua natureza de banco de desenvolvimento, o BNDES tem uma carteira de negociação relativamente pequena quando comparada ao total dos ativos detidos pela instituição. Assim, como parte da gestão do risco de mercado, o BNDES utiliza a metodologia regulamentar de VaR Paramétrico, para risco prefixado, e de Maturity Ladder, para aferir os riscos de cupom cambial, de índice de preços e de taxa de juros, conforme estabelecem os normativos do Banco Central. Para mensurar o risco de juros da carteira bancária (Rban), utiliza-se metodologia própria, observando-se o impacto das oscilações das taxas de juros (indexadores) na receita líquida de juros (*net interest income*) para o período de um ano. Os testes de estresse utilizados na Rban são os regulamentares.

O BNDES segue uma estratégia de baixa exposição em moedas estrangeiras, sendo os limites monitorados diariamente. Por meio da contratação de *swaps* e futuros, o Banco mantém sua exposição líquida abaixo de 5% do Patrimônio de Referência, resultando em parcela de capital regulamentar para risco de câmbio (PCAM) igual a zero.¹ As parcelas de risco de *commodities* (PCOM) e de risco de ações (PACS) também são iguais a zero, devido ao fato de o Banco não possuir exposições diretas em *commodities* e de a totalidade de sua carteira de ações estar classificada como “disponível para venda”, uma vez que o foco da atuação do BNDES é o fomento ao mercado de capitais.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez do BNDES no exercício de 2010, podem-se destacar: a aprovação da Política Corporativa de Classificação de Operações na Carteira de Negociação, na forma da Resolução 1.981, de 3 de agosto de 2010, e a revisão da Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, aprovada pela Resolução 2.012, de 9 de novembro de 2010; o relatório de descasamento por fator de risco, que acompanha mensalmente as posições líquidas do BNDES; as notas explicativas mensais; os informes trimestrais de risco de mercado; e o início da implantação a ser finalizada em 2011 do *software* de gestão de risco de mercado, contratado à empresa MAPS Soluções e Serviços, conforme contrato OCS 08/2010, firmado pela Diretoria do BNDES em 26 de fevereiro de 2010.

- Risco de crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do descumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação. Desse modo, a gestão do risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de créditos, englobando a atuação de diversas áreas.

A política corporativa de gestão de risco de crédito, aprovada durante o exercício de 2010, formalizou o processo de gestão do risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos necessários à identificação, à mensuração, ao monitoramento, ao controle e à mitigação dos riscos aos quais o BNDES está exposto. A formalização da política, bem como a estrutura de gerenciamento do risco de crédito no BNDES, cumpre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN 3.721/2009.

Com relação à apuração do capital regulamentar, as exposições ponderadas por fator de ponderação de risco (PEPR) são mensalmente calculadas e incorporadas ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme os procedimentos determinados pela Circular 3.360/2007 do Banco Central do Brasil. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da instituição, estão inseridos na parcela PEPR outros ativos, como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas. A apuração do PRE é parte integrante do Documento de Limites Operacionais (DLO) enviado mensalmente ao Banco Central do Brasil.

O BNDES também realiza a apuração de outros limites regulamentares internos e externos. Os limites de exposição por cliente e ao setor público, estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN 2.844/2001 e 2.827/2001 e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES, como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras. A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas com base nos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. Matrizes de migração de estados são estimadas para horizontes diversos, e o valor em risco para a carteira de créditos é atualmente estimado com a utilização do modelo CreditRisk+.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Risco de Crédito durante o exercício de 2010, podem ser destacadas as seguintes: a) aquisição de *software* específico para a gestão do risco de crédito, cuja implementação deverá ser concluída até o final do exercício de 2011; b) aprovação da Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito; c) elaboração trimestral do Relatório de Gestão de Risco de Crédito com o objetivo de prover um conjunto de informações e indicadores de modo a subsidiar o processo decisório da Alta Administração do BNDES; e d) elaboração da Política Corporativa de Reavaliação de Garantias Reais.

¹ A PCAM atual não considera instrumento conversível em BDR. A inclusão desse instrumento, embora altere a exposição cambial, não mudaria o valor da parcela regulamentar, uma vez que a exposição em 31 de dezembro de 2010 continuaria sendo inferior a 5% do PR. Foi realizada consulta formal ao Banco Central para averiguar a necessidade de sua inclusão na exposição cambial.

35. Evento subsequente

A Presidência da República, por meio do Decreto 7.439, de 16 de fevereiro de 2011, autorizou aumento de capital social no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 6.400.000 mil, sem emissão de ações, mediante a transferência de até 223.597.798 ações (ON) da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), excedentes à manutenção do controle acionário da União.

36. Informações complementares

Esta nota tem por objetivo relatar a correlação entre as contas patrimoniais e as contas de resultado.

	R\$ mil				
	BNDES				
	Em 31 de dezembro				
	2010		2009		
	Balanco patrimonial	Resultado do 2º semestre	Resultado acumulado	Balanco patrimonial	Resultado acumulado
BALANÇO PATRIMONIAL E RESULTADO		6.342.696	9.913.322		6.735.169
ATIVOS/RECEITAS	520.854.166	16.085.949	36.320.764	379.279.940	13.320.610
DISPONIBILIDADES	8.009	-	-	2.972	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10.113.958	410.320	540.356	2.006.817	529.625
Aplicações – carteira de câmbio	1.689.615	164	265	991	279
Aplicações em operações compromissadas	24.343	6.011	15.069	5.826	98.624
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.400.000	404.145	525.022	2.000.000	430.722
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	39.160.457	2.921.782	7.435.473	41.999.109	4.078.449
Fundo BB Extramercado	1.825.135	61.603	111.373	1.762.632	165.746
Debêntures	6.672.597	-	-	2.776.275	203.965
Debêntures disponíveis para venda	2.718.869	143.402	297.599	1.401.878	98.141
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	2.304.844	146.442	237.650	14.970.121	863.179
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	0	0	0	12.657.494	1.689.993
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.180.961	551.423	1.472.909	5.640.619	171.402
Títulos de renda fixa no exterior	7.563.684	783.176	2.159.365	-	-
CVS	5.954.840	567.855	887.832	-	-
Instrumentos financeiros derivativos – ativo	833	40.657	925.621	90.976	479.719
Notas promissórias	-	-	-	50.794	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.938.694	634.747	1.358.006	2.648.320	414.363
Outros títulos públicos	-	(31)	(31)	-	-
Outras receitas/despesas com TVM		(7.492)	(14.851)		(8.059)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	370.443.572	7.303.218	18.973.888	287.634.093	3.972.990
Créditos vinculados	25			26	
Operações de repasse	193.486.376	4.551.013	8.696.060	130.584.665	3.894.671
Operações de crédito	176.957.171	2.752.205	10.277.828	157.049.402	78.319
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO	(3.337.194)	831.335	3.032.063	(4.309.725)	(21.587)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – debêntures	(2.670)	(23)	78.782	(81.451)	(74.497)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – repasses	(702.841)	296.613	264.620	(967.460)	1.122.374
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – operações de crédito	(2.629.389)	569.863	611.259	(3.240.648)	(1.228.477)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	(2.294)	16.894	17.718	(20.011)	(12.513)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – venda a prazo de TVM	-	24	156	(155)	26
Baixas como prejuízo fiscal		(108.099)	(139.966)	-	(235.705)
Recuperações de crédito		56.063	2.199.494	-	407.205
OUTROS CRÉDITOS	12.317.657	1.419.165	2.235.847	8.089.048	676.960
Direitos recebíveis	1.060.315	63.774	139.741	1.050.379	125.729
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	152	237	5.177	-
Créditos perante o Tesouro Nacional	1.784.273	861.745	1.364.791	409.483	405.094

(continua)

(continuação)

R\$ mil

	BNDES				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanco patrimonial	Resultado do 2º semestre	Resultado acumulado	Balanco patrimonial	Resultado acumulado
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	160.066	-	-	4.823	77
Créditos tributários	668.126	-	-	538.175	-
Antecipação de dividendos/juros sobre capital próprio	0	-	-	1.165.804	-
Operações da carteira de câmbio – ativo	1	49.859	99.934	1	59.018
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	997.577	105.351	138.000	965.961	36.884
Rendas a receber	772	-	-	601	-
Direitos a receber – Eletrobras	7.172.194	-	-	3.500.000	-
Devedores por depósitos em garantia	139.679	-	-	136.583	-
Pagamentos a ressarcir	78.192	-	-	60.564	-
Incentivos fiscais	191.596	(4.700)	12.284	174.490	32.152
Diversos	64.866	342.984	480.860	77.007	18.006
OUTROS VALORES E BENS	284.376	(19.785)	(11.698)	245.687	(56.449)
Outros valores e bens	10.934	-	-	11.707	-
Despesas antecipadas	273.442	(19.785)	(11.698)	233.980	(56.449)
INVESTIMENTOS	91.724.009	3.227.644	4.129.525	43.503.563	4.155.716
Participações – equivalência patrimonial	-	3.153.165	4.054.643	-	4.155.579
Participações – dividendos	-	52	437	-	126
Participações – juros sobre o capital próprio	-	74.427	74.445	-	11
Participações – provisões	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO DE USO	98.488	-	-	95.756	-
DIFERIDO	40.834	-	-	12.620	-
Depreciações	-	(7.730)	(14.690)	-	(15.094)

R\$ mil

	BNDES				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanco patrimonial	Resultado do 2º semestre	Resultado acumulado	Balanco patrimonial	Resultado acumulado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO/DESPESAS	520.854.166	(9.743.253)	(26.407.442)	379.279.940	(6.585.441)
DEPÓSITOS	21.573.906	(705.660)	(1.447.844)	26.229.927	(1.959.460)
Depósitos especiais – FAT	21.573.637	(705.660)	(1.353.073)	22.970.880	(1.563.518)
Depósitos Interfinanceiros	-	-	(94.771)	3.258.834	(394.105)
Depósitos vinculados	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo – CDB	-	-	-	-	(1.837)
Depósitos diversos	269	-	-	213	-
CAPTAÇÕES NO MERCADO	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
Obrigações por operações compromissadas	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	10.025	-	-	409	-
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	6.727.156	(230.867)	(446.595)	6.960.022	(462.026)
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	268.143.974	(3.424.484)	(11.057.522)	157.659.225	4.805.868
Empréstimos no país	5.474.293	(161.303)	(309.585)	5.776.856	(329.334)
Empréstimos no exterior	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Empréstimos no exterior – bônus	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Repasse no país	242.891.559	(4.192.707)	(10.655.541)	135.418.903	746.864
Repasse no país – Tesouro Nacional	234.798.923	(4.026.424)	(10.260.048)	127.277.372	978.898
Repasse no país – controladas	981.914	(180.836)	(386.930)	2.888.919	(204.577)
Repasse no país – FMM	7.076.244	15.951	(5.809)	5.213.762	76.934

(continua)

(continuação)

R\$ mil

	BNDES				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanco patrimonial	Resultado do 2º semestre	Resultado acumulado	Balanco patrimonial	Resultado acumulado
Repasse no país – outros	34.478	(1.398)	(2.754)	38.850	(104.391)
Repasse no exterior	12.522.951	719.620	112.478	12.034.857	3.589.418
OUTRAS OBRIGAÇÕES	34.576.516	(2.400.113)	(6.094.706)	35.146.578	(4.274.709)
Operações da carteira de câmbio – passivo	-	(75.247)	(115.200)	-	(187.941)
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	(567.697)	(2.397.764)	462.097	(1.063.457)
Outros impostos e contribuições	59.676	(193.120)	(381.331)	68.535	(391.296)
Vinculadas ao Tesouro Nacional	6.523	(2.104)	(4.157)	2.366	(3.932)
Fundos financeiros e de desenvolvimento	31.400.472	195.351	406.434	30.633.511	430.536
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	120.157	16.925	22.536	145.385	642.356
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	(69.577)	(176.464)	1.589.345	(1.344.643)
Obrigações com mutuários	44	-	-	(1.399)	-
Contas a pagar – Fapes	540.635	(57.052)	(74.964)	520.924	(68.314)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	234.305	(914.067)	(2.073.673)	237.273	(1.060.591)
Passivo atuarial – FAMS	615.103	(41.075)	(120.684)	506.012	(73.464)
Provisão para programa de desligamento de funcionários	66.137	17.138	28.692	94.829	12.021
Impostos e contribuições diferidos	206.580	-	-	134.194	-
Obrigações por depósitos a apropriar	881.923	-	-	381.774	-
Diversas	444.961	(709.588)	(1.208.131)	371.732	(1.165.984)
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
Secretaria do Tesouro Nacional	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
DÍVIDAS SUBORDINADAS	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
FAT – recursos constitucionais	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.899.265	-	-	27.628.044	-

R\$ mil

	Consolidado				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanco patrimonial	Resultado do 2º semestre	Resultado acumulado	Balanco patrimonial	Resultado acumulado
BALANÇO PATRIMONIAL E RESULTADO		6.342.696	9.913.322		6.735.169
ATIVOS/RECEITAS	549.019.962	21.079.984	43.308.998	386.633.271	17.299.214
DISPONIBILIDADES	15.897	-	-	4.750	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	10.113.958	410.320	540.356	2.006.817	529.625
Aplicações em carteira de câmbio	1.689.615	164	265	991	279
Aplicações em operações compromissadas	24.343	6.011	15.069	5.826	98.624
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.400.000	404.145	525.022	2.000.000	430.722
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	145.932.886	6.141.233	10.870.259	54.546.803	5.137.520
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.954.840	576.860	896.837	5.640.619	171.402
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	9.180.960	555.274	1.328.817	14.970.121	851.970
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	7.563.685	779.325	2.303.457	12.657.494	1.701.202
Debêntures	3.777.312	1.048.835	1.477.778	8.774.616	659.069
Debêntures disponíveis para venda	14.064.760	146.442	237.650	3.667.158	98.141
Fundo BB Extramercado	3.965.698	175.614	310.572	4.397.662	315.534
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	95.907.607	61.999	61.999	69.159	-
Cotas de fundos de investimento	2.022.829	22.515	(122.084)	1.579.884	454.179
Instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros – ativo	833	40.657	925.621	90.976	479.719

(continua)

	Consolidado				
	Em 31 de dezembro				
	2010			2009	
	Balanco patrimonial	Resultado do 2º semestre	Resultado acumulado	Balanco patrimonial	Resultado acumulado
Instrumentos financeiros derivativos – renda variável – ativo	555.668	2.106.488	2.106.488	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.938.694	634.747	1.358.006	2.648.320	414.363
Notas promissórias	-	-	-	50.794	-
Outras receitas/despesas com TVM	-	-	-	-	(8.059)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	365.789.955	7.227.439	19.316.186	288.321.843	4.588.081
Créditos vinculados	25	(2)	(1)	26	(3)
Operações de repasse	181.321.049	4.888.364	9.019.771	122.856.700	7.213.892
Operações de crédito	184.468.881	2.339.077	10.296.415	165.465.117	(2.625.808)
PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO	(4.267.310)	916.027	2.851.777	(4.974.295)	(5.702)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – debêntures	(3.331)	167.140	262.596	(265.926)	(120.267)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – repasses	(1.083.836)	242.289	152.211	(1.236.047)	1.082.214
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – operações de crédito	(3.131.101)	509.660	283.874	(3.414.975)	(1.173.297)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	(38.785)	(16.050)	(12.269)	(26.517)	(3.524)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito – venda a prazo de TVM	(10.257)	1.133	20.573	(30.830)	6.401
Baixas como prejuízo fiscal	-	(109.308)	(141.212)	-	(235.783)
Recuperações de crédito	-	121.163	2.286.004	-	438.554
OUTROS CRÉDITOS	19.441.674	2.685.753	3.956.855	12.379.549	3.136.131
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.279.922	55.030	136.246	1.107.525	257.786
Direitos recebíveis	2.721.725	70.152	146.846	1.069.946	133.508
Operações da carteira de câmbio – ativo	1	49.859	99.934	1	59.018
Dividendos e bonificações em dinheiro a receber	1.909.393	194.191	279.651	2.132.277	2.046.836
Créditos perante o Tesouro Nacional	3.547.589	1.978.651	2.761.538	785.813	495.439
Créditos tributários	1.362.244	-	-	1.503.136	-
Antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	1.165.804	-
Devedores por depósitos em garantia	471.148	-	-	151.478	-
Incentivos fiscais	462.695	(7.356)	46.619	405.394	111.955
Pagamentos a ressarcir	18.846	-	-	19.343	-
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	422.025	1.874	4.198	453.022	13.307
Direitos a receber – Eletrobras	7.172.194	-	-	3.500.000	-
Diversos	73.892	343.352	481.823	85.810	18.282
OUTROS VALORES E BENS	285.459	(19.785)	(11.698)	296.497	(56.449)
Outros valores e bens	10.934	-	-	11.707	-
Despesas antecipadas	274.525	(19.785)	(11.698)	284.790	(56.449)
INVESTIMENTOS	11.568.121	3.730.534	5.807.187	33.942.932	3.989.865
Participações – equivalência patrimonial	-	301.147	439.393	-	778.115
Participações – dividendos	-	116.006	635.639	-	1.307.168
Participações – juros sobre o capital próprio	-	1.003.570	1.638.110	-	1.119.280
Participações – resultado com transações	-	2.349.786	3.238.442	-	1.158.801
Participações – prêmios e comissões	-	-	(2)	-	50
Participações – provisões	-	(39.975)	(144.395)	-	(373.549)
IMOBILIZADO DE USO	98.488	-	-	95.756	-
INTANGÍVEL	40.834	-	-	12.619	-
Depreciações	-	(11.537)	(21.924)	-	(19.860)

	R\$ mil				
	Consolidado				
	Em 31 de dezembro				
	2010		2009		
	Balanco patrimonial	Resultado do 2º semestre	Resultado acumulado	Balanco patrimonial	Resultado acumulado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO/DESPESAS	549.019.962	(14.737.288)	(33.395.676)	386.633.271	(10.564.045)
DEPÓSITOS	-	-	-	26.229.927	(1.959.460)
Depósitos vinculados	-	-	-	-	-
Depósitos especiais – FAT	21.573.637	(705.660)	(1.353.073)	22.970.880	(1.563.518)
Depósitos Interfinanceiros	-	-	(94.771)	3.258.834	(394.105)
Depósitos a prazo – CDB	-	-	-	-	(1.837)
Depósitos diversos	269	-	-	213	-
CAPTAÇÕES NO MERCADO	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
Obrigações por operações compromissadas	-	(43.981)	(758.137)	13.740.763	(325.128)
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	10.025	-	-	409	-
Recursos em trânsito de terceiros	10.025	-	-	409	-
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	12.726.922	(477.430)	(937.687)	10.559.270	(728.987)
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	272.186.665	(4.487.790)	(13.130.508)	159.317.381	2.934.690
Empréstimos no país	5.474.293	(161.303)	(309.585)	5.776.856	(329.334)
Empréstimos no exterior	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Empréstimos no exterior - bônus	7.255.171	209.906	(204.874)	4.428.609	798.920
Repasse no país	246.934.250	(5.256.013)	(12.728.527)	137.077.059	(1.124.314)
Repasse no país – Tesouro Nacional	239.823.527	(4.390.451)	(10.955.589)	131.824.447	593.474
Repasse no país – FMM	7.076.244	15.951	(5.809)	5.213.762	76.934
Repasse no país – outros	34.479	(881.513)	(1.767.129)	38.850	(1.794.722)
Repasse no exterior	12.522.951	719.620	112.478	12.034.857	3.589.418
OUTRAS OBRIGAÇÕES	52.699.855	(6.084.279)	(10.518.862)	37.242.505	(6.115.174)
Operações da carteira de câmbio – passivo	-	(75.247)	(115.200)	-	(187.941)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	(69.577)	(176.464)	1.589.345	(1.344.643)
Impostos e contribuições sobre o lucro	551.960	(2.002.901)	(4.286.305)	1.371.711	(2.236.550)
Outros impostos e contribuições	110.111	(338.114)	(594.446)	105.258	(545.785)
Provisão para Imposto de Renda diferido	15.667.263	-	-	154.603	-
Fundos financeiros e de desenvolvimento	31.406.440	195.339	406.393	30.633.518	429.449
Vinculadas ao Tesouro Nacional	128.862	(25.984)	(66.621)	62.241	(112.112)
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	661.568	5.126	26.436	692.900	584.812
Obrigações com mutuários	44	-	-	(1.399)	-
Credores vinculados liquidação operação	96.265	-	-	107.005	-
Contas a pagar – Fapes	702.450	(74.460)	(102.368)	677.511	(88.944)
Instrumentos financeiros derivativos – câmbio e taxa de juros – passivo	234.305	(2.669.209)	(3.828.815)	237.273	(1.060.591)
Instrumentos financeiros derivativos – renda variável – passivo	483.569	-	-	-	-
Passivo atuarial – FAMS	777.818	(50.109)	(135.208)	680.398	(89.600)
Provisão para programa de desligamento de funcionários	95.143	26.443	42.061	137.204	11.560
Obrigações por depósitos a apropriar	881.923	-	-	381.774	-
Diversas	902.134	(1.005.586)	(1.688.325)	413.163	(1.474.829)
INSTRUMENTOS HÍBRIDOS DE CAPITAL E DÍVIDA	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
Secretaria do Tesouro Nacional	13.234.016	(642.739)	(1.283.521)	12.388.916	(677.636)
DÍVIDAS SUBORDINADAS	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
FAT – recursos constitucionais	110.689.308	(2.295.409)	(5.319.117)	99.526.056	(3.692.350)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.899.265	-	-	27.628.044	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Jorge – Presidente
Luciano Coutinho – Vice-Presidente
Alessandro Golombiewski Teixeira
Carlos Roberto Lupi
Artur Henrique da Silva Santos
Paulo Bernardo Silva
Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva
Pedro Luiz Carneiro de Mendonça

CONSELHO FISCAL

Reginaldo Braga Arcuri
Carlos Eduardo Esteves Lima
André Luiz Barreto de Paiva Filho
Clayton Campanhola – Suplente
Francisco Moreira da Cruz Filho – Suplente
Eduardo Coutinho Guerra – Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

João Paulo dos Reis Velloso
Attilio Guaspari
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA

Luciano Coutinho – Presidente
Armando Mariante Carvalho Junior – Vice-Presidente
João Carlos Ferraz
Elvio Lima Gaspar
Eduardo Rath Fingerl
Maurício Borges Lemos
Wagner Bittencourt de Oliveira
Luiz Fernando Linck Dorneles

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA

Selmo Aronovich

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Vânia Maria da Costa Borgerth - CRC-RJ 064.817/4

QUADRO 6

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009
ATIVO CIRCULANTE	5.122.574	7.304.291	2.907.805
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.126.479	1.944.890	584.025
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.375.801	1.768.675	1.085.123
Debêntures designadas	260	120.312	48.920
Ações e bônus de subscrição	81.464	68.479	-
Cotas de fundos de investimento	2.022.829	1.579.884	1.035.633
Instrumentos financeiros derivativos	271.248	-	-
Títulos públicos	-	-	570
OUTROS CRÉDITOS	1.619.211	3.539.916	1.238.657
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	236.147	2.381.179	377.460
Provisão para risco de crédito – venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(541)	(3.403)	(2.393)
Direitos recebíveis	67.915	10.072	5.456
Provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	(1.219)	(2.931)	(1.532)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	725.545	727.139	652.134
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	261.359	414.230	189.682
Devedores para depósitos em garantias	328.097	11.563	14.815
Diversos	1.908	2.067	3.035
OUTROS VALORES E BENS	1.083	50.810	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	120.700.848	101.448.925	59.769.872
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	102.269.829	83.827.232	48.683.402
Empréstimos e recebíveis – debêntures simples	1.058.443	420.582	91.431
Provisão para risco de crédito – debêntures simples	(342)	(76)	-
Debêntures designadas	12.044.076	8.354.605	5.248.046
Ações e bônus de subscrição	89.167.652	75.052.121	43.343.925
OUTROS CRÉDITOS	4.789.645	3.390.354	3.719.434
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.135.545	965.689	3.170.312
Provisão para risco de crédito – venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(2.603)	(11.266)	(10.826)
Direitos recebíveis	1.608.348	9.495	15.334
Provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	(28.877)	(1.884)	(4.845)
Créditos tributários	651.140	820.192	423.558
Incentivos fiscais	242.244	202.990	125.901
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	1.183.848	1.405.138	-
INVESTIMENTOS	13.641.374	14.231.339	7.367.036
Participações em coligadas	13.641.374	14.231.339	7.367.036
TOTAL DO ATIVO	125.823.422	108.753.210	62.677.677

QUADRO 6

BNDDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	31.12.2010	31.12.2009	1.1.2009
PASSIVO CIRCULANTE	3.201.312	3.177.753	4.075.740
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	306.224	62.012	168.088
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	872.280	281.394	2.899.149
Repases com o BNDES	872.280	281.394	2.899.149
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.022.808	2.834.347	1.008.503
Dividendos	983.048	917.865	780.399
Impostos e contribuições sobre o lucro	349.295	840.591	78.033
Outros impostos e contribuições	33.500	29.973	58.747
Provisões trabalhistas e cíveis	5.830	5.420	5.017
Passivo atuarial – FAMS	4.186	3.971	3.653
Credores vinculados a liquidação de operação	66.431	59.559	12.116
Contas a pagar – Fapes	5.326	4.472	3.943
Provisão para programa de desligamento de funcionários	7.531	18.725	12.928
Instrumentos financeiros derivativos	483.569	894.284	-
Diversas	84.092	59.487	53.667
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	36.120.164	32.220.954	27.937.081
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES	5.693.542	3.537.237	2.134.349
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	13.403.679	8.950.808	16.213.817
Repases com o BNDES	10.819.150	6.596.289	14.072.360
Repases com a Secretaria do Tesouro Nacional	2.584.529	2.354.519	2.141.457
OUTRAS OBRIGAÇÕES	17.022.943	19.732.909	9.588.915
Contas a pagar – Fapes	114.030	111.015	108.302
Passivo atuarial – FAMS	113.705	103.213	94.313
Provisão para programa de desligamento de funcionários	12.226	12.656	17.270
Provisões trabalhistas e cíveis	535.027	539.325	483.399
Tributos diferidos	16.247.955	18.966.700	8.885.631
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	86.501.946	73.354.509	30.664.856
Capital social	46.304.356	30.704.356	12.775.266
Aumento de capital em curso	5.124.506	5.124.506	-
Reserva de capital	92.993	92.993	92.993
Reservas de lucros	5.776.729	947.372	666.457
Reserva legal	1.084.074	793.454	595.835
Incentivos fiscais	191.649	153.918	70.622
Reserva de compatibilização de práticas contábeis	1.551.864	-	-
Dividendos adicionais propostos	2.949.142	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	29.203.362	34.341.912	16.810.420
Próprios	29.414.578	34.677.427	16.805.736
De coligadas	(211.216)	(335.515)	4.684
Lucros acumulados	-	2.143.370	319.720
TOTAL DO PASSIVO	125.823.422	108.753.216	62.677.677

QUADRO 7

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR: DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS	8.239.148	8.992.533
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.835.684	7.761.901
Receita de equivalência patrimonial	1.240.776	1.293.566
Resultado com alienações de títulos de renda variável	3.014.903	1.041.475
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	351.346	(103.821)
Juros sobre o capital próprio	1.593.457	1.119.270
Dividendos	635.202	1.304.862
Deságio/ganho por compra vantajosa	-	1.922.590
Comissões e taxas	-	1.979
Outras receitas com participações societárias	-	1.181.980
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.403.464	1.230.632
Receitas de operações de crédito	157.373	265.555
Títulos e valores mobiliários	819.440	484.291
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-
Resultado com fundos de investimentos	(122.084)	454.180
Comissões e prêmios	544.455	26.606
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.654.275)	(3.014.321)
DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	(975.617)	(1.186.387)
Despesa de equivalência patrimonial	(801.427)	(811.918)
Constituição de provisão para perdas em investimentos	(174.188)	(372.540)
Despesas com aquisições de participações societárias	(2)	(1.929)
DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(1.678.658)	(1.827.934)
Encargos financeiros sobre obrigações:		
. Emissão de debêntures	(491.093)	(266.962)
. BNDES	(992.542)	(1.321.311)
. BNDES – recursos PIS-Pasep	-	(30.778)
. Secretaria do Tesouro Nacional	(230.010)	(213.062)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	34.987	4.179
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(426.421)	1.629.010
Despesas com tributos	(167.046)	(135.142)
Remuneração da diretoria e conselheiros	(409)	(404)
Despesas com pessoal	(327.670)	(203.264)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	1.685	(60.161)
Recuperação de tributos	253	1.040
Atualização monetária líquida de ativos e passivos – Selic	146.326	2.022.230
Despesas administrativas	(77.863)	(51.592)
Diversas	(1.697)	56.303
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.158.452	7.607.222
Imposto de Renda	(958.430)	(1.052.023)
Contribuição Social	(369.581)	(381.011)
Tributos diferidos	(161.406)	(398.162)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.669.035	5.776.026
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO	3.669.035.000	5.776.026.000

QUADRO 8

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	27.414.315	21.357.231
DISPONIBILIDADES	1	39
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.014.771	690.848
Cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil	1.014.091	690.168
Ações	680	680
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	25.138.052	19.466.200
Repasse interfinanceiros	25.244.898	19.552.919
Provisão para risco de crédito	(106.846)	(86.719)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.228.654	1.068.419
Operações de crédito	1.316.590	1.091.019
Provisão para risco de crédito	(87.936)	(22.600)
OUTROS CRÉDITOS	32.837	131.725
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	600	33.970
Créditos tributários	21.602	87.093
Diversos	10.635	10.662
ATIVO NÃO CIRCULANTE	72.090.258	48.443.943
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	72.090.258	48.443.943
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	64.500.418	40.824.586
Repasse interfinanceiros	64.774.567	41.006.454
Provisão para risco de crédito	(274.149)	(181.868)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.781.344	7.172.968
Operações de crédito	6.195.120	7.324.695
Provisão para risco de crédito	(413.776)	(151.727)
OUTROS CRÉDITOS	1.808.496	446.389
Créditos tributários	16.326	42.145
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	1.763.316	376.330
Incentivos fiscais	28.854	27.914
TOTAL DO ATIVO	99.504.573	69.801.174

QUADRO 8

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE	7.518.284	2.038.063
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	6.684.850	1.773.969
Repasse com o BNDES	4.244.775	1.705.221
Repasse com a Secretaria do Tesouro Nacional	2.440.075	68.748
OUTRAS OBRIGAÇÕES	833.434	264.094
Passivo atuarial – FAMS	1.283	1.368
Credores vinculados a liquidação de operação	29.834	47.446
Dividendos a pagar	14.529	48.096
Impostos e contribuições sobre o lucro	202.665	69.024
Outros impostos e contribuições	16.935	6.518
Contas a pagar – Fapes	1.915	1.608
Provisão para programa de desligamento de funcionários	4.624	5.561
Vinculadas ao Tesouro Nacional	122.339	59.875
Depósitos a apropriar	398.613	-
Diversas	40.697	24.598
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	85.447.706	61.273.256
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	85.447.706	61.273.256
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	85.358.443	61.183.842
Repasse com o BNDES	85.358.443	59.060.034
Repasse com a Secretaria do Tesouro Nacional	-	2.123.808
OUTRAS OBRIGAÇÕES	89.263	89.414
Contas a pagar – Fapes	40.544	39.492
Provisões trabalhistas e cíveis	554	2.770
Passivo atuarial – FAMS	43.540	41.719
Provisão para programa de desligamento de funcionários	4.625	5.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.538.583	6.489.855
Capital social	5.994.062	5.994.062
Aumento de capital em curso	504.864	461.276
Reservas de lucros	39.657	34.517
Reserva legal	26.464	23.301
Reserva de incentivos fiscais	13.193	11.216
TOTAL DO PASSIVO	99.504.573	69.801.174

QUADRO 9

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME: DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	2º semestre de 2010	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.131.017	5.975.695	1.613.021
Operações de crédito e repasses interfinanceiros			
. Moeda nacional	2.331.039	4.345.569	3.976.018
. Moeda estrangeira	(364.127)	150.578	(2.547.347)
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	1.116.906	1.396.746	90.346
Rendas de títulos e valores mobiliários	47.199	82.802	94.004
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.394.110)	(5.470.331)	(1.186.722)
Empréstimos do BNDES e da STN			
. Moeda nacional	(2.702.854)	(4.967.490)	(3.810.509)
. Moeda estrangeira	408.835	(98.535)	2.582.140
Outras despesas de captação	(437)	(768)	(500)
Provisão (reversão) para risco de crédito	(99.654)	(403.538)	42.147
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	736.907	505.364	426.299
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(78.346)	(109.643)	(83.615)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	(15)	2.216	2.617
Despesas tributárias	(37.882)	(44.135)	(20.207)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio – Selic	-	(895)	(1.999)
Despesas com pessoal	(21.542)	(39.078)	(36.519)
Despesas administrativas	(10.266)	(15.376)	(12.564)
Despesas de retenções contratuais	(336)	(336)	-
Outras despesas operacionais	(8.346)	(14.626)	(18.803)
Outras receitas operacionais	41	2.587	3.860
RESULTADO OPERACIONAL	658.561	395.721	342.684
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	658.561	395.721	342.684
Imposto de Renda	(137.835)	(147.846)	(56.281)
Contribuição Social	(83.154)	(89.016)	(33.547)
Impostos diferidos (constituição)/reversão	(85.121)	(91.310)	(46.031)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO	352.451	67.549	206.825
Participação dos empregados no lucro	(6.372)	(6.372)	(3.452)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	346.079	61.177	203.373
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO	0,586992	0,103764	0,344945

Extrato das Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES em IFRS de 31 de dezembro de 2010

As demonstrações financeiras completas encontram-se
disponíveis no endereço eletrônico www.bndes.gov.br

Balço patrimonial consolidado	Em R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de janeiro de 2009
Disponibilidades	15.897	4.750	3.637
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.113.958	2.006.817	6.908.965
Títulos e valores mobiliários	145.857.047	130.212.200	66.395.046
Instrumentos financeiros derivativos	272.082	90.976	353.097
Impostos e contribuições a recuperar	422.025	453.022	266.554
Créditos tributários diferidos	1.418.348	1.539.678	1.302.793
Repasse interfinanceiros	180.730.640	122.495.634	101.511.630
Operações de crédito	183.187.393	164.205.408	117.960.269
Outros créditos	17.641.279	10.398.061	4.405.162
Outros valores e bens	285.459	296.497	173.334
Investimentos	13.684.702	14.274.668	7.410.369
Imobilizado	98.488	95.756	96.674
Intangível	40.834	12.620	14.153
Total do ativo	553.768.152	446.086.087	306.801.683
Depósitos	21.573.906	26.229.927	30.771.072
Obrigações por operações compromissadas	-	13.740.763	8.446.983
Obrigações por emissão de debêntures	12.726.922	10.559.270	9.305.795
Obrigações por empréstimos e repasses	272.186.665	159.317.381	69.582.535
Instrumento híbrido de capital e dívida	13.234.016	12.388.916	6.023.934
Dívida subordinada	110.689.308	99.526.056	91.315.118
Fundos financeiros e de desenvolvimento	31.406.440	30.633.518	30.024.866
Instrumentos financeiros derivativos	717.874	1.131.557	292.776
Impostos e contribuições sobre o lucro	551.960	1.371.711	464.149
Tributos diferidos	16.473.685	19.157.794	9.083.122
Obrigações de benefícios de aposentadoria	1.480.268	1.367.854	1.670.077
Provisões	756.711	830.104	1.448.122
Outras obrigações	2.179.016	2.697.166	2.463.097
Total do passivo	483.976.770	378.952.017	260.891.646
Capital social	29.557.415	20.260.881	13.879.407
Reservas de lucros	7.045.298	7.242.357	5.017.476
Outros resultados abrangentes	29.296.552	34.451.283	16.967.383
Lucros acumulados	3.892.117	5.179.549	10.045.771
Total do patrimônio líquido	69.791.382	67.134.070	45.910.037
Total do passivo e patrimônio líquido	553.768.152	446.086.087	306.801.683

Demonstração consolidada do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro	2010	2009
Receitas de intermediação financeira	30.805.942	14.053.382
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	19.333.672	4.821.640
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	8.043.347	8.058.390
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro	2.924.830	671.163
Rendas com administração de fundos e programas	499.813	502.189
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-
 Despesas de intermediação financeira	 (22.196.066)	 (5.754.865)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(22.970.237)	(4.521.611)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.148.053)	(580.872)
Despesas com operações vinculadas ao tesouro	(66.621)	(112.111)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	2.003.846	(411.627)
Resultado da carteira da câmbio	(15.001)	(128.644)
 Resultado bruto da intermediação financeira	 8.609.876	 8.298.517
 Outras receitas (despesas) operacionais	 4.415.982	 2.888.482
Resultado com equivalência patrimonial	439.393	481.648
Atualização monetária líquida de ativos e passivos – Selic	107.386	715.500
Reversão (constituição) de provisão para perda em investimentos	(174.188)	(372.540)
Receita de dividendos	635.639	1.304.988
Receita de juros sobre capital próprio	1.667.902	1.119.280
Resultado com alienações de títulos de renda variável	3.014.904	(12.120)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos – renda variável	681.963	(894.284)
Ganho por compra vantajosa	-	1.922.591
Outras rendas sobre participações societárias	(2)	154.842
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	26.436	584.812
Despesas tributárias	(592.512)	(546.819)
Despesas com pessoal	(1.136.292)	(988.333)
Despesas administrativas	(306.673)	(274.133)
Outras receitas operacionais	531.317	89.330
Outras despesas operacionais	(479.291)	(396.280)
 Resultado antes da tributação sobre o lucro	 13.025.858	 11.186.999
 Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	 (4.007.074)	 (2.447.846)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	(161.447)	(589.831)
 Lucro líquido do exercício	 8.857.337	 8.149.322

**Demonstração consolidada do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro**

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	8.857.337	8.149.322
Ativos próprios		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros classificados na categoria disponíveis para venda – líquido de efeitos tributários (R\$2.121.948 mil em 2010 e R\$9.724.822 mil em 2009)	(4.119.075)	18.877.595
Realização, por venda, do ajuste ao valor justo das ações classificadas na categoria disponíveis para venda – líquida de efeitos tributários (R\$ 597.534 mil em 2010 e R\$ 542.761 mil em 2009)	(1.159.919)	(1.053.594)
Ativos de coligadas		
. Ajustes de avaliação patrimonial de ativos	205.681	(335.325)
. Diferenças acumuladas de conversão	(81.418)	(4.776)
Outros resultados abrangentes	(5.154.731)	17.483.900
Resultado abrangente do exercício	3.702.606	25.633.222

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

	Em R\$ mil									
	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes				
	Capital social	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva para margem operacional	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial de ativos próprios	Ajustes de avaliação patrimonial de ativos de coligadas	Diferenças acumuladas de conversão de coligadas	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2009	13.879.407	1.182.918	748.307	2.920.942	165.309	16.962.470	-	4.913	10.045.771	45.910.037
Aumento de capital	6.381.474	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	4.381.474
Reversão de reservas	-	-	-	(2.920.942)	-	-	-	-	2.920.942	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.201.318)	(7.201.318)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	17.824.001	(335.325)	(4.776)	-	17.483.900
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.149.322	8.149.322
Destinação do resultado										
. Reserva legal	-	336.758	-	-	-	-	-	-	(336.758)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	41.030	-	-	-	(41.030)	-
. Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.207.798)	(1.207.798)
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.547)	(381.547)
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	953.607	-	-	-	-	-	(953.607)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	3.814.428	-	-	-	-	(3.814.428)	-
Em 31 de dezembro de 2009	20.260.881	1.519.676	1.701.914	3.814.428	206.339	34.786.471	(335.325)	137	5.179.549	67.134.070
Aumento de capital	9.296.534	(1.182.918)	(748.307)	-	(165.309)	-	-	-	-	7.200.000
Reversão de reservas	-	-	(953.607)	(3.814.428)	-	-	-	-	4.768.035	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.768.035)	(4.768.035)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(5.278.994)	205.681	(81.418)	-	(5.154.731)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.857.337	8.857.337
Destinação do resultado										

(continuação)

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

										Em R\$ mil
	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial de ativos próprios	Ajustes de avaliação patrimonial de ativos de coligadas	Diferenças acumuladas de conversão de coligadas		
. Remuneração ao acionista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Juros sobre o capital próprio antecipados	-	-	-	-	-	-	-	-	(738.365)	(738.365)
. Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	(771.598)	(771.598)
. Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.967.296)	(1.967.296)
. Reserva legal	-	507.239	-	-	-	-	-	-	(507.239)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	20.185	-	-	-	(20.185)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	1.442.602	-	-	-	-	-	(1.442.602)	-
. Reserva para margem operacional	-	-	-	4.697.484	-	-	-	-	(4.697.484)	-
Em 31 de dezembro de 2010	29.557.415	843.997	1.442.602	4.697.484	61.215	29.507.477	(129.644)	(81.281)	3.892.117	69.791.382

Demonstração consolidada do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro

			Em R\$ mil	
			2010	2009
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício			8.857.337	8.149.322
Ajustes que não afetam o caixa			(3.166.669)	(1.670.737)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito			(2.003.846)	411.627
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis			(26.436)	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos			174.188	372.540
Resultado de participações em coligadas			(439.393)	(481.648)
Ganho por compra vantajosa			-	(1.922.591)
Depreciação e amortização			23.720	21.113
Lucro na venda de investimentos			(1.056.349)	(76.797)
Realização (constituição) líquida de créditos tributários			161.447	589.831
Variação de ativos e passivos			(8.523.066)	(4.330.488)
. Aumento líquido em créditos por financiamento			(75.143.090)	(67.491.187)
. Diminuição (aumento) líquida em títulos e valores mobiliários			(41.870.496)	(30.942.797)
. Diminuição (aumento) líquida nas demais contas do ativo			(6.043.421)	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses			113.642.206	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital			845.100	6.364.982
. Aumento (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas			(13.740.763)	5.293.780
. Aumento nas obrigações por emissões de debêntures			2.167.652	1.253.475
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo			16.233.983	(3.124.809)
. Tributos sobre o lucro pagos			(4.614.237)	(1.066.799)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			(2.832.398)	2.148.097
Atividades de investimentos				
. Venda de investimentos			1.510.464	160.273

(continua)

(continuação)

Demonstração consolidada do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro	Em R\$ mil	
	2010	2009
. Compra de investimentos	(33.428)	(5.901.292)
. Recebimento de dividendos de coligadas	495.108	497.907
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	1.972.144	(5.243.112)
Atividades de financiamentos		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	11.163.252	8.210.938
. Pagamento de dividendos	(2.616.674)	(8.448.494)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	8.546.578	(237.556)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.686.324	(3.332.571)
Modificação na posição financeira		
Início do exercício:		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.409.229	9.741.800
Final do exercício:		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	14.095.553	6.409.229
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.686.324	(3.332.571)
Transação no exercício sem efeito caixa		
. Aumento de capital	9.296.534	6.381.474

Para fins desta publicação, é apresentada somente a Nota Explicativa nº 4 – “Adoção das IFRSs pela primeira vez”.

4. Adoção das IFRSs pela primeira vez

4.1 Base da transição para as IFRSs

4.1.1 Aplicação da IFRS 1 (First-time adoption of International Financial Reporting Standards)

As demonstrações financeiras consolidadas do BNDES, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as primeiras demonstrações financeiras anuais preparadas em conformidade com as IFRSs.

O BNDES adotou como data de transição 1º de janeiro de 2009 e está apresentando seu balanço patrimonial de abertura segundo as IFRSs nessa data.

O BNDES aplicou a IFRS 1 na preparação dessas demonstrações financeiras, adotando as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva das IFRSs.

4.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pelo BNDES na data da transição para as IFRSs

O BNDES decidiu utilizar as seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa das IFRSs:

(a) Combinação de negócios

O BNDES aplicou a isenção de combinação de negócios descrita na IFRS 1 em relação à aquisição de participações em coligadas. Assim sendo, não reprocessou as aquisições que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009.

(b) Diferenças acumuladas de conversão

O BNDES optou por desconsiderar as diferenças acumuladas de conversão existentes na data de transição de 1º de janeiro de 2009. Essa isenção foi aplicada a todas as coligadas de acordo com a IFRS 1.

(c) Benefícios a empregados

O BNDES optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais acumulados até 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 4.2.2 (h).

(d) Designação dos instrumentos financeiros anteriormente reconhecidos

O BNDES optou por designar determinados instrumentos financeiros como ao valor justo por meio do resultado e como disponível para venda, na data de transição. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 4.2.2 (d) e (f).

4.1.3 Exceções à aplicação retrospectiva seguidas pelo BNDES

O BNDES aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

(a) Estimativas

As estimativas, segundo as IFRSs em 1º de janeiro de 2009, são consistentes com as estimativas feitas na mesma data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(b) Outras exceções obrigatórias

As demais exceções obrigatórias na IFRS 1 não se aplicam ao BNDES, pois não houve operações no escopo de tais exceções ou diferenças significativas com relação ao BR GAAP nessas áreas:

- Contabilização de *hedge accounting*;

- participação de não controladores; e
- baixa de ativos financeiros.

4.2 Conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs

Em decorrência do processo de convergência entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, o BNDES alterou, a partir de 1º de janeiro de 2010, certas práticas contábeis que passaram a fornecer informações mais úteis e relevantes.

As demonstrações financeiras preparadas em BR GAAP referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 não foram reapresentadas. Nesse sentido, certas divergências entre as IFRSs e o BR GAAP, identificadas até 31 de dezembro de 2009, deixaram de existir ou passaram a ter outra fundamentação a partir de 1º de janeiro de 2010. Os efeitos da adoção das novas práticas em BR GAAP referentes aos exercícios findos em 2008 e 2009 foram reconhecidos no patrimônio líquido.

As primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com as IFRSs têm como ponto de partida as demonstrações financeiras consolidadas preparadas em BR GAAP.

O resumo das reclassificações e dos ajustes relevantes e as respectivas reconciliações em função da adoção das IFRSs são apresentados a seguir.

4.2.1 Reclassificações

A IAS 1 (*Presentation of financial statements*) requer que certos componentes sejam apresentados de forma destacada nas demonstrações financeiras. Consequentemente, alguns saldos foram reclassificados, tais como: instrumentos financeiros derivativos, impostos e contribuições a recuperar, créditos tributários diferidos e provisões.

4.2.2 Ajustes

(a) Receitas de origem

O BNDES adota como prática contábil em BR GAAP o reconhecimento imediato no resultado de receitas e despesas de origem de operações de crédito.

De acordo com as IFRSs, as receitas geradas ou despesas incorridas na origem das operações de crédito, que sejam incrementais e diretamente atribuíveis à sua origem, são incluídas no cálculo do custo amortizado da operação pelo método da taxa efetiva de juros. Essas despesas ou receitas são reconhecidas no resultado durante o período de vigência da operação.

(b) Juros de créditos inadimplentes

De acordo com a Resolução 2.682/99 do Bacen, é vedado o reconhecimento no resultado do exercício de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Para fins das IFRSs, as receitas e encargos de qualquer natureza das operações de crédito são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros.

(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as instituições financeiras, a constituição de provisões para risco de crédito segue as regras da Resolução 2.682/99 do Bacen, que se baseia no conceito de “perda esperada”.

De acordo com as IFRSs, o modelo de mensuração de provisão para operações de crédito se baseia no conceito de “perda incorrida”, que requer a identificação de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro (vide Nota 2.6.6 (a)).

(d) Instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda

Nas demonstrações financeiras preparadas em BR GAAP, até o exercício de 2009 a carteira de participações societárias do BNDES era composta de empresas coligadas, sobre as quais sua controlada BNDESPAR exercia influência significativa, e de outras empresas sobre as quais não existia influência significativa, que eram mensuradas ao custo.

A partir de 1º de janeiro de 2010, com a aplicação pela BNDESPAR dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as participações societárias em não coligadas, anteriormente avaliadas ao custo, passaram a ser avaliadas pelo valor justo e apresentadas no subgrupo de “títulos e valores mobiliários”, na categoria definida pelo CPC 38 como “disponível para venda”. Os mesmos procedimentos de mensuração e classificação desses ativos foram adotados nas demonstrações financeiras do BNDES, preparadas de acordo com o BR GAAP, conforme Circular 3.068/2001 do Bacen.

Para fins de aplicação das IFRSs, tais participações são classificadas como instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensuradas ao valor justo, não havendo diferença, portanto, a partir de 1º de janeiro de 2010, entre o BR GAAP e as IFRSs.

(e) Investimentos em coligadas

Conforme comentado no item “d” acima, a partir de 1º de janeiro de 2010 a BNDESPAR adotou os Pronunciamentos Técnicos do CPC. Tal adoção alinhou as práticas adotadas no BR GAAP com os requerimentos das IFRSs, no que tange à definição e à mensuração de coligadas. Entretanto, o tratamento dado ao ganho na compra vantajosa, que para fins de BR GAAP é reconhecido no ativo como deságio, em IFRS é reconhecido no resultado.

Em relação aos exercícios de 2009 e 2008, quando as práticas em BR GAAP ainda não estavam alinhadas com as IFRSs, os seguintes ajustes em investimentos em coligadas foram realizados:

- Reclassificação de ativos reconhecidos no BR GAAP como outros investimentos (e mensurados ao custo) para investimento em coligadas, considerando o conceito de influência significativa da IAS 28, e sua consequente mensuração pelo método de equivalência patrimonial;
- reversão do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 dos dividendos recebidos das empresas que passaram a ser consideradas coligadas em IFRS. Conforme práticas contábeis em BR GAAP, essas participações eram consideradas outros investimentos e avaliadas ao custo;
- revisão do resultado apurado com as vendas de ações ocorridas durante os exercícios de 2009 e 2008, considerando a nova classificação do investimento e sua mensuração;
- reversão contra lucros acumulados, em 1º de janeiro de 2009, do saldo do ganho por compra vantajosa apurado no BR GAAP antes dessa data;
- revisão dos efeitos das aquisições de coligadas realizadas durante os exercícios de 2010 e 2009, considerando a IAS 28, tendo como consequência, entre outros, a mensuração do ágio ou ganho na compra vantajosa; e
- diferenças acumuladas de conversão de coligadas no exterior reconhecida no patrimônio líquido do BNDES de forma reflexa.

(f) Debêntures com derivativos embutidos

Para fins de BR GAAP, até 31 de dezembro de 2009 o BNDES tinha por prática classificar as debêntures que continham derivativos embutidos na categoria “mantidos até o vencimento” e mensurá-las pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A partir de 1º de janeiro de 2010, o instrumento principal passou a ser classificado, em BR GAAP, na categoria “disponível para venda” e mensurado ao valor justo, enquanto o(s) respectivo(s) derivativo(s) foi(foram) classificado(s) na subcategoria “mantidos para negociação” e mensurado(s) ao valor justo.

Para fins de IFRS, foi feita a opção, na data de transição, pela designação ao valor justo por meio do resultado de todas as debêntures com derivativos embutidos, não sendo, dessa forma, segregados do contrato principal.

(g) Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício de 2010, a BNDESPAR adotou os Pronunciamentos Técnicos do CPC, reprocessando, para fins de publicação, suas demonstrações contábeis do exercício de 2009, e efetuou ajuste referente a contrato derivativo passivo.

Entretanto, para fins de publicação das demonstrações financeiras consolidadas do BNDES em BR GAAP, esse valor somente foi considerado no exercício de 2010, pois as regras do Bacen, diferentemente das regras da CVM às quais a BNDESPAR está sujeita, permitem a não utilização de ajustes retrospectivos para fins de publicação. Dessa forma, as demonstrações consolidadas do BNDES (BR GAAP) não apresentam o respectivo valor desse contrato derivativo em 2009, objeto de ajuste de reconciliação entre as demonstrações contábeis em BR GAAP e em IFRS.

(h) Benefícios a empregados

O BNDES optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados da IFRS 1, conforme mencionado na Nota 4.1.2 (c). Dessa forma, foram reconhecidas, na data de transição, perdas atuariais acumuladas.

Adicionalmente, as obrigações de aposentadoria na data de transição foram ajustadas para refletir a contribuição mínima obrigatória para o plano de pensão da Fapes, em atendimento aos requerimentos da IFRIC 14.

Para fins de aplicação das IFRSs, não há diferenças, a partir de 1º de janeiro de 2010, entre o BR GAAP e as IFRSs.

(i) Dividendos e juros sobre capital próprio propostos

De acordo com o BR GAAP, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no fim do exercício pela proposição da Administração, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte.

De acordo com a IAS 10, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer destinação acima do dividendo mínimo obrigatório somente é reconhecida quando aprovada pelo Conselho de Administração.

(j) Tributos diferidos

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos desses tributos nos ajustes para a transição para as IFRSs.

4.2.3 Reconciliação do balanço

Reconciliação do balanço em 31 de dezembro de 2010

	R\$ mil									
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Disponibilidades	15.897	-	-	-	-	-	-	-	-	15.897
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.113.958	-	-	-	-	-	-	-	-	10.113.958
Títulos e valores mobiliários	145.929.555	(272.082)	(221)	-	872	184.136	14.787	-	-	145.857.047
Instrumentos financeiros derivativos	-	272.082	-	-	-	-	-	-	-	272.082
Impostos e contribuições a recuperar	-	422.025	-	-	-	-	-	-	-	422.025
Créditos tributários diferidos	-	1.362.244	-	-	-	-	-	-	56.104	1.418.348
Repasse interfinanceiros	180.237.238	(25)	(5.257)	0	498.684	-	-	-	-	180.730.640
Operações de crédito	181.337.780	-	(97.754)	56.379	1.890.988	-	-	-	-	183.187.393
Outros créditos	19.392.632	(1.784.244)	-	6.347	26.544	-	-	-	-	17.641.279
Outros valores e bens	285.459	-	-	-	-	-	-	-	-	285.459
(continua)										

(continuação)

R\$ mil

	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Investimentos	11.568.121	-	-	-	-	(184.136)	2.300.717	-	-	13.684.702
Imobilizado	98.488	-	-	-	-	-	-	-	-	98.488
Intangível	40.834	-	-	-	-	-	-	-	-	40.834
Total do ativo	549.019.962	-	(103.232)	62.726	2.417.088	-	2.315.504	-	56.104	553.768.152

R\$ mil

	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Depósitos	21.573.906	-	-	-	-	-	-	-	-	21.573.906
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações por emissão de debêntures	12.726.922	-	-	-	-	-	-	-	-	12.726.922
Obrigações por empréstimos e repasses	272.186.665	-	-	-	-	-	-	-	-	272.186.665
Instrumento híbrido de capital e dívida	13.234.016	-	-	-	-	-	-	-	-	13.234.016
Dívida subordinada	110.689.308	-	-	-	-	-	-	-	-	110.689.308
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	31.406.440	-	-	-	-	-	-	-	31.406.440
Relações interdependências	10.025	(10.025)	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	717.874	-	-	-	-	-	-	-	717.874
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	551.960	-	-	-	-	-	-	-	551.960
Tributos diferidos	-	15.667.263	-	-	-	-	-	-	806.421	16.473.685
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	1.480.268	-	1.480.268
Provisões	-	756.711	-	-	-	-	-	-	-	756.711
Outras obrigações	52.699.855	(49.090.223)	49.652	-	-	-	-	(1.480.268)	-	2.179.016
Total do passivo	483.120.697	-	49.652	-	-	-	-	-	806.421	483.976.770
Capital social	29.557.415	-	-	-	-	-	-	-	-	29.557.415
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	7.045.298	-	-	-	-	-	-	-	-	7.045.298
Outros resultados abrangentes	29.296.552	-	-	-	-	-	-	-	-	29.296.552
Lucros acumulados	-	-	(152.885)	62.726	2.417.088	-	2.315.504	-	(750.317)	3.892.117
Total do patrimônio líquido	65.899.265	-	(152.885)	62.726	2.417.088	-	2.315.504	-	(750.317)	69.791.382
Total do passivo e patrimônio líquido	549.019.962	-	(103.232)	62.726	2.417.088	-	2.315.504	-	56.105	553.768.152

Reconciliação do balanço em 31 de dezembro de 2009

R\$ mil												
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de origemação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Disponibilidades	4.750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.750
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.006.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.006.817
Títulos e valores mobiliários	54.280.877	(90.976)	(79)	-	254.372	76.485.793	(1.524.480)	806.694	-	-	-	130.212.200
Instrumentos financeiros derivativos	-	90.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.976
Impostos e contribuições a recuperar	-	453.022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453.022
Créditos tributários diferidos	-	1.503.136	-	-	-	-	-	-	-	-	36.542	1.539.678
Repasse interfinanceiros	121.620.679	(26)	(2.764)	(178)	877.922	-	-	-	-	-	-	122.495.634
Operações de crédito	162.050.142	-	(87.970)	142.312	2.100.924	-	-	-	-	-	-	164.205.408
Outros créditos	12.322.201	(1.956.132)	-	190	31.802	-	-	-	-	-	-	10.398.061
Outros valores e bens	296.497	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296.497
Investimentos	33.942.932	-	-	-	-	(21.900.427)	2.232.163	-	-	-	-	14.274.668
Imobilizado	95.756	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95.756
Intangível	12.620	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.620
Total do ativo	386.633.271	-	(90.813)	142.324	3.265.020	54.585.366	707.683	806.694	-	-	36.542	446.086.087

R\$ mil												
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de origemação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Depósitos	26.229.927	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26.229.927
Obrigações por operações compromissadas	13.740.763	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.740.763
Obrigações por emissão de debêntures	10.559.270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.559.270
Obrigações por empréstimos e repasse	159.317.381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	159.317.381
Instrumento híbrido de capital e dívida	12.388.916	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.388.916
Dívida subordinada	99.526.056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99.526.056
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	30.633.518	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.633.518
Relações interdependências	409	(409)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	237.273	-	-	-	-	-	-	894.284	-	-	1.131.557
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	1.371.711	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.371.711
Tributos diferidos	-	154.603	-	-	-	-	-	-	-	-	19.003.191	19.157.794
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.367.854	-	1.367.854
Provisões	-	830.104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830.104
Outras obrigações	37.242.505	(33.226.800)	39.370	-	-	-	-	-	-	(1.357.909)	-	2.697.166
Total do passivo	359.005.227	-	39.370	-	-	-	-	-	894.284	9.945	19.003.191	378.952.017
Capital social	20.260.881	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.260.881
Reserva de capital	106.631	(106.631)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	7.135.726	106.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.242.357
Outros resultados abrangentes	124.806	-	-	-	-	54.585.366	(2.407.330)	-	-	-	(17.851.559)	34.451.283
Lucros acumulados	-	-	(130.183)	142.324	3.265.020	-	3.115.013	806.694	(894.284)	(9.945)	(1.115.091)	5.179.549
Total do patrimônio líquido	27.628.044	-	(130.183)	142.324	3.265.020	54.585.366	707.683	806.694	(894.284)	(9.945)	(18.966.650)	67.134.070
Total do passivo e patrimônio líquido	386.633.271	-	(90.813)	142.324	3.265.020	54.585.366	707.683	806.694	-	-	36.542	446.086.087

Reconciliação do balanço em 1º de janeiro de 2009

R\$ mil												
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Disponibilidades	3.637	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.637
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.908.965	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.908.965
Títulos e valores mobiliários	22.896.880	(353.097)	-	-	144.111	42.840.210	587.718	279.224	-	-	-	66.395.046
Instrumentos financeiros derivativos	-	353.097	-	-	-	-	-	-	-	-	-	353.097
Impostos e contribuições a recuperar	-	266.554	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266.554
Créditos tributários diferidos	-	1.285.669	-	-	-	-	-	-	-	-	17.124	1.302.793
Repasses interfinanceiros	99.395.284	-	-	2.241	2.114.106	-	-	-	-	-	-	101.511.630
Operações de crédito	116.594.106	-	(83.718)	75.458	1.374.423	-	-	-	-	-	-	117.960.269
Outros créditos	5.918.906	(1.552.223)	-	174	38.305	-	-	-	-	-	-	4.405.162
Outros valores e bens	173.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	173.334
Investimentos	25.292.510	-	-	-	-	(17.611.859)	(270.282)	-	-	-	-	7.410.369
Imobilizado	96.674	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.674
Intangível	14.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.153
Total do ativo	277.294.449	-	(83.718)	77.873	3.670.944	25.228.351	317.436	279.224	-	-	17.124	306.801.683

R\$ mil												
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Depósitos	31.159.707	(388.635)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.771.072
Obrigações por operações compromissadas	8.446.983	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.446.983
Obrigações por emissão de debêntures	9.305.795	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.305.795
Obrigações por empréstimos e repasse	69.582.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	69.582.535
Instrumento híbrido de capital e dívida	6.023.934	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.023.934
Dívida subordinada	91.315.118	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.315.118
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	30.024.866	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.024.866
Relações interdependências	5	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	292.776	-	-	-	-	-	-	-	-	-	292.776
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	464.149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	464.149
Tributos diferidos	-	174.396	-	-	-	-	-	-	-	-	8.908.726	9.083.122
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.670.077	-	1.670.077
Provisões	-	1.448.122	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.448.122
Outras obrigações	36.193.751	(32.015.668)	-	-	-	-	-	-	-	(1.642.701)	-	2.463.097
Total do passivo	252.027.828	-	-	-	-	-	-	-	-	27.376	8.908.726	260.891.646
Capital social	13.879.407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.879.407
Reserva de capital	106.631	(106.631)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	4.910.845	106.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.017.476
Outros resultados abrangentes	161.647	-	-	-	-	25.228.351	155.024	-	-	-	(8.577.639)	16.967.383
Lucros acumulados	6.208.091	-	(83.718)	77.873	3.670.944	-	162.412	279.224	-	(27.376)	(313.964)	10.045.771
Total do patrimônio líquido	25.266.621	-	(83.718)	77.873	3.670.944	25.228.351	317.436	279.224	-	(27.376)	(8.891.603)	45.910.037
Total do passivo e patrimônio líquido	277.294.449	-	(83.718)	77.873	3.670.944	25.228.351	317.436	279.224	-	-	17.124	306.801.683

4.2.4 Reconciliação do resultado

Reconciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010*

	R\$ mil								
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(j) Tributos diferidos	IFRS
Receitas de intermediação financeira	31.238.858	-	(22.702)	(79.598)	-	-	(330.617)	-	30.805.942
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	19.599.268	(163.292)	(22.706)	(79.598)	-	-	-	-	19.333.672
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	8.373.959	-	5	-	-	-	(330.617)	-	8.043.347
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro	2.761.538	163.292	-	-	-	-	-	-	2.924.830
Rendas com administração de fundos e programas	499.813	-	-	-	-	-	-	-	499.813
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-	-	-	-	-	-	-	4.280
Despesas de intermediação financeira	(21.348.134)	-	-	-	(847.932)	-	-	-	(22.196.066)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	(23.032.701)	62.464	-	-	-	-	-	-	(22.970.237)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.148.053)	-	-	-	-	-	-	-	(1.148.053)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro	(4.157)	(62.464)	-	-	-	-	-	-	(66.621)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	2.851.778	-	-	-	(847.932)	-	-	-	2.003.846
Resultado da carteira de câmbio	(15.001)	-	-	-	-	-	-	-	(15.001)
Resultado bruto de intermediação financeira	9.890.724	-	(22.702)	(79.598)	(847.932)	-	(330.617)	-	8.609.876
Outras receitas (despesas) operacionais	4.468.210	(159.307)	-	-	-	(223.538)	330.617	-	4.415.982
Resultado com equivalência patrimonial	439.393	-	-	-	-	-	-	-	439.393
Amortização de ágios	(29.793)	29.793	-	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária líquida de ativos e passivos – Selic	107.386	-	-	-	-	-	-	-	107.386
Reversão (constituição) de provisão para perda em investimentos	(144.395)	(29.793)	-	-	-	-	-	-	(174.188)
Receita de dividendos	635.639	-	-	-	-	-	-	-	635.639
Receita de juros sobre capital próprio	1.667.902	-	-	-	-	-	-	-	1.667.902
Resultado com alienações de títulos de renda variável	3.238.442	-	-	-	-	(223.538)	-	-	3.014.904
Resultado de instrumentos financeiros derivativos – renda variável	351.346	-	-	-	-	-	330.617	-	681.963
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras rendas sobre participações societárias	(2)	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	26.436	-	-	-	-	-	-	-	26.436
Despesas tributárias	(592.512)	-	-	-	-	-	-	-	(592.512)
Despesas com pessoal	(976.985)	(159.307)	-	-	-	-	-	-	(1.136.292)
Despesas administrativas	(306.673)	-	-	-	-	-	-	-	(306.673)
Outras receitas operacionais	531.317	-	-	-	-	-	-	-	531.317
Outras despesas operacionais	(479.291)	-	-	-	-	-	-	-	(479.291)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	14.358.934	(159.307)	(22.702)	(79.598)	(847.932)	(223.538)	-	-	13.025.858
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	(4.007.074)	-	-	-	-	-	-	-	(4.007.074)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	(279.231)	-	-	-	-	-	-	117.784	(161.447)
Lucro líquido antes da participação sobre o lucro	10.072.629	(159.307)	(22.702)	(79.598)	(847.932)	(223.538)	-	117.784	8.857.337
Participação dos empregados no lucro	(159.307)	159.307	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>9.913.322</u>	<u>-</u>	<u>(22.702)</u>	<u>(79.598)</u>	<u>(847.932)</u>	<u>(223.538)</u>	<u>-</u>	<u>117.784</u>	<u>8.857.337</u>

* Não foi apresentado resultado abrangente em BR GAAP; assim, a reconciliação apresentada começa com o lucro líquido do exercício. A reconciliação entre o lucro líquido e o resultado abrangente em IFRS apresenta-se na demonstração de resultado abrangente.

Reconciliação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009*

											R\$ mil
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(i) Tributos diferidos	IFRS
Receitas de intermediação financeira	11.164.152	-	(46.465)	64.451	-	2.343.774	527.469	-	-	-	14.053.382
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	4.979.377	(175.724)	(46.465)	64.451	-	-	-	-	-	-	4.821.640
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	5.187.147	-	-	-	-	2.343.774	527.469	-	-	-	8.058.390
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro	495.439	175.724	-	-	-	-	-	-	-	-	671.163
Rendas com administração de fundos e programas	502.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	502.189
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de intermediação financeira	(5.348.941)	-	-	-	(405.924)	-	-	-	-	-	(5.754.865)
Captação no mercado – financiamentos e repasses	(4.629.790)	108.179	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.521.611)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(580.872)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(580.872)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro	(3.932)	(108.179)	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.111)
Reversão (constituição) de provisão para risco de crédito	(5.703)	-	-	-	(405.924)	-	-	-	-	-	(411.627)
Resultado da carteira de câmbio	(128.644)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(128.644)
Resultado bruto da intermediação financeira	5.815.211	-	(46.465)	64.451	(405.924)	2.343.774	527.469	-	-	-	8.298.517
Outras receitas (despesas) operacionais	3.242.808	(86.300)	-	-	-	608.827	-	(894.284)	17.431	-	2.888.482
Resultado com equivalência patrimonial	778.115	-	-	-	-	(296.467)	-	-	-	-	481.648
Atualização monetária líquida de ativos e passivos – Selic	715.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	715.500
Reversão (constituição) de provisão para perda em investimentos	(373.549)	-	-	-	-	1.009	-	-	-	-	(372.540)
Receita de dividendos	1.307.168	-	-	-	-	(2.180)	-	-	-	-	1.304.988
Receita de juros sobre capital próprio	1.119.280	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.119.280
Resultado com alienações de títulos de renda variável	1.158.801	-	-	-	-	(1.170.921)	-	-	-	-	(12.120)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos – renda variável	-	-	-	-	-	-	-	(894.284)	-	-	(894.284)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	1.922.591	-	-	-	-	1.922.591
Outras rendas sobre participações societárias	47	-	-	-	-	154.795	-	-	-	-	154.842
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	584.812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	584.812
Despesas tributárias	(546.819)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(546.819)
Despesas com pessoal	(919.464)	(86.300)	-	-	-	-	-	-	17.431	-	(988.333)
Despesas administrativas	(274.133)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(274.133)
Outras receitas operacionais	89.330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89.330
Outras despesas operacionais	(396.280)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(396.280)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	9.058.019	(86.300)	(46.465)	64.451	(405.924)	2.952.601	527.469	(894.284)	17.431	-	11.186.999

(continuação)

	R\$ mil										
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	(2.447.846)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.447.846)
Imposto de Renda e Contribuição Social – diferido	211.296	-	-	-	-	-	-	-	-	(801.127)	(589.831)
Lucro líquido antes da participação sobre o lucro	6.821.469	(86.300)	(46.465)	64.451	(405.924)	2.952.601	527.469	(894.284)	17.431	(801.127)	8.149.322
Participação dos empregados no lucro	(86.300)	86.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	6.735.169	-	(46.465)	64.451	(405.924)	2.952.601	527.469	(894.284)	17.431	(801.127)	8.149.322

* Não foi apresentado resultado abrangente em BR GAAP; assim, a reconciliação apresentada começa com o lucro líquido do exercício. A reconciliação entre o lucro líquido e o resultado abrangente em IFRS apresenta-se na demonstração de resultado abrangente.

4.2.5 Reconciliação dos fluxos de caixa

Reconciliação do fluxo de caixa para exercício findo em 31 de dezembro de 2010

	R\$ mil								
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(j) Tributos diferidos	IFRS
Atividades operacionais									
Lucro líquido do exercício	9.913.322		(22.702)	(79.598)	(847.932)	-	(223.538)	117.784	8.857.337
Ajustes que não afetam o caixa	(2.840.468)	(1.056.349)	-	-	847.932	-	-	(117.784)	(3.166.669)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	(2.851.778)	-	-	-	847.932	-	-	-	(2.003.846)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(26.436)	-	-	-	-	-	-	-	(26.436)
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	144.395	-	-	-	-	-	29.793	-	174.188
Resultado de participações em coligadas	(439.393)	-	-	-	-	-	-	-	(439.393)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	23.720	-	-	-	-	-	-	-	23.720
Amortização de ágios	29.793	-	-	-	-	-	(29.793)	-	-
Lucro na venda de investimentos	-	(1.056.349)	-	-	-	-	-	-	(1.056.349)
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	279.231	-	-	-	-	-	-	(117.784)	161.447
Variação de ativos e obrigações	(63.600.861)	3.903.324	22.702	79.598	-	51.072.172	-	-	(8.523.066)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(75.245.389)	-	22.702	79.598	-	-	-	-	(75.143.090)
. Diminuição (aumento) líquida em títulos e valores mobiliários	(96.845.992)	3.903.324	-	-	-	51.072.172	-	-	(41.870.496)
. Diminuição (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(6.043.421)	-	-	-	-	-	-	-	(6.043.421)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	113.642.206	-	-	-	-	-	-	-	113.642.206
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	845.100	-	-	-	-	-	-	-	845.100

(continua)

(continuação)

R\$ mil

	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(d) Instrumentos patrimoniais disponíveis para venda	(e) Investimentos em coligadas	(j) Tributos diferidos	IFRS
. Aumento (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(13.740.763)	-	-	-	-	-	-	-	(13.740.763)
. Aumento nas obrigações por emissões de debêntures	2.167.652	-	-	-	-	-	-	-	2.167.652
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo	16.233.983	-	-	-	-	-	-	-	16.233.983
. Tributos sobre o lucro pagos	(4.614.237)	-	-	-	-	-	-	-	(4.614.237)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	(56.528.007)	2.846.975	-	-	-	51.072.172	(223.538)	-	(2.832.398)
Atividades de investimentos									
. Venda de investimentos	55.172.645	(2.813.547)	-	-	-	(51.072.172)	223.538	-	1.510.464
. Compra de investimentos	-	(33.428)	-	-	-	-	-	-	(33.428)
. Recebimento de dividendos de coligadas	495.108	-	-	-	-	-	-	-	495.108
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	55.667.753	(2.846.975)	-	-	-	(51.072.172)	223.538	-	1.972.144
Atividades de financiamentos									
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	11.163.252	-	-	-	-	-	-	-	11.163.252
. Pagamento de dividendos	(2.616.674)	-	-	-	-	-	-	-	(2.616.674)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	8.546.578	-	-	-	-	-	-	-	8.546.578
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.686.324	-	-	-	-	-	-	-	7.686.324
Modificação na posição financeira									
Início do exercício									
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.409.229	-	-	-	-	-	-	-	6.409.229
Final do exercício									
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	14.095.553	-	-	-	-	-	-	-	14.095.553
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.686.324	-	-	-	-	-	-	-	7.686.324

Reconciliação do fluxo de caixa para exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	R\$ mil										
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Atividades operacionais											
Lucro líquido do exercício	6.735.169	-	(46.465)	64.451	(405.924)	2.952.601	527.469	(894.284)	17.431	(801.127)	8.149.322
Ajustes que não afetam o caixa	(1.173.858)	(76.797)	-	-	405.924	(1.627.133)	-	-	-	801.127	(1.670.737)
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	5.703	-	-	-	405.924	-	-	-	-	-	411.627
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas e cíveis	(584.812)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(584.812)
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	373.549	-	-	-	-	(1.009)	-	-	-	-	372.540
Resultado de participações em coligadas	(778.115)	-	-	-	-	296.467	-	-	-	-	(481.648)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	(1.922.591)	-	-	-	-	(1.922.591)
Depreciação e amortização	21.113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.113
Lucro na venda de investimentos	-	(76.797)	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.797)
Realização (constituição) líquida de créditos tributários	(211.296)	-	-	-	-	-	-	-	-	801.127	589.831
Variação de ativos e obrigações	(4.736.271)	1.070.153	46.465	(64.451)	-	(995.767)	(527.469)	894.284	(17.431)	-	(4.330.488)
. Aumento líquido em créditos por financiamento	(67.473.201)	-	46.465	(64.451)	-	-	-	-	-	-	(67.491.187)
. Diminuição (aumento) líquido em títulos e valores mobiliários	(31.383.997)	1.070.153	-	-	-	(995.767)	(527.469)	894.284	-	-	(30.942.797)
. Diminuição (aumento) líquida nas demais contas do ativo	(4.960.631)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.960.631)
. Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	90.343.498	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90.343.498
. Aumento líquido de instrumento híbrido de capital	6.364.982	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.364.982
. Aumento (diminuição) líquido nas obrigações por operações compromissadas	5.293.780	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.293.780
. Aumento nas obrigações por emissões de debêntures	1.253.475	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.253.475
. Diminuição líquida nas demais contas do passivo	(3.107.378)	-	-	-	-	-	-	-	(17.431)	-	(3.124.809)
. Tributos sobre o lucro pagos	(1.066.799)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.066.799)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	825.040	993.356	-	-	-	329.701	-	-	-	-	2.148.097
Atividades de investimentos											
. Venda de investimentos	(4.415.782)	4.907.936	-	-	-	(331.881)	-	-	-	-	160.273
. Compra de investimentos	-	(5.901.292)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.901.292)
. Recebimento de dividendos de coligadas	495.727	-	-	-	-	2.180	-	-	-	-	497.907
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(3.920.055)	(993.356)	-	-	-	(329.701)	-	-	-	-	(5.243.112)
Atividades de financiamentos											
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	8.210.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.210.938
. Pagamento de dividendos	(8.448.494)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.448.494)

(continua)

(continuação)

(continuação)

	R\$ mil										
	BR GAAP	Reclassif.	(a) Receitas de originação	(b) Juros de créditos inadimplentes	(c) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(e) Investimentos em coligadas	(f) Debêntures com derivativos embutidos	(g) Instrumentos financeiros derivativos	(h) Benefícios a empregados	(j) Tributos diferidos	IFRS
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	(237.556)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.556)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(3.332.571)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.332.571)
Modificação na posição financeira											
Início do exercício											
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.741.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.741.800
Final do exercício											
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.409.229	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.409.229
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(3.332.571)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.332.571)